U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

Meijinhos

Leitura do lugar, reconhecimento de um problema e construção de uma proposta de intervenção

Joana Patrícia Pinheiro Fernandes

M

2021

U.PORTO

Joana Patrícia Pinheiro Fernandes. Meijinhos - Leitura do lugar, reconhecimento de um problema e construção de uma proposta de intervenção

Meijinhos - Leitura do lugar, reconhecimento de um problema e construção de uma prposta de intervenção

Joana Patrícia Pinheiro Fernandes

M.FAUP **2021**

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Meijinhos

leitura do lugar, reconhecimento de um problema
e construção de uma proposta de intervenção

Joana Patrícia Pinheiro Fernandes

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Sob orientação da Doutora Maria Sofia Santos e coorientação da Professora Doutora Luciana Rocha

Porto 2021

Prova Pública arguida pelo Professor Doutor Pedro Alarcão e presidida pelo Professor Doutor Marco Ginoulhiac a 16 de Dezembro de 2021, classificada com dezassete valores

Nota: A presente dissertação não adopta o novo Acordo Ortográfico. As citações em português foram transcritas consoante o Acordo Ortográfico adoptado na respectiva edição. Todas as citações em língua estrangeira foram mantidas na sua versão consultada.

ao meu avô

Às minhas orientadoras por me acompanherem nesta jornada cheia de desafios, pelo rigor e pelas palavras certas no momento certo; pela sua imensa generosidade.

À minha família por todas as oportunidades que me propiciaram, pela paciência, compreensão e apoio constante.

Aos meus amigos, os antigos e os que ganhei neste percurso, por estarem sempre presentes.

A todos os que ajudaram, acompanharam e permitiram que esta dissertação fosse realizada.

resumo,

Este trabalho partiu da vontade de pensar um projecto para o povoado de Meijinhos, pertencente ao concelho de Lamego, localizado no limite da serra de Montemuro. Actualmente, integra a União de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, mas poderá ter sido elevado a vila algures no tempo.

Para descobrir o que poderia ser o mote desse projecto, no *primeiro momento*, foi feita a *leitura do lugar* a várias escalas e numa grande espessura de tempo, para melhor compreender o presente. No *segundo momento* cruzou-se esse *reconhecimento* sistemático das potencialidades e dos desafios enfrentados neste lugar com os objectivos da intervenção. No *terceiro momento* deu-se a *construção do programa*, um centro de convívio para Meijinhos implantado num ponto estratégico da estrutura urbana, que responde às necessidades das diferentes escalas, territorial, urbana, espaço público e edifício.

Tendo em conta a existência do Caminho de Santiago do Interior e dos percursos pedestres municipais, é proposta uma rota alternativa ancorada nestes trilhos, que conecta mais povoações da mesma unidade de paisagem, com passagem por Meijinhos e pelo centro de convívio. Este caminho visa a valorização de todas estas povoações, numa lógica de complementaridade. O centro serve também de abrigo e de ponto de paragem para os seus utilizadores, assim como para outros visitantes, pondo-os em diálogo com os moradores.

O objectivo principal da intervenção é a qualificação da vida quotidiana dos habitantes de Meijinhos, dinamizando as pessoas e o lugar, o que, em segundo plano, poderá atrair novos visitantes e até novos residentes, contrariando o declínio demográfico.

Palavras-chave | Meijinhos; estrutura urbana; intervenção; projecto; centro de convívio

abstract,

This dissertation originated from the desire to conceive a project for the settlement of Meijinhos, which belongs to the municipality of Lamego, located on the border of the Montemuro mountain range. Currently, it integrates the Union of the civil parishes of Cepões, Meijinhos and Melcões, but it may have been elevated to a village at some point in time.

To find out what could be the motto of this project, in the *first moment,* the place was studied at various scales and through a long spectre of time, to better understand the present. In the *second moment*, this systematic recognition of the potential and the challenges faced in this place were crossed with the objectives of the intervention. In the *third moment* the program was built, a meeting centre for Meijinhos was placed in a strategic point of the urban structure, which answers to the problems of different scales, territorial, urban, public space and building.

Taking into account the existence of the Caminho de Santiago do Interior and the municipal pedestrian routes, an alternative path anchored on these trails was proposed, which connects other villages in the same unit of landscape, passing through Meijinhos and the conviviality centre. This trail aims to enhance all these villages, in a logic of complementarity. The centre also serves as a hostel and as a stopover for its users, as well as for other visitors, establishing a dialogue between them and the residents.

The main purpose of the intervention is to improve the quotidian life of the inhabitants of Meijinhos, making the people and the place more dynamic, which may attract new visitors and even new residents, countering the demographic decline.

Keywords | Meijinhos; urban structure; intervention; project; meeting centre

sumário

Agradecimentos v
Resumo vii
Abstract ix

Introdução 1

1. *leitura do lugar*, 7
1.1. Lamego, entre o rio Douro e a serra de Montemuro - *tempo presente* 9
aspectos da geografia 9
o caminho de Santiago do interior 13
celebrações religiosas 15
percursos pedestres 17
acessos 21
1.2. paisagem humanizada - *tempo longo* 29
malhas diferenciadas da estrutura urbana 47
morfologias dos espaços comunitários e da vida pública 57
leitura tipológica dos modos de habitar 71
1.3. síntese 75

2. *problematização*, 79
2.1. desafios e objectivos 81
2.2. requalificação de Meijinhos - *enquadramento legal* 89

3. *proposta*, 95
3.1. construção de um programa 97
intersecção de percursos no território 99
intervenção na estrutura urbana 101
esboços de um edifício 105
3.2. implantação de uma ideia dinâmica 111
terreno preexistente 111
edificações preexistentes 119
volumetria 127
da organização do espaço 133
3.3. um princípio de imagem estabilizado e em desenvolvimento 141
diálogo com um conjunto classificado 141
fusão de dois tempos 145

Considerações finais 153

Bibliografia 161
Referências de imagem 171

Anexos 175

introdução

"Tudo é então diferente, porque conheço o que é diferente."[1]

A escolha de Meijinhos como objecto de estudo partiu de uma vontade de regresso às origens e de um novo olhar. Esta dissertação é um gesto de tributo, através do projecto, ao lugar de que descendo, que tantas experiências me proporcionou.

objecto de estudo e problema

O tema é um projecto de intervenção na estrutura urbana de Meijinhos de baixa complexidade e pouca densidade populacional. Meijinhos localiza-se no concelho de Lamego, a 750m de altitude[2], no limite da serra de Montemuro. Esta estrutura urbana pertence e participa de um sistema mais complexo, delimitado por uma linha de festo, em forma de ferradura, que se abre a Norte para o rio Douro[3]. Do ponto de vista territorial, é estruturada pelas várias linhas de água que derivam do mesmo afluente desse rio.

1| Siza Vieira, Álvaro. 01 textos. Porto: Civilização, 2009, p.176.

2| Altitude média conforme o PDM de Lamego, disponível em https://www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 13/11/2019.

3| A aldeia de Mazes está integrada na mesma unidade de paisagem que Meijinhos. Passível de consulta e de constatação em Norton, Maria Isabel, Alcaria de Mazes: reconhecimento, reflexão e intervenção. Porto: Faup, 2009, p.17.

Meijinhos implanta-se num dos extremos da ferradura, num outeiro que domina os campos agrícolas. A linha de festo circunda e protege este povoado, do qual se avista Mazes e Parafita, este último tendo-lhe pertencido desde que há registo nas Inquirições de 1258, até ao séc. XIX, quando se redefiniram os limites administrativos e passou a pertencer à freguesia de Lazarim[4]. Meijinhos observa-se, a partir destas aldeias, num enfiamento visual definido pela depressão entre dois montes. Outros lugares como Melcões, Cepões, Britiande, Lalim e Lazarim, pertencem a esta mesma unidade de paisagem, mas a relação entre eles é feita apenas por caminhos físicos, não pertencendo à mesma unidade de percepção de Meijinhos - Mazes - Parafita. Meijinhos foi sede de freguesia até 2013, tendo depois sido integrada na actual união de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, com sede em Cepões.

Não é claro se esta estrutura é de facto uma vila. Não se pode com rigor identificá-la como tal, uma vez que não lhe foi identificado um foral. No entanto, existem dados que apontam para isso, como é o caso da sua identificação, nas Inquirições de 1258, como um município com mordomo e armazém régio, o que aponta para o aforamento, como é defendido por Almeida Fernandes[5], tal como a existência de um pelourinho do século XV ou XVI, transformado em cruzeiro, reconhecido por autores como F. J. Cordeiro Laranjo[6], Mário Real Guedes[7] e Júlio Rocha Sousa[8], bem como pela ficha SIPA, disponível no *site* dos Monumentos[9]

Apesar da existência de referências a um povoamento, por altura do medievo, sabe-se que a ocupação deste lugar remonta a tempos mais antigos. Gonçalves da Costa levanta a

4| *"Perafita (que a freguesia de Lazarim anexou indevidamente: «termino de Ameygios in loco qui dicitur Petra Fita»): tudo se encontra em 1258 referido."* em Fernandes, A. de Almeida. As Origens nas Igrejas da Diocese Lamecense. Porto: [s.n.], 1963, p.129.

5| No seu artigo refere que Meijinhos *"...deve, no séc.XII, ter sofrido acção aforadora de um dos tenentes de Lamego (Egas Moniz, Lourenço Viegas ou Soeiro Viegas, que se sucederam nesse cargo), por mandado do rei [...] Em tempo de D. Lourenço Soares (neto de Egas Moniz e filho de Soeiro Viegas), tenente de Lamego, Tarouca, etc., parece ter beneficiado a terra de novo aforamento...)."* em Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol.16, p.738.

6| *""Admitiu-se que tivesse sido "pelourinho transformado em cruzeiro""* em Laranjo, F. J. Cordeiro. No compasso do concelho de Lamego: (24 freguesias). Lamego: Câmara Municipal, 1995, p.55.

7| *"Meijinhos também teve o seu padrão municipal, que foi transformado em cruzeiro."* em Real, Mário Guedes. Pelourinhos do Distrito de Viseu (Parada do Bispo) *in* Beira Alta. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1979, vol. XXXVIII, nº1, p.189.

8| *"É um pequeno monumento cuja posição inicial seria no lugar denominado Casa do Concelho, longe do local onde se encontra."* em Sousa, Júlio Rocha e. Pelourinhos do Distrito de Viseu. Viseu: 1998, p.38.

9| Ficha SIPA - Pelourinho de Meijinhos / Cruzeiro em Meijinhos, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14042, consultado a 19/10/2019.

possibilidade de um povoamento luso-romano, do qual se descobriram vários vestígios[10], e uma estela funerária romana que se estima datar-se do século I d.C.[11].

Este e muitos outros lugares de contexto rural foram alvo de acentuado abandono no século XX. Meijinhos atingiu o pico populacional em 1930 e a partir daí, com a migração para as grandes cidades, a Guerra do Ultramar (1961-1974) e a emigração, o número cai para apenas 86 habitantes em 2011, contrapondo os 377 do início do século. Este escoamento populacional traduz-se numa perda da agricultura como modo de subsistência e como modo de ver e de viver. Os desafios que se impõem passam pelo combate ao abandono, ao desaparecimento de saberes populares e ao isolamento, bem como pelo apoio à população envelhecida[12].

Existe uma necessidade de repensar o espaço público e como este se organiza e materializa. Apesar de existirem locais para o convívio social - a Casa do Povo ou o antigo edifício da Junta de Freguesia - estes não estão abertos à população no dia-a-dia, funcionando apenas esporadicamente em festas populares. Não existe um lugar, nem um pretexto, que fomente as relações sociais entre os habitantes e que combata o isolamento.

Ao intervir neste povoado, enfrentam-se desafios como: a pouca actividade económica; a falta de investimento público e privado; a pouca intervenção das entidades locais; a má identificação e divulgação do património, como é exemplo a Igreja Matriz, na qual foram descobertos frescos do século XVI, que poderiam ser integrados numa rota cultural, no entanto muito pouco divulgados; o mau aproveitamento dos recursos endógenos e a descaracterização da paisagem pela falta de ordenamento das formas de ocupação.

objectivos

Os objectivos principais são a compreensão dos problemas de Meijinhos, a construção de um enunciado capaz de lhe dar resposta e, por fim, a elaboração de um projecto de intervenção. Este deve ser capaz de resolver questões existentes como a descaracterização da paisagem, a

10| Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, volume I, p.32:*"Detectam-se também restos de antigas construções certamente povoadas por comunidades luso-romanas em Cárquere, Vila Cova à Coelheira, São Cristóvão de Nogueira, ferreiros de Tendais, São Martinho de Mouros, Tarouquela, Sabroso, Lalim, Meijinhos, e outro locais."*; volume II, p.93 *"têm ali aparecido alguns restos arqueológicos, lares, moinhos, fornos, colunas e tijolos e, ultimamente, uma pedra quadrada, apresentando num dos lados um rosto rudemente esculpido e nos outros letras e sinais geométricos".*

11| Vaz, João L. Inês. Lamego na época romana, capital dos Coilarnos. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007, p.56; 98-99.

12| Cf. Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011.

falta de equipamentos básicos, o mau reconhecimento do património e, sobretudo, a tendência de abandono e o isolamento social. Pretende-se desenvolver este trabalho a partir do desenho, como modo de pensar os problemas, encontrar ideias e comunicar os elementos motivadores de transformação, através dos seguintes temas:

I. *À escala territorial,*

* repensar a coesão urbana e territorial, através da análise dos acessos viários, de modo a reforçar e qualificar os mesmos;

* propor, pelo desenho, um sistema integrado de acessos viários e pedestres que retire a máxima potência da percepção da paisagem e das diversas valências dos diferentes lugares;

* pensar nos elementos endógenos, a paisagem e natureza, como motivo de interesse para turismo de natureza e prática de desporto (pedestrianismo, *trail*, BTT, orientação, *geocaching* …);

* pensar no património e na sua integração noutras aldeias e/ou rotas do concelho.

II. *À escala da estrutura urbana,*

* compreender a sua morfologia lendo os cheios e os vazios que são articulados pelas vias;

* reconhecer momentos diferentes na malha edificada, através da leitura do lugar e da História, ainda que não seja possível datar a sua evolução.

III. *À escala do espaço público e do equipamento público,*

* reconhecer situações de valor arquitectónico, tornando-as nos elementos chave a valorizar no projecto;

* a céu aberto, repensar o espaço público, a sua organização, estruturação e materialização, promovendo e potenciando novos usos;

* identificar e problematizar a toponímia e natureza dos espaços - largos, ruas, travessas, becos, entre outros;

* a céu coberto, considerar os equipamentos existentes e a possível criação de novos.

IV. *À escala do edifício,*

* reflectir sobre os cultos, hábitos, festas e produtos locais que possam dinamizar os habitantes permanentes, criando uma cultura de comunidade, convívio, partilha e compromisso;

* criar um espaço que fomente estas relações e que albergue novos visitantes.

Esta dissertação é de carácter teórico-prático e desenvolveu-se com uma intersecção constante entre a investigação e o projecto, considerando o papel social da intervenção. O povoado de Meijinhos é lido numa espessura grande de tempo com o intuito de compreender as suas metamorfose e as suas características identitárias. Não só se colocou a História ao serviço de Projecto, como ferramenta de investigação da qual se extraíram temas, como também se fez Projecto pela História, pensando e desenhando em retrospectiva. Além disso, foi também necessário compreender as transformações sociais e económicas que provocaram o fenómeno da desruralização, que resultaram no abandono de Meijinhos, pelo que foi relevante convocar outras disciplinas como a Geografia, a Demografia e a Antropologia.

Tendo em vista os objectivos enunciados anteriormente, foi realizada uma análise à escala territorial, à escala da estrutura urbana e do espaço público, o que contribuiu para o entendimento do que podia ser um projecto pertinente, capaz de reverter a tendência de abandono actual. Este estudo foi feito através da consulta de bibliografia, mas também do recurso ao desenho próprio, encarado como ferramenta principal para pensar os problemas, encontrar ideias e comunicar as respostas.

O processo de trabalho iniciou-se com a construção de um estado de conhecimento em torno de Meijinhos e o devido processamento dessa informação. As cartas militares foram recolhidas no *site* do Centro de Informação Geoespacial do Exército, tendo como objectivo identificar as diferenças nas respectivas versões (1949, 1984 e 1998). Através do *website* da Câmara Municipal de Lamego foi possível consultar o Plano Director Municipal e após um contacto, foi cedido um desenho *dwg* com mais detalhe e a uma escala mais aproximada de Meijinhos. Para pensar o projecto à escala do território foi ainda utilizado o *software* Qgis e a base de dados da Direcção Geral do Território e a plataforma Epic Webgis Portugal, desenvolvida pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, para produzir os mapas do primeiro capítulo.

As várias plataformas em que a consulta da bibliografia foi feita, disponíveis *online*, foram as seguintes: o Arquivo Distrital de Viseu; o arquivo da Diocese de Lamego; o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; a Biblioteca Nacional de Portugal; o *site* dos Monumentos e o *site* da Direcção Geral do Património Cultural. A nível de trabalhos académicos, foram percorridos os repositórios das Faculdades de Arquitectura, Letras e Ciências das Universidades do Porto, Coimbra, Lisboa, Minho, Beira Interior e Trás-os-Montes; além da pesquisa individual em cada repositório, foi também feita uma pesquisa geral no *website* dos Repositórios Científicos Abertos de Portugal. A pesquisa de publicações físicas foi feita sobretudo nas bibliotecas da

FAUP, FLUP e na Biblioteca Municipal do Porto. Todos os exercícios foram feitos por um olhar mediado pelo projecto.

Além disso, foram feitas várias visitas de campo, em 2020, correspondentes a diferentes tipos de levantamento. A primeira teve lugar em Janeiro, a segunda em Fevereiro e a terceira em Maio. Todas estas experiências e as conversas informais com os habitantes foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Não é possível deixar de referir o efeito da pandemia no processo de trabalho, pois condicionou as deslocações e o trabalho de campo. Da mesma maneira o Covid-19 impactou as regras de funcionamento das bibliotecas e arquivos, o que incitou à consulta digital de grande parte da bibliografia.

estrutura

Esta dissertação apresenta uma estrutura tripartida, no entanto, apesar dos três capítulos distintos, é importante frisar que existiu uma intersecção contínua entre a investigação e o projecto em todo o processo de trabalho.

No primeiro capítulo é feita a *leitura do lugar* a várias escalas e a dois tempos. No *tempo presente* identificam-se os desafios actuais, nomeadamente a desruralização e o declínio demográfico, o que legitima a necessidade de uma intervenção. No *tempo longo*, pela História e por Projecto, é desvendada a *identidade do lugar*, pondo em evidência os seus valores e as suas singularidades que, ainda que comprometidas pela acção do tempo, devem ser valorizadas.

No segundo momento é feita a *problematização,* um levantamento sistemático de todos os desafios enfrentados que são cruzados com os objectivos da intervenção. Estes dois capítulos funcionam como um relatório de oportunidades e temas de projecto.

O terceiro capítulo retrata a *proposta* de intervenção, respondendo ao programa a várias fases e faces. Primeiramente, dá-se a *construção de um programa* que responde às necessidades das diferentes escalas, territorial, urbana, espaço público e edifício. Com a *implantação de uma ideia dinâmica* explica-se a ancoragem do projecto num ponto estratégico da estrutura urbana, resolvendo o desenho do espaço público através do edifício. Por *um princípio de imagem estabilizado e em desenvolvimento* são ainda retratadas questões de ligação com a envolvente e é apresentada a *proposta* a um nível mais detalhado. Embora o capítulo se apresente numa estrutura tripartida, não significa que o projecto tenha sido desenvolvido em três momentos diferentes. Tanto este capítulo como os anteriores foram fruto de uma intersecção constante e de trabalho a várias escalas.

Capítulo 1

leitura do lugar,

leitura do lugar,

1.1. *Lamego, entre o rio Douro e a serra de Montemuro*

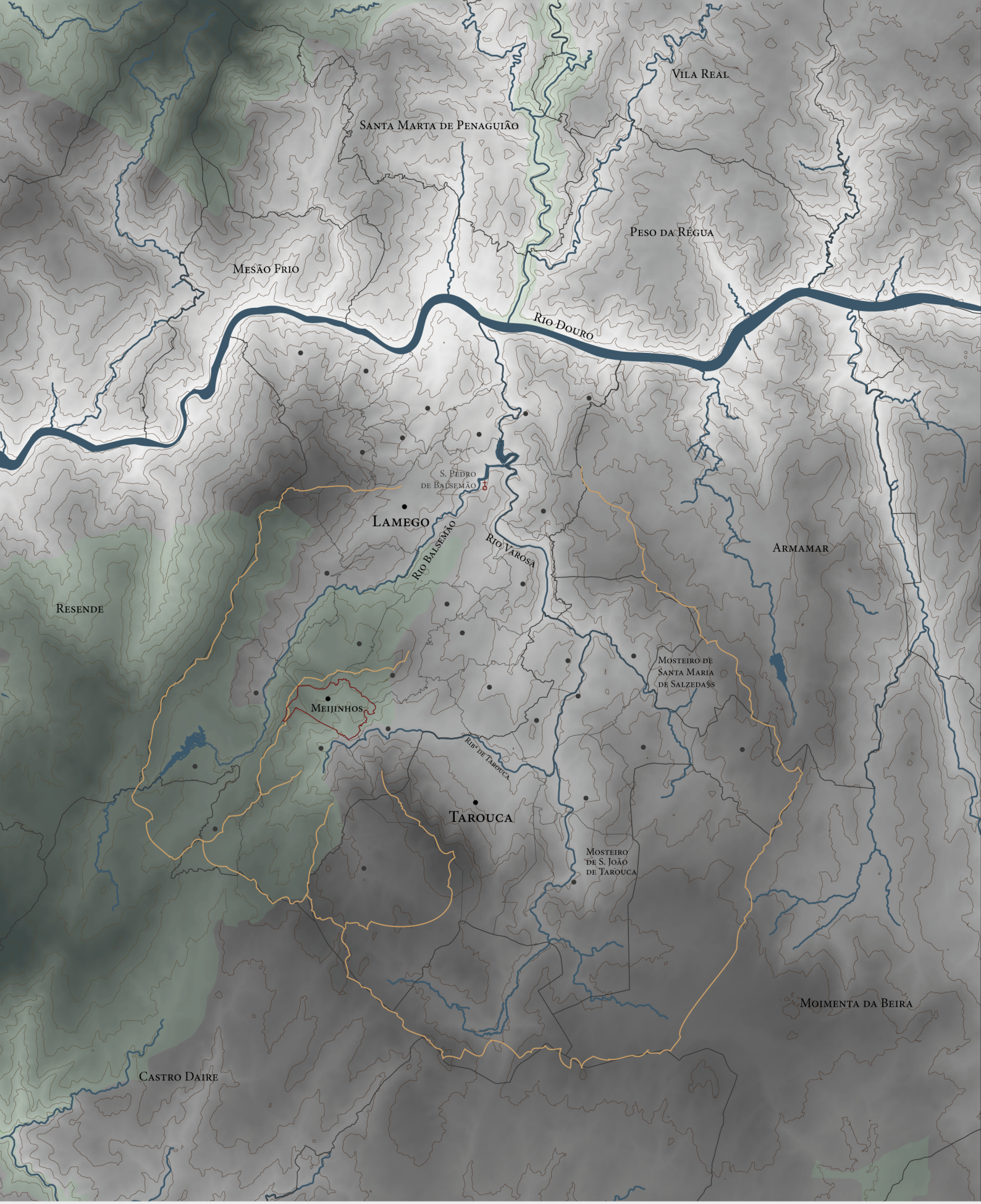
aspectos da geografia

O lugar de Meijinhos dista cerca de 130km do Porto e está localizado no concelho de Lamego, no distrito de Viseu. O concelho limita-se a Norte pelo rio Douro e pelos municípios de Mesão Frio e Peso da Régua, a Este por Armamar, a Sudeste por Tarouca e a Sudoeste e Oeste por Castro Daire e Resende (ver imagem 01, p.10).

Lamego pertence à Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)[13] e esteve dividido em vinte e quatro freguesias até 2013, quando se formaram uniões de freguesias, resultando em apenas 18[14]. Meijinhos foi um desses casos, integrando a União de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões.

13| *"A Comunidade Intermunicipal do Douro é uma associação de municípios de fins múltiplos, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, constituída desde 15 de Janeiro de 2009, abrangendo os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real."* Disponível em http://cimdouro.pt, consultado a 05/06/2020.

14| Reorganização Administrativa do Território das Freguesias. Disponível em https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Autarquias/Documents/Reorganização%20Freguesias/Viseu_Equivalencias_Freguesias_RATF.pdf, consultado a 10/10/2019.



01. Mapa hipsométrico da unidade territorial.

Escala 1:150 000 N

O concelho de Lamego tem uma área[15] de 165,39 km² e 24 895 habitantes o que se traduz numa densidade populacional de 150,52 hab/km². Comparando os dados disponíveis, lê-se um decréscimo gradual da população do concelho desde 1950, com 37 154 habitantes[16], até aos dados mais recentes, sendo que a diminuição do número de freguesias é também sintoma deste decréscimo populacional.

O seu território pode ser dividido em três zonas: o Douro, o espaço de transição e a serra. A topografia desenvolve-se, a Norte e a Este, a uma altitude mais baixa, em função do rio, e a Oeste e a Sul, junto da serra de Montemuro que *"…corresponde essencialmente a um relevo granítico, vigoroso e com vertentes abruptas, atingindo no ponto mais alto 1381 metros de altitude e sendo a forma de relevo mais elevada a Sul do Douro…"*[17].

A zona Norte correspondente ao vale do Douro desenvolve-se até aos 400m de altitude, com declives médios. O terreno, maioritariamente composto por xisto, é mais adequado a culturas agrícolas como a vinha, a oliveira e algumas árvores de fruto[18]. Já a zona de transição caracteriza-se pelos vales dos rios Varosa e Balsemão, onde se encontra em mais abundância a cultura de árvores de fruto e pecuária, bem como o centro urbano de Lamego[19]. Na área Sul de Lamego encontra-se a zona serrana, onde o granito domina e a agricultura e a pastorícia estão mais enraizadas. Apesar de estes lugares constituírem vivências diferentes, sempre se complementaram, pela troca de bens produzidos na serra e na zona vinhateira e pelo fornecimento de mão de obra, que partia das aldeias para as vindimas.

As diferenças climáticas surgem a par da variação da altitude, sendo que no vale do Douro predomina uma influência mediterrânica, com verões quentes e invernos moderados, enquanto que na zona serrana se vivem condições mais rigorosas, seja pelo frio ou pelo calor extremo[20].

15| Disponível em https://www.cm-lamego.pt/turismo/caminhos-de-santiago, consultado a 23/11/2019.

16| Dados referentes ao ano de 2019. Disponível em www.ine.pt, consultado a 17/09/2020.

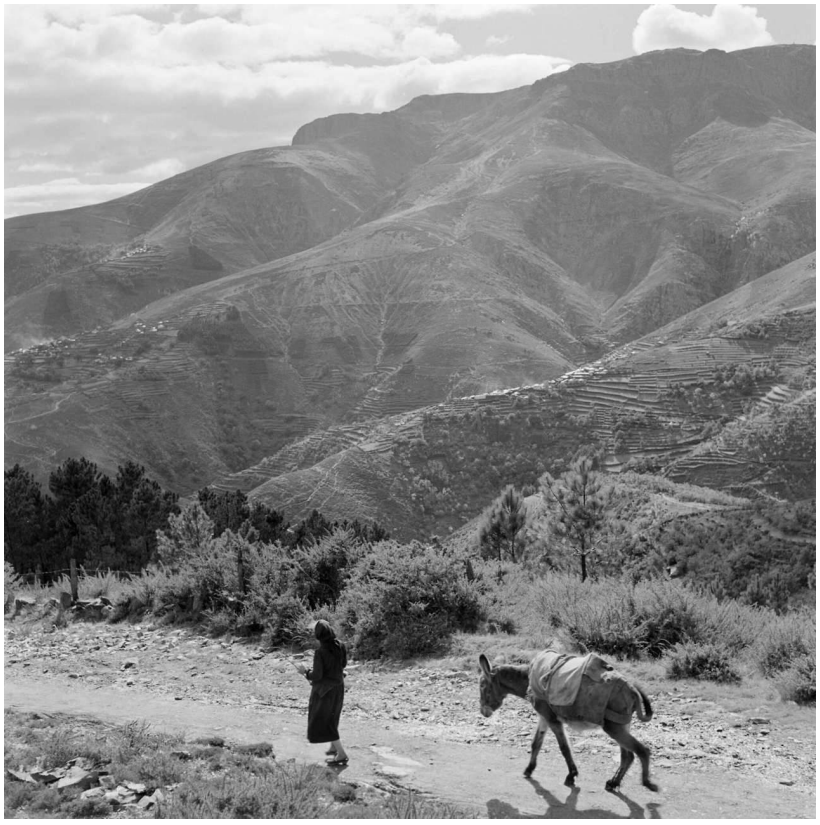
17| Vieira, António. Avaliação das potencialidades naturais e paisagísticas da Serra de Montemuro, trabalho apresentado em X Colóquio Ibérico de Geografia in Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia - A Geografia Ibérica no contexto europeu. Évora: 2005. Disponível em http://hdl.handle.net/1822/35548, consultado a 19/11/2019, [n.p.].

18| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.16.

19| Proposta do Relatório do Plano e Programa Geral de Execução. Lamego: C.M., 2015, p.82-83. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 16/10/2019.

20| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.14-15.

02. Série Vindimas. Décadas de 50-60, Artur Pastor.



03. Série Paisagens habitadas. Beiras, décadas de 50-60, Artur Pastor.

A maneira como os assentamentos destas zonas se configuram diferem, pois são *"… reflexo de dois tipos de economia e, em última análise, de dois tipos de ambiente."*[21]. No Douro predominam as quintas e os pequenos núcleos, enquanto que na serra, os núcleos são mais densos.

Quanto ao perfil socioeconómico de Lamego, este depende sobretudo do sector primário, da vitivinicultura, da fruta e da pecuária. Quanto ao sector secundário, dá-se nota de algumas pequenas empresas de produção de pirotecnia. Por fim, o sector terciário tem vindo a aumentar gradualmente, sobretudo os pequenos comércios. A par disso, o turismo tem também tido um crescimento acentuado, o que se tem tornado um importante factor de desenvolvimento para o município[22].

Lamego, *cidade histórica e monumental*[23], é desde a antiguidade um importante centro religioso, constituindo a única diocese que não corresponde a uma capital de distrito[24]. A sua relevância cresceu por vários motivos, estando dentro desses a sua posição no território, a existência de vias romanas, a instalação de sede de bispado, os percursos medievais do Caminho de Santiago[25] e o culto de Nossa Senhora dos Remédios, entre outros.

o Caminho de Santiago do interior

Alguns destes caminhos passavam por Lamego que se assumiu como um importante nó de articulação das vias medievais. Tanto recebia o fluxo de pessoas vindas de Escarigo, como do eixo Viseu - Orense ou Viseu - Braga[26]. É importante compreender que estes percursos *"… nas suas variadas derivações, são, desde a Idade Média, vias de peregrinação, de cariz não só religioso, mas também cultural, turístico e económico, por servirem como vias de comunicação, mas também como meios de divulgação da identidade dos vários locais que atravessam."*[27].

O actual Caminho de Santiago do Interior atravessa a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, Penude, Vila Nova Souto D'el Rei, Lamego, Sande, Cambres e Valdigem. Ao fazer este percurso é possível desfrutar de diferentes paisagens, desde a serra integrada na Rede

21| *Ibidem*, p.17.

22| Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Lamego. Lamego: C.M., 2017, p.13-14. Disponível em www.cm-lamego.pt/mobilidade/pmus, consultado a 16/10/2019.

23| Disponível em https://www.cm-lamego.pt/index.php/municipio/concelho, consultado a 23/11/2019.

24| A data de fundaçaão da Sé de Lamego remonta ao século XII.

25| O túmulo de Santiago foi descoberto nos inícios do século IX.

26| Gil, Carlos; Rodrigues, João. Pelos caminhos de Santiago: itinerários portugueses para Compostela. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1990, p.95;153;158.

27| Disponível em https://www.cm-lamego.pt/turismo/caminhos-de-santiago, consultado a 23/11/2019.

04. Caminhos de Santiago Portugueses - relação com Meijinhos.

Escala 1:2 500 000 N

Natura 2000[28], ao Alto Douro Vinhateiro, considerado património mundial da UNESCO. O trecho Bigorne - Magueija passa muito próximo de Meijinhos, como é possível observar na imagem 04, tirando partido do contacto com a natureza.

celebrações religiosas

Também as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios atraem visitantes, desde há vários séculos. Na verdade, a existência de festas remonta ao século XIV, quando ainda se fazia o culto a Santo Estêvão, que teria uma ermida no Monte dos Fragões. Era alvo de procissão, pelo clero, duas vezes por ano, em Maio, no dia da Santa Cruz, e a 3 de Agosto, no dia do santo[29]. O culto de Nossa Senhora dos Remédios só foi introduzido após o Concílio de Trento (1545-1563), apresentando a Virgem como santa miraculosa[30]. Em 1564 o bispo D. Manuel de Noronha mandou construir uma nova capela[31] sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, no renomeado monte de Santo Estêvão, demolindo a anterior que se encontrava em ruína.

Em 1750 foi iniciada a construção do santuário, que já precisava de responder à escala nacional que o culto tinha atingido. Esta edificação estabeleceu um centro de peregrinação, a Romaria de Portugal, que ainda hoje atrai público dos mais diversos locais, *"… a sua festa de Nossa Senhora dos Remedios, famosa entre as mais concorridas, mais pittorescas e mais rendosas do paiz. Durante quatro dias (7 a 10 de setembro) dezenas de milhares de romeiros transformam os extensos campos que rodeiam a cidade e toda a encosta da extensa collina dos Remedios n'um enorme acampamento, com infinita variedade de aspectos, de episodios e de interesses."*[32].

Dos festejos actuais fazem parte a Marcha Luminosa, a dia 6 de Setembro, e a Batalha das Flores, no dia 7. Ambos os cortejos são compostos por carros alegóricos, com a diferença de que a primeira se realiza de noite e a segunda de tarde. Na transição do dia 7 para o dia 8 acontece um

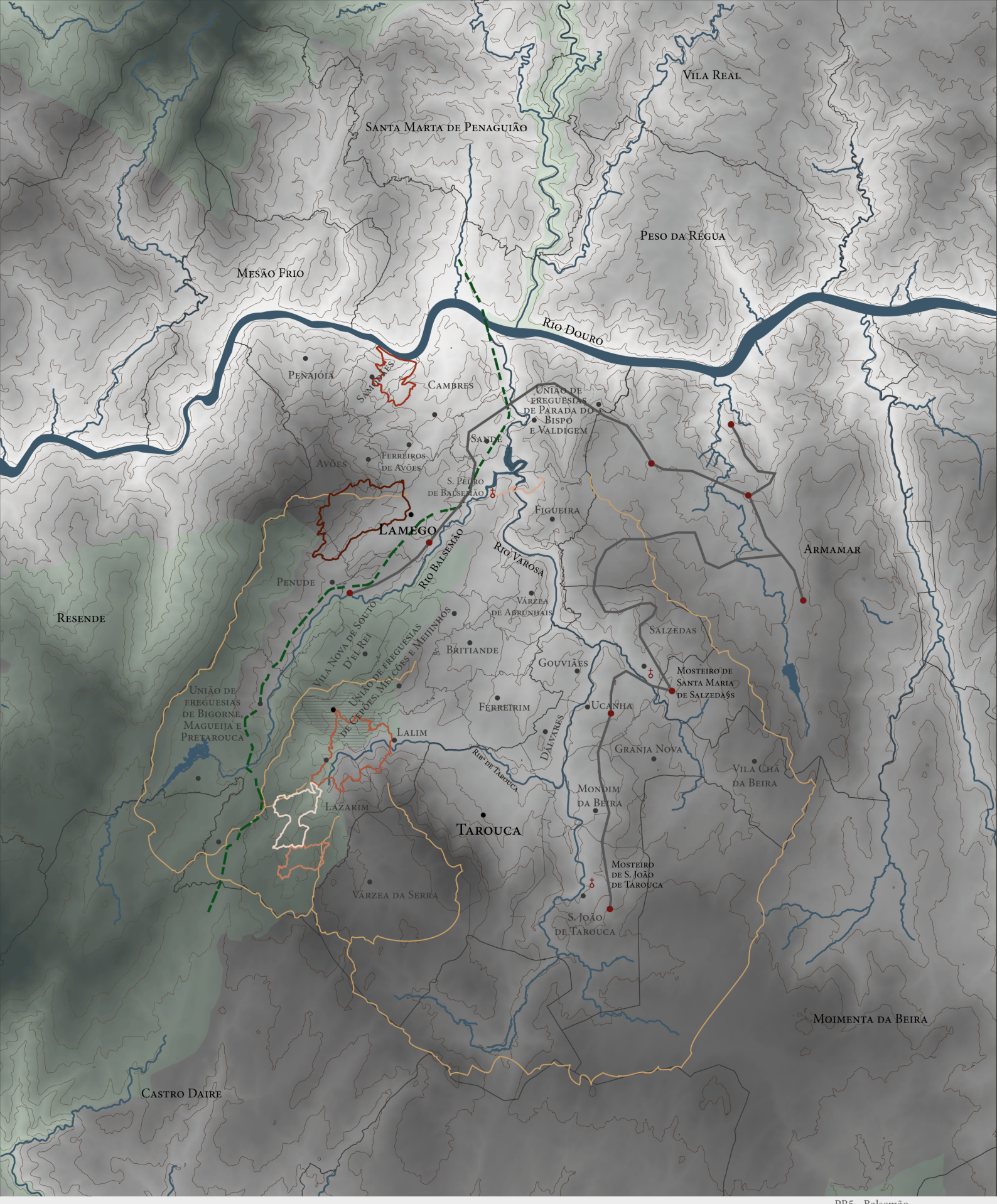
28| *"A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia (...) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia."* Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000, consultado a 11/08/2020.

29| Disponível em https://www.aromariadeportugal.pt/index.php/degraus-de-historia/festas-dos-remedios.html, consultado a 08/10/2020.

30| Carvalho, Aida. História de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego. Tese de doutoramento em Ciências da Cultura, orientada por Prof. Dr. Fernando Moreira. Vila Real: UTAD, 2013, p.vii. Disponível em http://hdl.handle.net/10198/10827, consultado a 10/05/2020.

31| Ficha SIPA - Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3737, consultado a 19/10/2019.

32| Vaconcellos, Joaquim de. Lamego em A Arte e a natureza em Portugal: collecção photographica de monumentos, costumes e paisagens. Porto: Emilio Biel & C.ª Editores, Edição definitiva, 1908, vol. I, p.76.



05. Rotas turísticas e percursos pedestres do concelho de Lamego.

Escala 1:150 000 N

espectáculo de pirotecnia. No decorrer do dia sucede-se a Procissão do Triunfo, que se destaca pelo transporte dos andores por juntas de bois e que conta com vários figurantes[33].

Apesar desta ser aclamada como a "Romaria de Portugal" existem outras nas proximidades, ainda mais antigas. Exemplo disso é a romaria a Santa Maria de Cárquere, que se realiza no quarto domingo de Maio, a romaria da Santa Cruz em Sernancelhe, no dia 3 de Maio, ou ainda a romaria da Senhora da Lapa, que tem várias datas a 10 de Junho, 15 de Agosto e no primeiro domingo de Setembro.

percursos pedestres

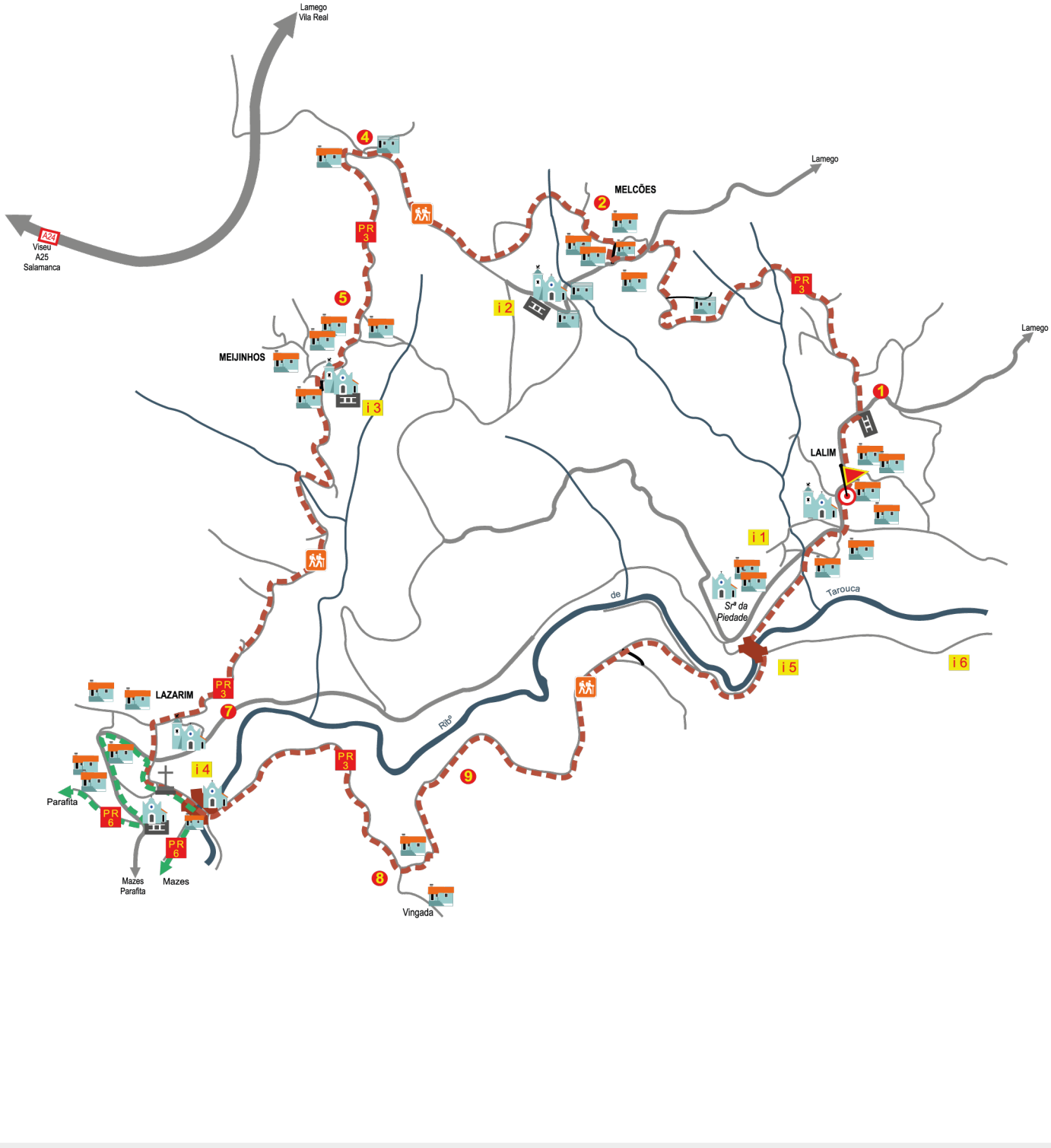
Além das festas religiosas, este concelho é também palco de vários roteiros turísticos e culturais que pretendem dinamizar, não só a cidade, mas também os seus lugares mais afastados. Exemplo disso é a rota das aldeias vinhateiras, a do vinho do Porto, a das vinhas de Cister ou a do azeite.

Apostando nos recursos endógenos e nas características de cada povoado como fonte de atracção, foi criada uma rede de percursos pedestres, pela Câmara Municipal (ver imagem 05). Actualmente, existem seis percursos de pequena rota (PR), com diferenças a nível de extensão, duração e dificuldade[34]: o PR1 - o percurso da Serra das Meadas, o PR2 - o percurso do Vinho do Porto, o PR3 - o percurso Terras D. Pedro Afonso, o PR4 - o percurso pela anta de Mazes, o PR5 - o percurso do Balsemão e o PR6 - o percurso das máscaras de Lazarim, como se pode ver no mapa. Com esta iniciativa "*Pretende-se assim dinamizar a população fomentando o conhecimento da área local para que não sejam desvalorizados os recursos naturais e socioculturais, promovendo a conservação do património viário tradicional. Os percursos, que se encontram sinalizados de acordo com as normas internacionais de pedestrianismo, estão também integrados nas Rotas Pedestres do Norte de Portugal reforçando o enquadramento do interior no turismo de evasão e aventura. Estes podem ser realizados sem o recurso a um guia especializado, pois dispõem de um topoguia desdobrável que contém a ficha técnica do mesmo, a cartografia, o regulamento, o perfil altimétrico e uma descrição sucinta do património visível, natural e cultural, ao longo do trilho, estando disponível no site da Câmara Municipal de Lamego. Percorrer as áreas selecionadas por trilhos e caminhos possibilita o contacto in loco com a fauna e flora, permitindo o desenvolvimento de atividades tradicionais e ir ao encontro do progresso sustentável turístico e económico, potenciando o artesanato, produtos tradicionais, alojamento e restauração."*[35]

33| Disponível em https://www.aromariadeportugal.pt/index.php/degraus-de-historia/batalha-de-flores-2.html, consultado a 08/10/2020.

34| Disponível em https://www.cm-lamego.pt/turismo/percursos-pedestres, consultado a 23/10/2019.

35| Disponível em https://www.cm-lamego.pt/turismo/percursos-pedestres, consultado a 23/10/2019.



Povoação · Igreja · Casa isolada · Ruína · Capela · Cruzeiro · Cemitério · Caminho · Ponte · Linha de água ribeira · Início do percurso

PR 3 · PR 6 · i 1 Pelourinho e Casa da Aldeia · i 2 Igreja S. Silvestre · i 3 Igreja Paroquial de Meijinhos · i 4 Igreja S. Miguel Casa do Barão de Lazarim · i 5 Ponte Românica · i 6 Parque Mãe Natureza · Fim do percurso

06. Esquema do PR3 - Terras de D. Pedro Afonso.

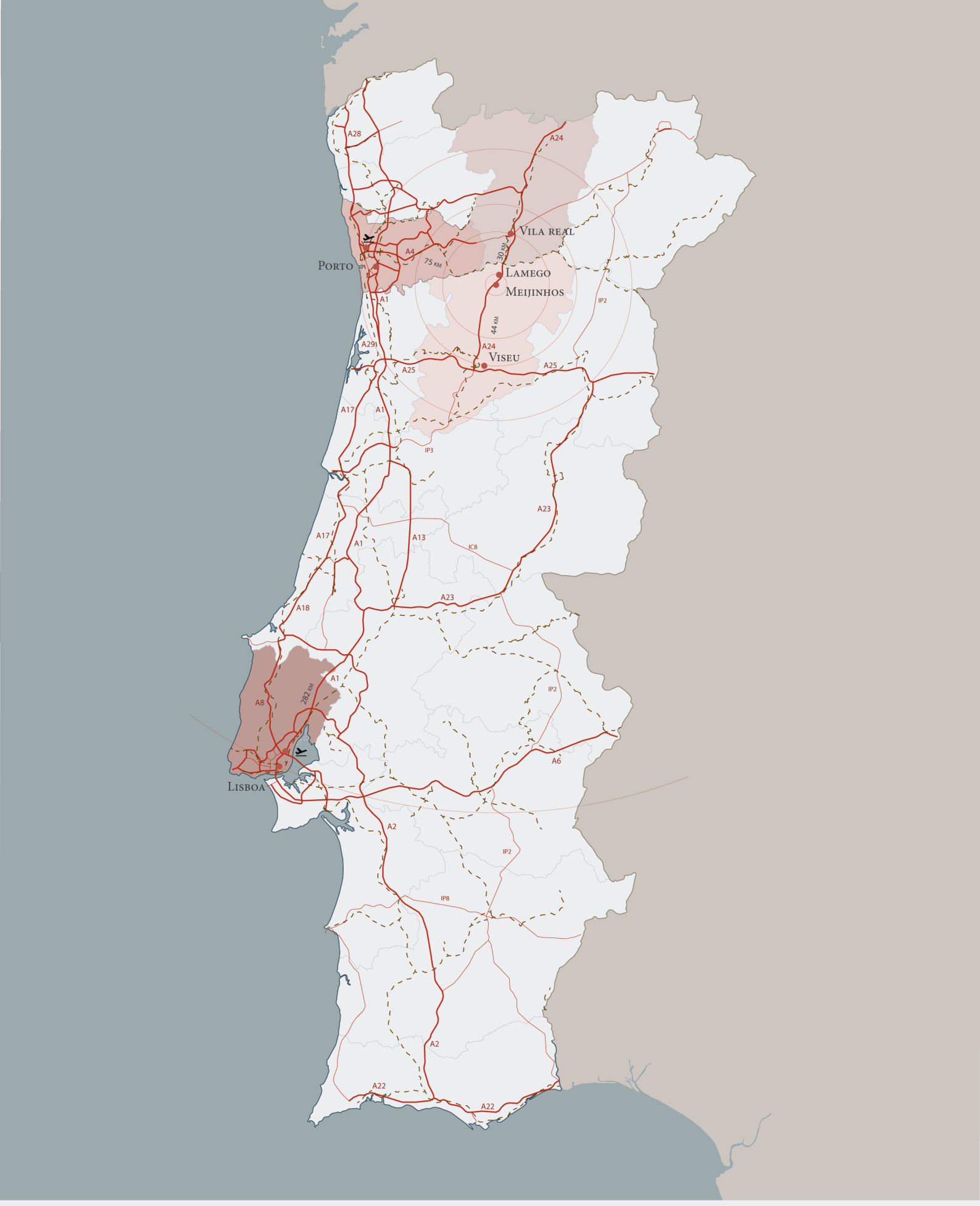
N

O percurso PR3 - Terras de D. Pedro Afonso[36] desenha-se por Lalim[37], Lazarim, Melcões e Meijinhos, que foram palco das suas trovas de amor, tendo como atracção os monumentos destes povoados e o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica (ver imagem 06). Com base neste itinerário, foi organizado o *Trail* Terras Dom Pedro e o passeio BTT, que tiveram a sua primeira edição no ano de 2019. A segunda edição estava prevista para Março de 2020, mas acabou por ser adiada e, eventualmente, cancelada, face ao contexto pandémico.

07. 08. 09. 10. Fotografias do *Trail* e BTT Terras Dom Pedro.

36| *"O nome deste percurso deve-se a D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos (séc. XIII/XIV). Filho ilegítimo de D. Dinis (...) que viria a tornar-se Senhor de Lalim, por volta de 1306, em cujos paços viveu até ao fim da sua vida, após a morte de D. Dinis, em 1325. D. Pedro terá feito dos Paços de Lalim a sua residência. Aqui escreveu as suas trovas de amor e o seu livro de linhagens."*, ibidem.

37| Em entrevista realizada com o presidente da junta de Lalim Bruno Carneiro, percebeu-se um grande interesse em tentar criar uma ligação entre as várias populações, através da dinamização do roteiro com elementos característicos de cada população. Estes pontos poderão vir a marcar um novo percurso de caminhada de forma a dinamizar o interesse pelo turismo na região. Disponível no Anexo II.



11. Mapa de acessos rodoviários e ferroviários.

Escala 1:2 500 000 N

As várias atracções existentes e o valor paisagístico do Douro garantem visitas de milhares de turistas. Nesse sentido é necessário que exista uma infra-estrutura que assegure a rede de acessos a esta região. Esta deve prever não só a fluência de pessoas residentes e de bens, mas também o fluxo turístico, permitindo a ligação a outros centros urbanos para a dinamização do território. As deslocações com destino a Lamego podem ser feitas por automóvel, autocarro, comboio ou barco, prevendo ainda a articulação destes meios de transporte com aeroportos e aeródromos.

Em termos distritais, os itinerários principais que asseguram a ligação rodoviária a esta zona são o IP3/A24, o IP4/A4 e o IP5/A25, a A29 e a A1 (ver imagem 11). Os centros urbanos principais distribuem-se ao longo destes corredores *"... enquanto o restante território, essencialmente rural, evidencia uma ocupação pouco densa e suportada por aglomerados de reduzida dimensão, face a um território com um grande valor patrimonial cultural e natural de projecção internacional."*[38] Existe ainda o projecto para a construção do IC26, que assenta sobre uma rede de estradas nacionais que permitiria garantir uma ligação mais eficiente à restante rede nacional de auto-estradas propiciando a "*… articulação do concelho com os principais corredores regionais e alcançar uma nova centralidade capaz de fomentar o seu desenvolvimento socioeconómico e um mais rápido acesso aos concelhos vizinhos*"[39], sendo eles Amarante, Peso da Régua, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Trancoso, mas o projecto não avançou[40].

Em termos de tempo-distância[41], isto significa que Lamego se encontra a cerca de 35 minutos de Vila Real (42 km), a 17 minutos do Peso da Régua (13 km), a 47 minutos de Viseu (61 km), a 1h25 minutos do Porto (130 km) e a 3h26 minutos de Lisboa (349 km). Lamego nunca teve acesso directo à rede ferroviária[42], no entanto, ressalta-se a proximidade à estação do Peso da Régua, a cerca de 11 km, que representa uma oportunidade de receber o fluxo de utilizadores do comboio, embora não exista uma linha intermunicipal que garanta o acesso a Lamego.

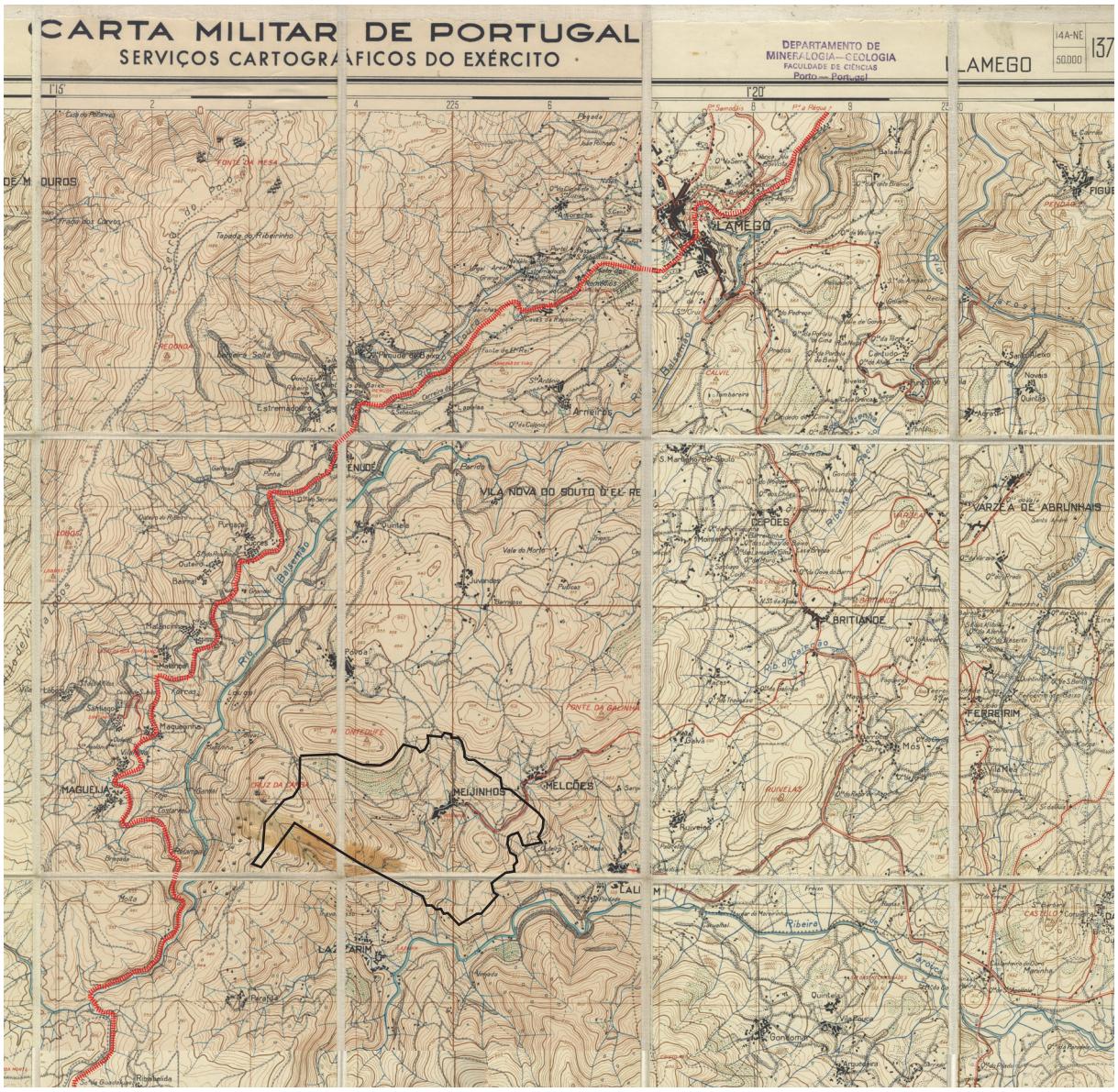
38| Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte - Relatório Final. [s.l.]: CCDRN, 2009, p.57. Disponível em www.ccdr-n.pt/servicos/ordenamento-territorio/documentos, consultado a 09/06/2020.

39| Proposta do Relatório do Plano e Programa Geral de Execução. Lamego: C.M., 2015, p.51. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 16/10/2019.

40| CIM Douro: Construção do IC26 volta a ser exigida mais uma vez. 30/06/2019. Disponível em https://on-centro.pt/index.php/pt/noticias2/item/1704-ic26-comunidade-intermunicipal-do-douro-reivindica-promessa-de-decadas, consultado a 23/07/2020.

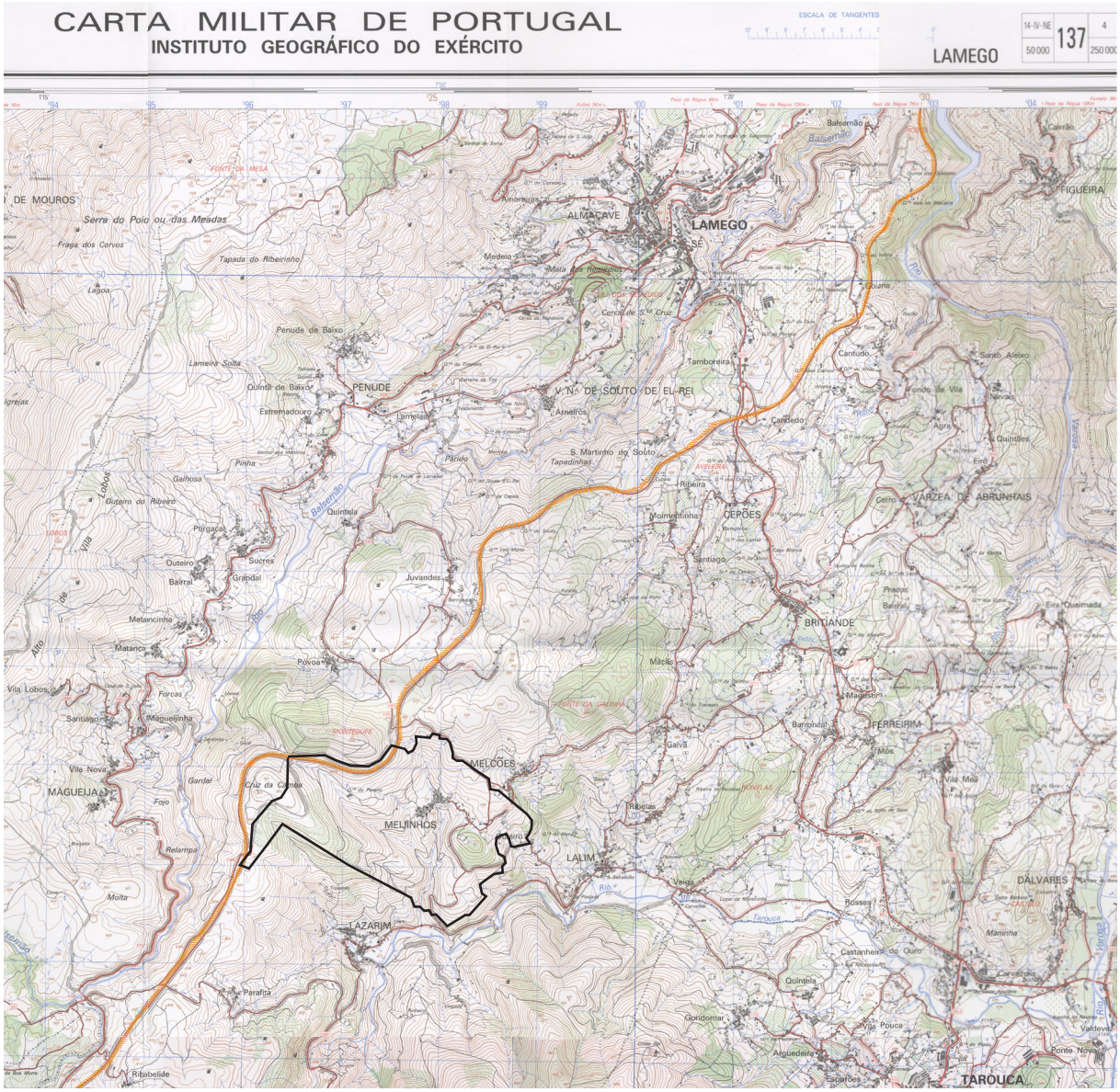
41| Os tempos apresentados são resultados da simulação feita com o Google Maps.

42| Joaquim de Vasconcellos refere que *"Como tantas outras cidades do interior do Reino aguarda Lamego a hora de uma resureição, que ha de soar quando as linhas ferreas a ligarem ás grandes arterias do Douro e da Beira Alta. A união com a Regoa, pelo menos, parece facil e devia existir ha muito"* em Vasconcellos, Joaquim de. Lamego em A Arte e a natureza em Portugal: collecção photographica de monumentos, costumes e paisagens. Porto: Emilio Biel & C.ª Editores, Edição definitiva, 1908, vol. I, p.76.



12. Extracto da Carta Militar nº 137 - Lamego, edição 1, 1949.

À data desta carta, em 1949, o acesso principal era feito pela Nacional 2, marcada a vermelho na imagem. O acesso a Meijinhos, com os seus limites anotados a preto, seria feito por caminhos pedestres partindo desta estrada ou então, pelas outras estradas assinaladas a vermelho que irradiam de Lamego até Britiande, Melcões e Meijinhos.



13. Extracto da Carta Militar nº 137 - Lamego, edição 3, 1998.

Na edição de 1998 nota-se a evolução da rede viária municipal entre as duas versões, verificando-se muitos mais percursos assinalados a vermelho. A laranja indica-se a construção do IP3/A24, sobre caminhos de pé posto desenhados na carta anterior. Apesar de se observar uma intersecção com Meijinhos, não exista um acesso directo.

No que diz respeito ao acesso aéreo, a ligação rodoviária é-lhe indissociável, face à falta de conexão de outros meios de transporte. A grande percentagem dos turistas internacionais vem do Aeroporto Francisco Sá Carneiro[43], localizado a 130 km de Lamego, o que se traduz numa viagem de cerca de 1h30 minutos. Existem ainda aeródromos em Vila Real (32km), fechado desde 2019[44], e Viseu (61 km), que também podem ser relevantes para as deslocações turísticas dentro de Portugal, *"… no âmbito do turismo internacional, esta redução distância-tempo é igualmente importante. Isto reflete-se especialmente na ligação rodoviária entre Porto e Lamego, uma vez que a esmagadora porção dos turistas internacionais que se deslocam ao Douro têm no Aeroporto de Francisco Sá Carneiro a principal porta de entrada no país."*[45].

Ainda dentro da escala distrital, a mobilidade por transportes colectivos é desafiante face à inexistência de uma interface capaz de articular o comboio, o autocarro e o barco, ainda que este último seja de uso apenas turístico. Dentro da escala dos concelhos CIM Douro existem 28 linhas que conectam esta comunidade e que ligam Lamego aos outros concelhos, sendo elas maioritariamente da responsabilidade da empresa Transdev Douro.

Já dentro do concelho de Lamego existem 11 linhas asseguradas pela Transdev Interior, mas ainda assim, existe uma falta de articulação que permita transbordos convenientes entre diferentes meios de transporte e operadores. Existe uma central de camionagem próxima da Câmara de Lamego, que agrega o transporte público e a praça de táxis, mas são necessários mais pontos de articulação para as deslocações do dia-a-dia.

A ligação Lamego - Meijinhos, em particular, é pensada, em primeiro lugar, em virtude do transporte escolar. Isto traduz-se em apenas uma viagem no sentido Meijinhos - Lamego pelas 07h05 minutos e outra, sentido Lamego - Meijinhos, pelas 16h50 minutos, em dias úteis, tendo em conta que ao fim-de-semana não existe qualquer deslocação. A única excepção a este horário é à quinta-feira, dia em que se realiza a feira em Lamego, adicionando mais uma partida de Meijinhos às 08h50 minutos e um retorno às 12h00. A duração deste trajecto é de 30 minutos. Nem sequer é possível conciliar a linha Meijinhos - Lamego com outras, como as de Lazarim - Lalim - Lamego ou Britiande - Lamego, não estando assegurada a ligação entre estas localidades tão próximas, nem ao concelho de Tarouca.

43| Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Lamego. Lamego: C.M., 2017, p.13. Disponível em www.cm-lamego.pt/mobilidade/pmus, consultado a 16/10/2019.

44| Mairos, Olímpia. Vila Real lança concurso para reparação da pista do aeródromo municipal. Disponível em https://rr.sapo.pt/2020/04/22/pais/vila-real-lanca-concurso-para-reparacao-da-pista-do-aerodromo-municipal/noticia/190212/, consultado a 5 de Julho de 2020.

45| Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Lamego. Lamego: C.M., 2017, p.13. Disponível em www.cm-lamego.pt/mobilidade/pmus, consultado a 16/10/2019.

Apesar do município ter implementado o Verdinho para colmatar falhas, este *minibus*, distribuído por 4 linhas, assegura apenas mais cobertura na zona urbana de Lamego, ignorando as zonas mais periféricas. Uma das linhas conecta Cepões, sede da união de freguesias a que Meijinhos pertence, a Lamego, com autocarros de 30 em 30 minutos, que poderiam estender os seus percursos até Meijinhos, pelo menos de hora em hora ou em horários considerados mais pertinentes.

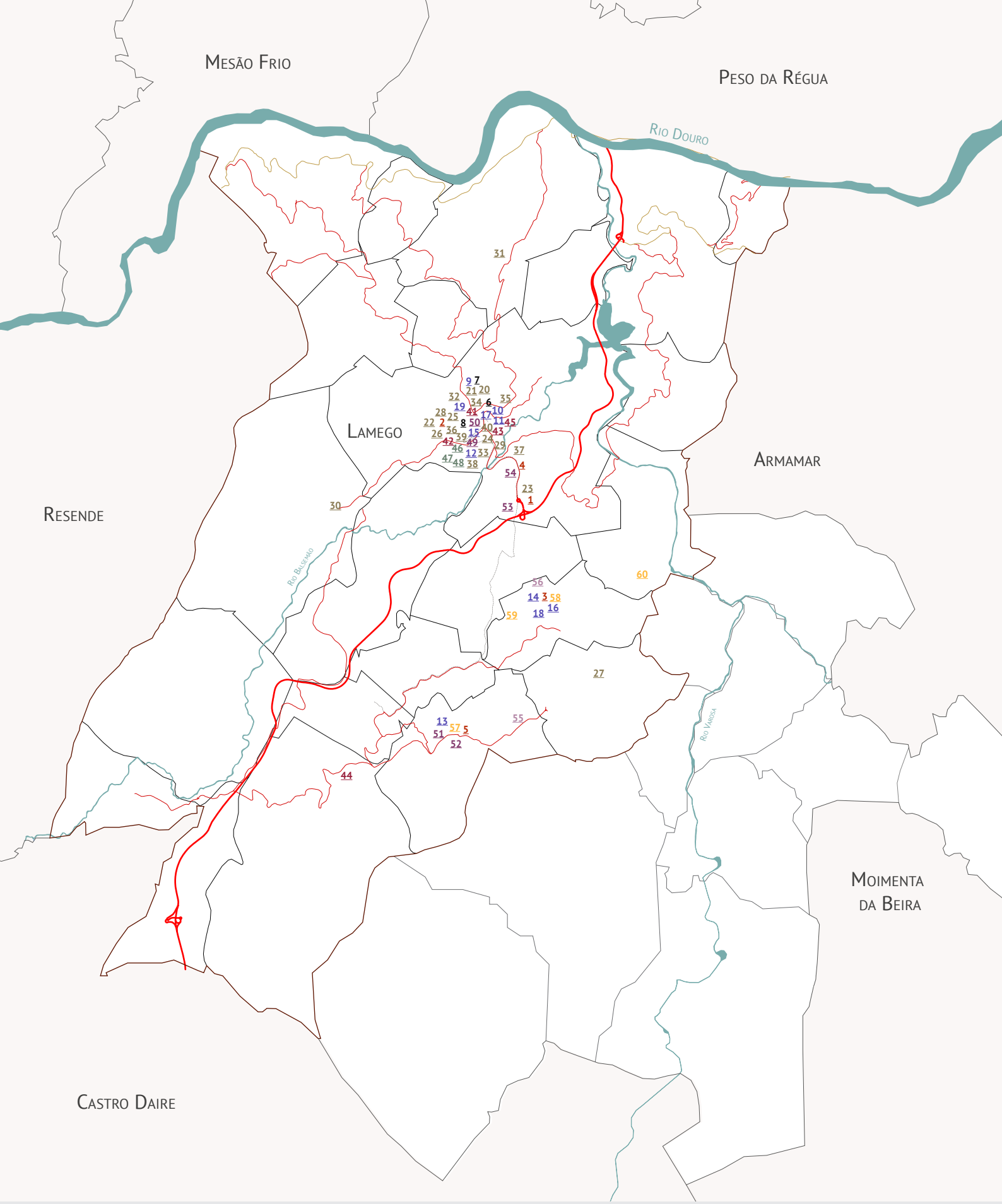
Não se pretende fazer um juízo de valor sobre as redes rodoviária, ferroviária e de transportes públicos. Contudo, este panorama mostra que, na perspectiva do turista, Meijinhos está relativamente bem servido de infraestruturas que permitem um acesso rápido. No entanto, na perspectiva do habitante de Meijinhos, depara-se com uma maior desarticulação destas redes, principalmente dos transportes públicos.

Tendo em conta os horários existentes, a deslocação para um local de emprego através de transportes públicos torna-se incompatível. Sem um automóvel próprio é difícil realizar deslocações, seja para as freguesias próximas, ou para as cidades de Lamego e Tarouca.

A população mais envelhecida de povoados como o de Meijinhos fica muitas vezes sujeita às carrinhas que vendem as mercearias porta-a-porta, que se deslocam diariamente ou semanalmente, como único meio de comprar comida e botijas de gás, por exemplo. Esta desarticulação é um desincentivo à fixação de habitantes.

> *"O modelo territorial atual evidencia um território onde proliferam aglomerados relativamente dispersos e de reduzida dimensão, onde além da cidade apenas se destacam 5 polos com alguma capacidade de atração – Cambres, Valdigem, Britiande, Lalim e Penude. A cidade destaca-se substancialmente dos outros aglomerados, "chamando a si" uma substancial área de influência não só ao nível dos serviços de nível superior, mas também nos pequenos serviços de comércio e afins."*[46]

46| Proposta do Relatório do Plano e Programa Geral de Execução. Lamego: C.M., 2015, p.83. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 16/10/2019.



14. Mapa de localização de serviços e equipamentos.

N 1:100 000

Legenda

Equipamentos e Serviços

Saúde
1. Hospital
2. Centro de Saúde de Lamego
3. Farmácia de Britiande
4. Farmácia Lemos - Lamego
5. Óptica "Parente"

Protecção Civil
6. Esquadra da GNR
7. Esquadra da PSP
8. Bombeiros Voluntários de Lamego

Serviços
9. Segurança Social
10. Serviço de Finanças - Lamego
11. Tribunal
12. Estação dos Correios de Lamego
13. Posto CTT Lalim
14. Posto CTT Britiande
15. Banco Santander
16. Banco Caixa Agrícola
17. Central de Camionagem
18. Cabeleireiro
19. Clínica Veterinária "VetLamego"

Educação
20. Associação Infantário e Jardim Infantil " O Pintinhas"- Privado
21. Jardim de Infância da APITIL - Alvorações - Privado
22. Jardim Infantil Da Stª Casa Da Misericórdia - Privado
23. Jardim Infantil do Centro Diocesano de Promoção Social - Mãe Admirável - Privado
24. Jardim Infantil Patronato S.José De Lamego - Privado
25. Externato Santo António de Fafel (pré-escolar) - Privado
26. Escola Básica de Lamego - Público
27. Escola Básica de Lamego Sudeste - Público
28. Escola Básica n.º 1 de Lamego - Público
29. Escola Básica n.º 2 de Lamego - Público
30. Escola Básica de Penude, Lamego - Público
31. Escola Básica de Cambres - Público
32. Escola do Patronato Nuno Álvares Pereira (1º ciclo) - Privado
33. Escola Básica e Secundária da Sé, Lamego - Público
34. Escola Secundária Latino Coelho, Lamego - Público
35. Colégio de Lamego (2º e 3º ciclo, Secundário) - Privado
36. Escola de Formação Social Rural - Lamego (Secundário) - Privado
37. Seminário Maior de Lamego - Privado
38. Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego (Profissional) - Público
39. Escola Profissional Agrícola de Lamego (Profissional) - Privado
40. Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (Ensino Superior) - Público

Cultura
41. Biblioteca Pública Municipal de Lamego
42. Centro Multiusos de Lamego
43. Cine Teatro Conceição Ribeiro
44. Centro Interpretativo da Máscara Ibérica - Lazarim
45. Museu de Lamego

Desporto
46. Piscinas Municipais de Lamego
47. Complexo Desportivo
48. Estádio Municipal Nossa Senhora dos Remédios

Comércio
49. Feira
50. Mercado Municipal de Lamego
51. Talho
52. Mercearia
53. Supermercado Lidl - Lamego
54. Hipermercado E.Leclerc - Lamego

Restauração
55. Tele Bôla
56. Restaurante "A Cova do Barro"

Alojamento
57. Quinta do Terreiro - Lalim
58. Casa da Quinta da Boavista - Britiande
59. Casa Santo António de Britiande
60. Hotel Rural Casa dos Viscondes Várzea

Rede Viária

Rede Rodoviária Nacional
- Rede Nacional Fundamental
- Rede Nacional Complementar
- Estradas Nacionais Desqualificadas

Rede Municipal Fundamental
- Rede Municipal Principal
- Rede Municipal Secundária

Rede Viária Urbana
- Rede Viária Urbana
- Linha de Autocarro Meijinhos-Lam

- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia
- Corpos de Água

Novamente, tomando Meijinhos como ponto de partida, analisa-se o acesso a serviços e equipamentos (ver imagem 14, p.26). A cerca de 1.5 km, em Lazarim, encontra-se um dispositivo cultural, o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica (CIMI); a 2.3 km, em Lalim, encontra-se uma mercearia, um talho, uma farmácia, um posto de correios e um alojamento turístico; a uma distância de 4.5 km, em Britiande, já se encontra um banco, restaurantes e um cabeleireiro. É de ressaltar a proximidade física entre estes pontos e a inexistência de uma conexão de transportes públicos.

No centro de Lamego, a cerca de 11 km, ou 20 minutos de automóvel, encontram-se quase todos os outros dispositivos tanto no sector da saúde - hospital, centro de saúde, lares e jardins de infância, como da protecção civil, dos serviços administrativos - finanças, segurança social, tribunal, correios, bancos, da educação - desde o pré-escolar à universidade, do cultural - biblioteca, teatro, museu, centro multiusos, ao da restauração, o do comércio e do alojamento. Ainda no sector da educação é de referir a proximidade à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em Vila Real, a 43km de Meijinhos, e à Universidade da Beira Interior, a cerca de 150km, na Covilhã. No sector da saúde é importante frisar a existência do Hospital São Pedro de Vila Real a 47km que também faz parte do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, assim como o de Lamego, funcionando em complementaridade.

leitura do lugar,

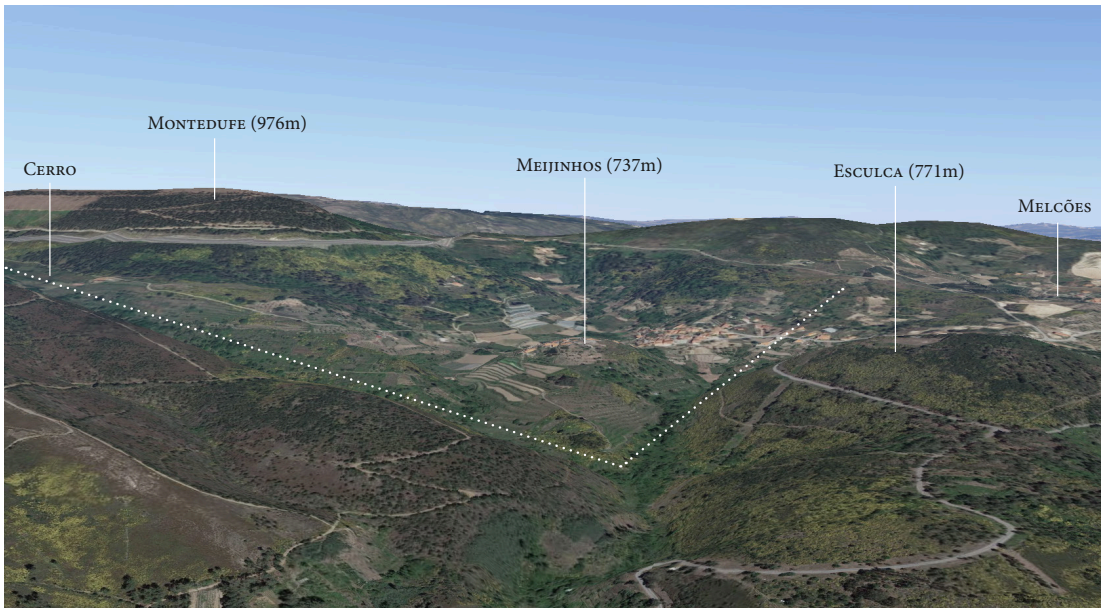
1.2. a paisagem humanizada

Para entender a lógica por detrás do assentamento de Meijinhos é necessário alargar a análise à unidade territorial em que se insere, estudando formas e culturas diferentes de ocupação do mesmo lugar ao longo de um tempo espesso, ou seja, ao longo da História e até aos dias de hoje.

O núcleo onde Meijinhos se insere é delimitado pelo maciço rochoso que configura uma linha de festo em forma de ferradura, que se abre a Norte para o Douro e os seus afluentes, Balsemão e Varosa, que constituem um sistema hidrográfico que estrutura o território[47].

Dentro desta unidade de território, há ainda uma unidade de percepção definida a Norte e a Oeste pelo Montedufe, a Este pelo monte da Esculca e a Sul pelo monte onde Mazes se implanta. No terreno, sente-se o fecho destes volumes, abrigando o assentamento de Meijinhos, a partir de onde se observa, num corredor visual definido pela depressão entre os montes, Mazes e Parafita. Outros lugares como Melcões, Britiande, Lalim e Lazarim, pertencem à mesma unidade de paisagem, mas a relação entre eles é estabelecida apenas por caminhos físicos.

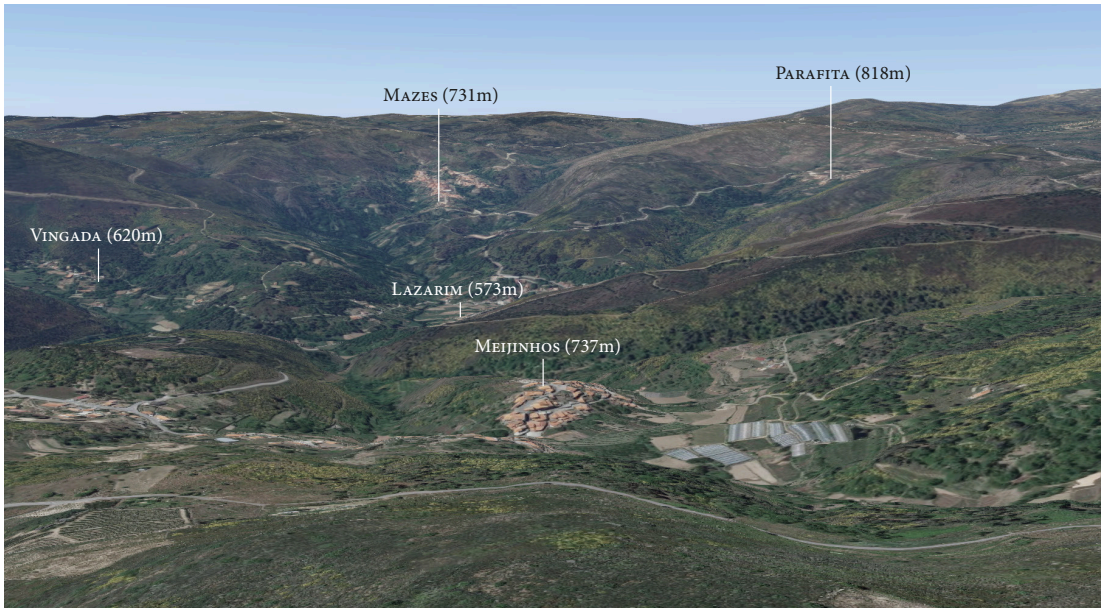
47| Passível de consulta em Norton, Maria Isabel. Alcaria de Mazes: reconhecimento, reflexão e intervenção. Porto: FAUP, 2009, p.17. A aldeia de Mazes está integrada na mesma unidade de paisagem que Meijinhos.



15. Vista geral da implantação de Meijinhos.

O lugar onde Meijinhos se encontra é definido topograficamente pelo monte da Esculca (771m[48]), pelo Montedufe (976m[49]) e pelo cerro, uma das encostas desta elevação. O povoado desenvolve-se a meia encosta sobre um outeiro arredondado (737m[50]), entre os 715 e os 750m de altitude, abrigado por essas massas (ver imagem 15).

O acesso a Meijinhos é feito pelo caminho de Melcões ou pelo da Esculca, que convergem no mesmo ponto, o que permite controlar a entrada na povoação, desde a ocupação mais remota. Existe apenas um ponto de abertura na paisagem, entre o cerro e a Esculca, que permite vislumbrar as povoações de Mazes, Parafita e Vingada pertencente a Lazarim (ver imagem 16). Esta depressão é coincidente com um curso de água que desagua na ribeira de Tarouca, no vale de Lazarim.

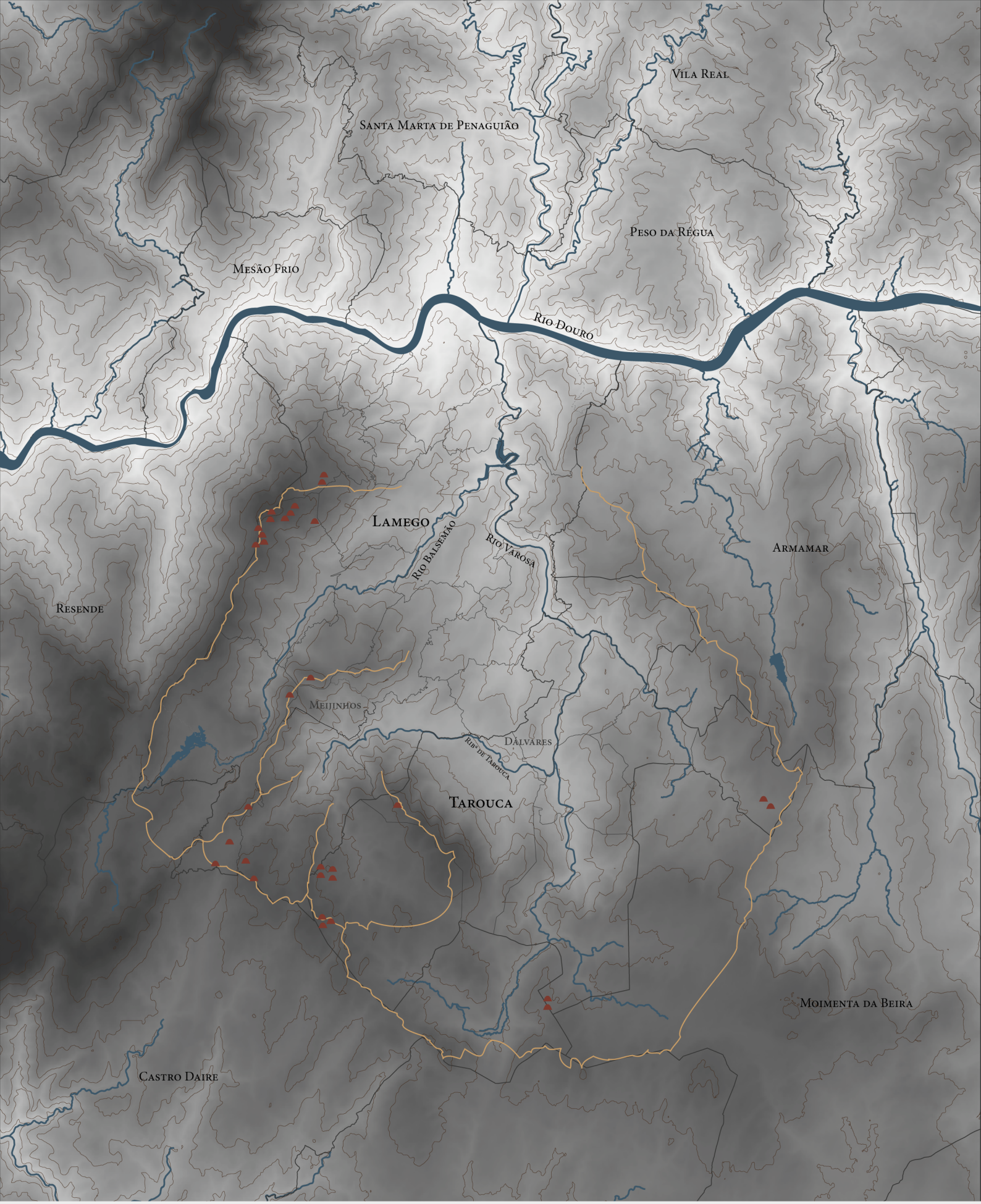


16. Enfiamentos visuais a partir de Meijinhos.

48| Informação lida a partir da Carta Militar nº 137, 1998.

49| *Ibidem.*

50| *Ibidem.*



17. Localização de vestígios dolménicos.

Escala 1:150 000 N

A fixação das primeiras unidades agro-pastoris, neste território, é suportada pelos vários dólmenes e mamoas aqui encontrados (ver imagem 17), que remetem para uma ocupação desde a passagem do VI ao V milénio a.C.[51]. Os vestígios mais próximos podem ser encontrados em Lazarim.

Também a cultura castreja[52] encontrou lugares favoráveis à sua implantação nesta zona, por norma, em posição de domínio da paisagem, para fácil controlo e defesa do território. Além disso, era essencial estar próximo da água e estar num sítio favorável à prática da agricultura e da pastorícia[53].

Encontram-se vestígios de povoados em Dálvares, Penude, Avões, Castelo da Maia / Monte de Santa Bárbara, Mondim-Paçô, Penajóia e Mata de Lobos[54], entre outros. A existência de um castro em Meijinhos também é ponderável, dada a localização[55] e as ainda visíveis estruturas arrendondadas, hipoteticamente romanizadas[56], apesar de não existirem provas concretas (ver imagem 18, p.34).

51| Sanches, Maria de Jesus. Sobre a Ocupação do Neolítico inicial no Norte de Portugal in Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo - Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalistismo. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/25/10.pdf, consultado a 5/08/2020, p.159.

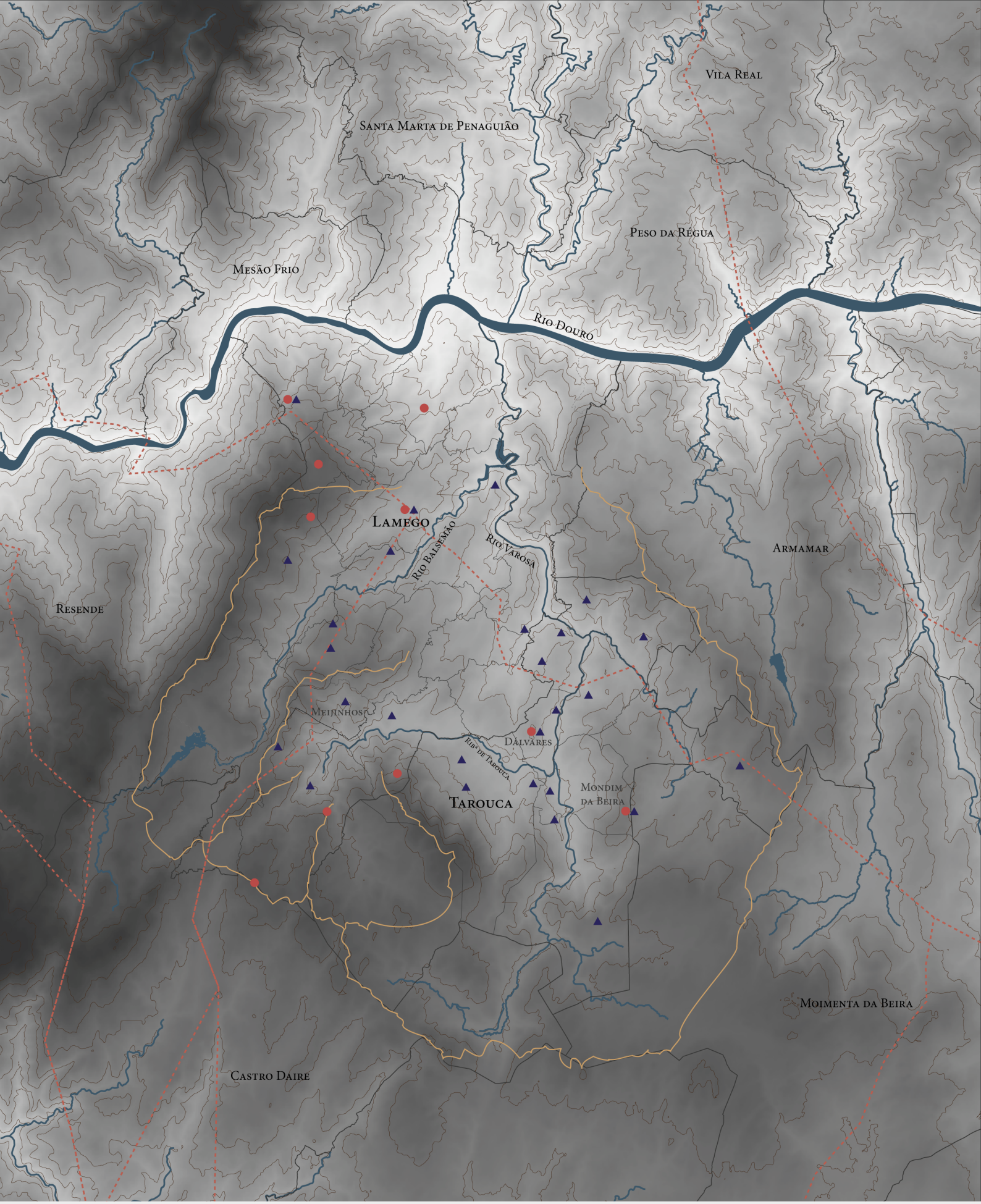
52| Embora a maior concentração da cultura castreja do Noroeste peninsular se encontre a Norte do rio Douro, o seu limite a Sul estende-se, aproximadamente, até ao rio Vouga. cf. Silva, Armando C.F. da. A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C. *in* Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: FLUP, nº 12, 1995, p.505-546, Estampa I.

53| O nome Meijinhos deriva, provavelmente, do termo mansioninos do latim - mansione, alusivo à pastorícia. *"Creio que Meiginhos é um plural populacional: lat. *mansioninos, alusivo ou devido, segundo penso, à pastorícia, no início da designação. Todavia, a escrita antiga faz-se sempre com g (e não j, como seria de étimo - se é aquele - e se escreve hoje, igneamente ou por mera arbitrariedade gráfica, de pseudocultos): Ameigios, com gi, nasal, no séc. XIII, e depois Ameiginhos (no séc. XIV, e já de esperar do gi nasal). A essa população se deve ligar a origem da igreja, depois e hoje paroquial."* em Fernandes, A. de Almeida. Censual da Sé de Lamego século XVI. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 1999, p.111.

54| Teixeira, Ricardo. Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão in DOURO - Estudos & Documentos, 1998, vol. III, p.11-28. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9384.pdf, consultado a 02/12/2019, p.13-15.

55| Fernandes, A. de Almeida. Toponímia in Beira Alta. Viseu: 1983, vol. 42, nº3, p.552. *"A designação Esculca deve-se ao n. comum "esculca", que suponho do lat. *ausculta > *sculta > sculca "sentinela" ou vigia - aqui, no sentido metafórico, mas talvez porque algum dos seus cumes tenha sido um castro a que se deveu tal designação."*

56| *"De entre a grande variedade de formas, em que se referenciam fundamentalmente construções circulares, ovaladas e angulares, com ou sem vestíbulo e algumas dependências, a predominância da planta circular, assinalada desde muito cedo, é uma das características mais significativas do habitat castrejo (...) Estudos de vários casos de sobreposição atestem posterioridade relativamente às redondas das casas castrejas de planta angular, quadrangulares e rectangulares, construídas já sob influência romana."* em Silva, Armando C.F. da. A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias *in* Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste. Portugália: 1983-1984, vol. 4-5, p. 124. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3630.pdf, consultado a 10/10/2019.



18. Localização de vestígios castrejos e da romanização.

Escala 1:150 000 N

A chegada dos romanos à Península Ibérica dá-se em 218 a.C, estando a Segunda Guerra Púnica em palco, romanos contra cartagineses. No fim desta guerra, em 202 a.C., os romanos já dominavam um extenso território na península que foi dividido, em 197 a.C., em duas províncias: a Citerior e a Ulterior[57], posteriormente dividida em Lusitânia e Bética. Toda a margem sul do rio Douro foi integrada na província da Lusitânia, com capital em Mérida, *Emerita Augusta*, e os seus povos residentes foram organizados em *civitates*, sendo a *civitates coilarnorum* a correspondente à área de estudo[58]. O território foi organizado a partir de uma rede viária. Por Lamego passaria o percurso Mérida - Viseu - Castro Daire - Lamego - Braga[59].

Gonçalves da Costa levanta a probabilidade de um povoamento luso-romano[60] em Meijinhos, do qual se descobriram vários vestígios. Segundo o autor, teria aqui existido um acampamento militar romano[61], entre o século IV e V[62], no entanto, esta data causa alguma estranheza, pois sendo referente ao período a.C., seria demasiado cedo e, respeitando a época d.C., seria muito tardio, uma vez que o processo de romanização já estaria consolidado havia vários séculos atrás e as incursões germânicas já estariam em palco. Não obstante, são muitos os vestígios encontrados neste lugar, sendo clara a presença romana. A bacia hidrográfica entre o rio Balsemão e o Varosa foi fortemente romanizada, incluindo Meijinhos, como se pode observar no mapa anterior. Encontrou-se nesta estrutura urbana uma estela funerária, que se

57| Alarcão, Jorge de. Portugal romano. Lisboa: Verbo, 4ª ed, 1987. p.26-27.

58| Vaz, João Luís da Inês. Lamego na época romana, capital dos Coilarnos. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007, p.13.

59| Alarcão, Jorge de. A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p.230; 235-236.

60| Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, volume I, p.32:*"Detectam-se também restos de antigas construções certamente povoadas por comunidades luso-romanas em Cárquere, Vila Cova à Coelheira, São Cristóvão de Nogueira, ferreiros de Tendais, São Martinho de Mouros, Tarouquela, Sabroso, Lalim, Meijinhos, e outro locais."*; volume II, p.93 *"têm ali aparecido alguns restos arqueológicos, lares, moinhos, fornos, colunas e tijolos e, ultimamente, uma pedra quadrada, apresentando num dos lados um rosto rudemente esculpido e nos outros letras e sinais geométricos"*.

61| *"A rede de comunicações foi reformada e aumentada e grande parte das cidades resultou da reforma, em alguns casos refundação, de povoados. Quando tal não foi possível, por incompatibilidade ou inexistência, fundaram-se ex-nuovo ou por evolução da implantação de efémeros acampamentos militares. Como curiosidade refira-se que muitos dos investigadores do urbanismo romano atribuem a estas urbanizações efémeras o papel experimental, formativo e formulativo do próprio modelo. Segundo Jorge de Alarcão (s/d, cap. 1), a urbanização do actual território português foi antecedida pelo estabelecimento de campos militares."* em Rossa, Walter. A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p.205.

62| Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, vol. II, p.93.

estima datar-se do século I d.C.[63], no lugar das Figueiras, mas também cerâmica, mós, fustes de colunas, *tegulae* e ainda uma outra inscrição[64].

Com a *pax romana*, as *"… populações castrejas desceram em grande número para os vales, onde as villas sucederam, ao pé das colinas, aos castros alcandorados nelas."*[65], os *"… romanos levaram a gente (…) a praticar uma agricultura regular, com base na produção de cereais…"*[66], formando propriedades de exploração agrícola, as villae, possivelmente em lugares como Ferreirim, Lazarim ou Lalim[67], entre outros.

No ano de 409 d.C.[68] iniciam-se as invasões suevo-visigóticas que vêm, novamente, introduzir mudanças na organização e administração do território. Com os suevos e visigodos convertidos ao cristianismo surgem as novas dioceses, uma delas a de Lamego[69]. Na segunda metade do século VI, *Tarauca* converte-se numa das suas *paroeciae*, uma subdiocese[70] e no século VII é lançada a fundação da capela de São Pedro de Balsemão[71].

Os invasores germânicos deixaram poucos indícios materiais da sua presença, no entanto reconhece-se o topónimo germânico em Montedufe, originário de *wulf*[72]. No ano de 585 o

63| Vaz, João L. Inês. Lamego na época romana, capital dos Coilarnos. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007, p.56; 98-99.

64| Teixeira, Ricardo. Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão in DOURO - Estudos & Documentos. 1998, vol. III, p.11-28. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9384.pdf, consultado a 02/12/2019, p.17;20-21.

65| Ribeiro, Orlando. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 4ª ed, 1986, p.79.

66| *Ibidem*, p.165.

67| cf. Fernandes, A. de Almeida. As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia. Braga: C.M., 1995.

68| Alarcão, Jorge de. A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p.296.

69| Fernandes, A. de Almeida. Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas. Arouca: [s.n.], 1997, p.86-87.

70| Fernandes, A. de Almeida. As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia. Braga: C.M., 1995, p.390.

71| Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3732, consultado a 18/05/2021.

72| *"existe um monte cónico chamado de «Ufe» (que é palavra germânica, wulf, isto é, lobo), a respeito do qual corre a lenda de se ter aí ferido um rei «mouro» de igual nome; de verdadeiro, tal nome apenas significará presença de Germânicos (Suevos ou Visigodos) …"* em Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1937, vol. 16, p. 737-739.

reino suevo é dominado pelos visigodos *"… cujo reino viria a cair em 711, com a invasão dos Muçulmanos."*[73].

Este território foi fustigado, entre os séculos VIII e XI, pelas guerras entre cristãos e árabes[74]. Por fim, em 1057, Fernando Magno conquista definitivamente a cidade de Lamego[75], trazendo estabilidade à região, mas a influência árabe permanece, pela comunidade que aqui se estabeleceu e da qual existem fortes indícios toponímicos, como por exemplo Almacave[76] ou Melcões, originário de *malik*[77].

Em Meijinhos, a presença árabe existe apenas na memória popular, que perpetua o mito de que os mouros teriam aqui escavado túneis. A história popular diz que foi encontrado um túnel, ao fazer um buraco para enxertar um castanheiro, que ligaria esse lugar, um pouco abaixo do cemitério, às terras da Magueija, para dar de beber aos cavalos[78].Contudo, este túnel pode ser o vestígio de uma cultura mais antiga[79].

A organização do povoamento rural dependia da existência de estruturas fortificadas capazes de garantir refúgio e estabilidade, incentivando a fixação de povoações. Até ao ano 1000 existia *"… uma concentração significativa* [de castelos] *na parte terminal do curso do rio Douro, correspondendo grosso modo ao Douro Litoral, abrangendo ambas as margens do rio e alcançando, no interior, os contrafortes das Serras do Marão e de Montemuro."*[80], que surgiram em resposta às primeiras presúrias de Afonso III. Após estas incursões, dá-se uma reorganização do território

73| Alarcão, Jorge de. A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p.334.

74| Albuquerque, José de Pina Manique e. Raízes históricas de Lamego. Lamego: C.M., 2008, p.4-5.

75| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.21-23.

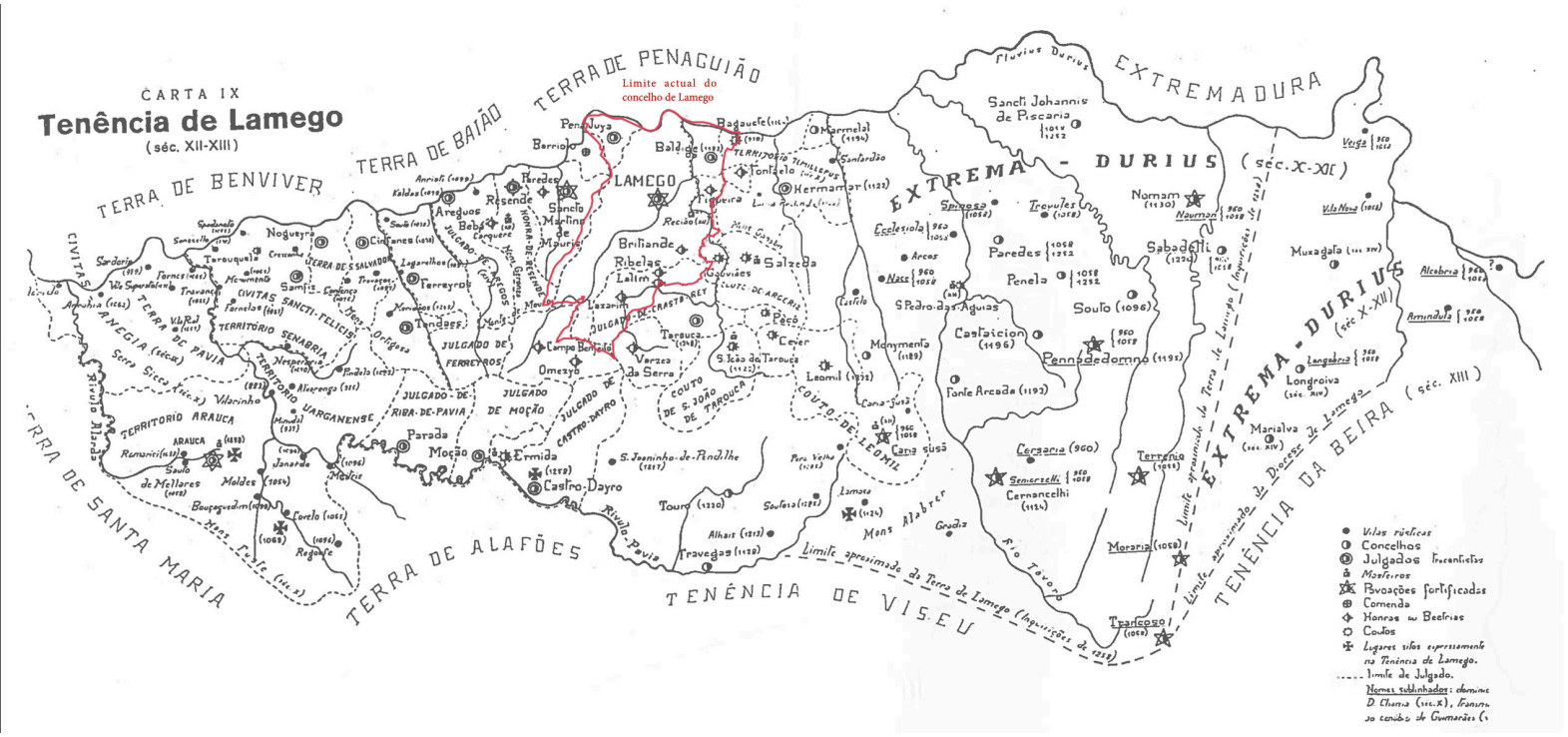
76| *Ibidem*, p.23.

77| Fernandes, A. de Almeida. Toponímia Portuguesa: exame a um dicionário. Tarouca: ADCA, 1999, p.417.

78| Esta história foi partilhada por uma habitante de Meijinhos. O sumário dessa entrevista está disponível no Anexo I.

79| *"Nas bases dos morros acastelados surgem com frequência perfurações quase verticais no terreno, destinadas a exploração ou depósito de água. A lenda popular, na sua tendência de tudo atribuir aos Mouros, imaginou extensas galerias subterrâneas até qualquer veio de água para os defensores árabes se abastecerem na eventualidade dum cerco. Encontrámos essas tradições nomeadamente em Meijinhos, Miomães, Mogueira, Castelinhos de Nespereira, São Domingos de Fontelo e Monte das Coroas de Ferreiros de Tendais. Não faltam também, mais ou menos por toda a parte, os poços, ou covas da moura ou dos mouros, tratando-se na realidade de grutas pré-históricas, algumas delas de carácter dolménico, e com mais de um compartimento, dotadas de bancos cavados na rocha, petroglifos e pinturas rupestres."* em Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, vol I, p.26.

80| Barroca, Jorge Mário. Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI) *in* Separata Portugália - Nova série. 2004, vol. 25, p.181-203. Disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8310/2/3886.pdf, consultado a 16/02/2021, p.186.



19. Mapa da tenência de Lamego *in* Albuquerque, José de Pina Manique e. Raízes históricas de Lamego. Lamego: C.M., 2008, [n.p.].

em *civitates*, que nem sempre correspondiam a cidades, mas antes a um território que estava sob uma estrutura militar. Lamego foi instituída como *civitates* em 906, que apesar de ser o lugar central, poderia ter estruturas secundárias de defesa e refúgio como o *monte*, o *alpe* ou o *castrum*[81].

Quanto aos povoamentos, estes dividiam-se em três categorias - *castellos*, *penellas* e *populaturas*. Os *castellos* eram erigidos por iniciativa condal; as *penellas* seriam construções populares, erguidos nas cabeças dos montes; as *populaturas* seriam os povoamentos concentrados implantados abaixo desta zona e ainda existiriam os *casais*, as unidades individuais de povoamento[82].

Nos primórdios da nacionalidade, Lamego foi estabelecida como um centro de tenência militar (ver imagem 19), concedido por D. Afonso Henriques ao seu aio Egas Moniz[83], que tinha a sua casa em Britiande. *"A tenência era vasta. Cobria a terra Aquém-Douro, entre os rios Paiva e Távora. Nesta altura (e com obrigatoriedade de residência) certas parcelas receberam aforamento expresso, garantindo a estabilidade do colonato por hereditariedade. Nascia assim a «fogueira», progenitora da futura «quinta» mediévica."*[84]. Tarouca é um dos concelhos desta tenência e recebeu, em 1263, o nome de Castro Rei[85].

No século XII é introduzida a ordem de Cister em Portugal, na qual D. Afonso Henriques terá tido interesse espiritual, mas também político. Esta instalação veio ajudar a consolidar o reconhecimento da independência nacional, mas também beneficiou a ordem, uma vez que "*… acabou por dotá-la de magníficos espaços fundiários, implantados nas melhores terras de lavoura do reino em construção, nas proximidades dos principais cursos de água e nas cercanias das cidades mais importantes, factores que contribuíram decisivamente para transformar as várias abadias cistercienses em território português em espaços bastante ricos, bem geridos e possuidores de enorme influência política e social."*[86].

A implantação dos mosteiros deveria ser feita em sítios "*… afastados de povoados e de vias de comunicação, de preferência nos vales, sobre a margem de um curso de água corrente, que servisse, aos monges, no quotidiano, e sobre o qual pudessem instalar um moinho, e ainda que*

81| *Ibidem*, p.188-189.

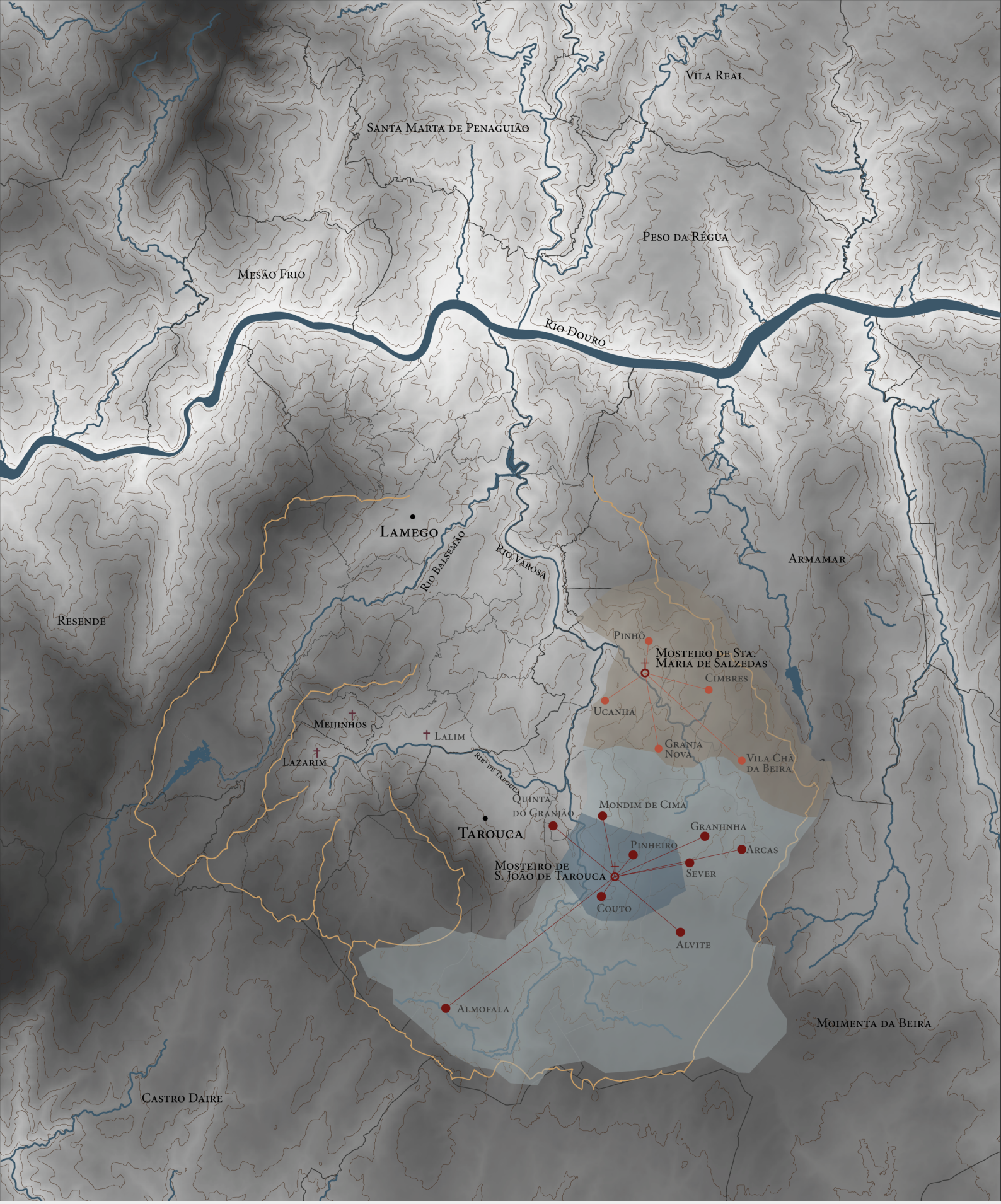
82| *Ibidem*, p.191.

83| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.23.

84| *Ibidem*.

85| Fernandes, A. de Almeida. Tarouca monumental. Viseu: Assembleia Distrital, 1970-1975, p.5-6.

86| Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal. Lisboa: Gradiva, 2010. p, 117.



20. Localização das granjas cistercienses dentro da unidade territorial.

Escala 1:150 000 N

contassem com a presença, próxima, de florestas, aspecto relacionado também com as necessidades de madeiras para os mais diversos fins, nomeadamente as construções."[87], não descurando a existência de terrenos férteis para o desenvolvimento da agricultura.

O território de Lamego e Tarouca satisfazia estes requisitos, pelo que se implantaram dois mosteiros, S. João de Tarouca (1143) e Salzedas (1156), nesta unidade territorial (ver imagem 20). Estas abadias tiveram um grande papel social no território, tendo em conta que "*… dinamizaram a economia; desenvolveram uma extraordinária cultura organizacional; abriram caminhos à arte, especialmente à arquitectura; abriram-se à recepção de monges, de conversos, de familiares; proporcionaram protecção na orfandade, na doença, na velhice, nas dificuldades económicas, nas questões jurídicas e judiciárias; ofereceram hospitalidade aos viandantes; garantiram preces pelo descanso eterno daqueles que se lhe ligavam, pelas mais distintas formas.*"[88].

O mosteiro era dotado de um couto que o circunscrevia, proveniente de doação régia ou senhorial. Os monges passariam a ser os senhores desse lugar, para o administrar segundo as suas regras. Dentro do couto, além da edificação principal, encontravam-se outros espaços como celeiros e terrenos de cultivo. Com o crescimento das explorações agrícolas existiu uma necessidade de expansão, pelo que nasceram as granjas, também chamadas de *searas*[89].

O seu estabelecimento iniciou-se "*… nas regiões dúrio-beiroas serranas, e daí se estendeu para muito longe, desde cedo por vezes, e em resultado da quase febril actividade económica inicial...*"[90] das abadias. As granjas contribuíram para a difusão dos conhecimentos das mais recentes técnicas agrícolas e da melhor tecnologia, nos diferentes povoados, mas além de impulsionarem a economia, também tiveram um papel importante na arquitectura e no urbanismo[91].

As granjas iniciais localizavam-se geralmente fora do couto, mas não muito afastadas, permitindo o regresso ao mosteiro após o dia de trabalho. Analisando a posição destas explorações, percebe-se que configuram uma estrutura radial com centro no mosteiro. Esta rede mostra que além da fertilidade dos campos, era essencial existirem bons acessos em

87| Marques, Maria (coord.). As Beiras e a presença de Cister - Espaços, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de S. Cristovão de Lafões (30 de Abril e 1 de Maio de 2005). S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de S.Cristóvão de Lafões, 2006, p.13.

88| *Ibidem*, p.22.

89| Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: Revista de Guimarães, 1974, vol. 83, p.18.

90| *Ibidem*, p.19.

91| Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal. Lisboa: Gradiva, 2010, p.113.

termos de relevo e de distância, para que os monges e os irmãos conversos[92] pudessem assistir, diariamente, às celebrações no mosteiro[93].

As granjas mais distantes, por vezes fruto de doações, necessitavam de uma estrutura mais desenvolvida. Estas *granjas superiores* ou *magister grangie*[94] eram estabelecidas através de carta de povoação, o que contribuiu para a formação de municípios. Apesar de poder haver algum povoamento preexistente, estes seriam certamente fomentados pelos cistercienses. A este tipo de granjas, além das construções destinadas à habitação e à agricultura, seriam também dotadas de capela, de um mestre granjeiro e de outras estruturas necessárias às funções educativas de tipo agrícola, cultural e moral[95].

Embora, inicialmente, as granjas fossem exploradas pelos monges cistercienses, após anos de prosperidade e das doações de terras distantes, algumas foram arrendadas a colonos, sob orientação do mosteiro, uma vez que era mais fácil arranjar mão-de-obra local[96].

Não restam dúvidas de que as granjas foram centros difusores de conhecimento e de técnicas agrícolas, que foram essenciais ao assentamento de povoados no território. Estes pontos de fixação desenharam o prenúncio da malha nacional *"Assim foi nas Beiras, assim haveria de ser em todas as outras áreas a que a inicialmente caudalosa corrente cisterciense pode chegar, antes de esmorecer o fluxo da sua inspiração espiritual, de se perder a pureza bernardina e de se cair no atoleiro do regime comendatário."*[97].

Apesar da ordem de Cister ter tido um papel importante na consolidação do território nacional e na zona *dúrio-beiroa serrana*, em particular, não parece que Meijinhos tenha feito parte

92| *"Os monges dividiam-se em professos, noviços e conversos. A estes últimos (...) cabia o peso da exploração directa das diversas granjas, em que se encontrava dividido o couto monástico, e formavam uma mão-de-obra muito especializada, muito eficaz e não totalmente iletrada ou inculta."* em Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal. Lisboa: Gradiva, 2010, p.112.

93| Marques, Maria (coord.). As Beiras e a presença de Cister - Espaços, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de S. Cristovão de Lafões (30 de Abril e 1 de Maio de 2005). S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de S.Cristóvão de Lafões, 2006, p.33.

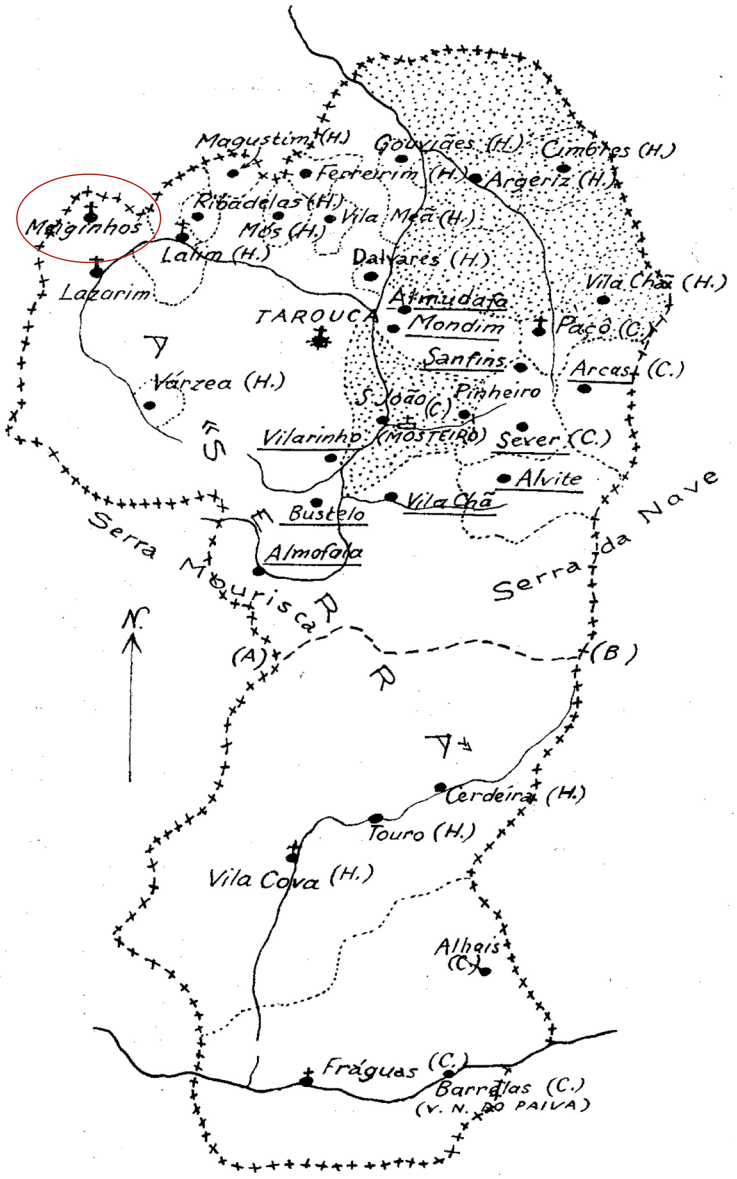
94| Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: Revista de Guimarães, 1974, vol. 83, p.20.

95| Marques, Maria (coord.). As Beiras e a presença de Cister - Espaços, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de S. Cristovão de Lafões (30 de Abril e 1 de Maio de 2005). S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de S.Cristóvão de Lafões, 2006, p.33.

96| *Ibidem*, p.32.

97| Marques, Maria (coord.). As Beiras e a presença de Cister - Espaços, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de S. Cristovão de Lafões (30 de Abril e 1 de Maio de 2005). S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de S.Cristóvão de Lafões, 2006, p.5.

destas acções colonizadoras. Na obra de Almeida Fernandes, o povoado de Meijinhos assinala-se fora dos limites dos coutos dos mosteiros, além de que é um reguengo, ou seja, propriedade *"...da coroa(...) situação geral mais antiga, quando o progresso das liberdades populares mal se esboçava ainda."*[98]. No mapa abaixo Meijinhos é reconhecido como paróquia única, podendo essa atribuição ser muito mais antiga, remetendo para a ocupação suevo-visigótica.



Linha cruzada: limites da «terra» de Tarouca.
Linha cruzada ao norte da linha tracejada (A)-(B): limites do concelho de Tarouca (Castro Rei desde 1263).
Linha ponteada: honras e coutos: H — honra; C — couto.
Círculos com cruz: paróquias únicas.
Área ponteada menor: o couto inicial do mosteiro de S. João de Tarouca. Sublinhadas as povoações a cujas áreas depois se estendeu.
Área ponteada maior: o couto do mosteiro de Santa Maria de Salzeda.

21. "Para o estudo do ambiente social em que os cistercienses se estabeleceram em Tarouca" *in* Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: Revista de Guimarães, 1974, vol. 83, p.44.

98| Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: Revista de Guimarães, 1974, vol. 83, p.42;85.

22. Habitantes de Meijinhos fiando a lã, 194?. Note-se o fuste que terá pertencido ao pelourinho.

Além da acção dos cistercienses, *"Para fomentar o povoamento da área os monarcas criaram à volta da cidade* [de Lamego] *numerosos concelhos e terras imunes (honras, coutos, beetrias), dádivas à nobreza e ao clero (Ordem Rocamador, Mosteiro de Salzedas, etc.). Este esforço parece ter sido recompensado, porque segundo o arrolamento paroquial de 1320-1321, já a terra de Lamego estava muito repovoada."*[99].

Novamente olhando para a obra de Almeida Fernandes, este defende que Meijinhos poderá ter sido alvo de aforamento, apesar de não haver documentação que o comprove. No artigo que escreveu para a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, anota que Meijinhos *"…deve, no séc.XII, ter sofrido acção aforadora de um dos tenentes de Lamego (Egas Moniz, Lourenço Viegas ou Soeiro Viegas, que se sucederam nesse cargo), por mandado do rei. As inquirições revelam-nos algo das disposições aforadoras, talvez consignadas em carta de foro, ou até de foral, pois em Meiginhos existe, ainda no século XIII, um município rudimentar, com o seu mordomo e um celeiro régio, onde se guardavam os foros. […] Em tempo de D. Lourenço Soares (neto de Egas Moniz e filho de Soeiro Viegas), tenente de Lamego, Tarouca, etc., parece ter beneficiado a terra de novo aforamento…)."*[100].

Do século XIII chegam os primeiros registos de Meijinhos, com as Inquirições de 1258, onde já se faz referência à *villa de Ameygios*[101] e à sua igreja de *Sancte Marie de Ameygios*[102] e definem-se os limites deste lugar, que compreendiam o monte da Esculca, Melcões e Parafita[103].

Meijinhos pertencia ainda ao julgado de Castro Rei, ou seja, Tarouca, mas era *regalenga "Item, Gunsalvus Monachus prelatus predictus juratus et interrogatus dixit quod villa de Ameygios est tota regalenga Regis."*[104], o que significa que era propriedade da coroa, à qual pagava foro. Da

99| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.24-25.

100| Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol.16, p.738. Nas Inquirições não foram encontradas referências ao lugar do celeiro, pelo que a sua efectiva existência continua ainda em questão.

101| Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usqve ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977, vol. I, Pars II, p.1067; 1081-1083.

102| *"Gunsalvus Monachus prelatus ecclesie Sancte Marie de Ameygios, juratus et interrogatus de patronatu ejusdem ecclesie, dixit quod Dominus Rex est patronus, et ecclesia est hedificata in propria hereditate Regis..."* em Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usqve ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977, vol. I, Pars II, p.1081.

103| O topónimo é indicador da presença romana, o termo *petra-ficta* sugere um marco de divisão do território.

104| Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usqve ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977, vol. I, Pars II, p.1082.

povoação aponta-se a existência de algumas *focarias*[105] e de dezasseis *casales*[106] *"Interrogatus quod forum faciunt Regi, dixit quod sunt decem et sex casalia..."*[107].

Não é claro se esta estrutura é de facto uma vila. Não se pode com rigor identificá-la como tal, uma vez que não lhe foi identificado um foral. No entanto, existem dados que apontam para isso, como é o caso da identificação, nas Inquirições, como um município com mordomo e armazém régio[108], o que aponta para o aforamento, como é defendido por Almeida Fernandes, como referido anteriormente, tal como a existência de um pelourinho do século XV ou XVI (ver imagem 22, p.44), ou até anterior, transformado em cruzeiro, defendido por autores como F. J. Cordeiro Laranjo[109], Mário Real Guedes[110] e Júlio Rocha Sousa[111], bem como pela ficha SIPA, disponível no site dos Monumentos[112].

A igreja paroquial já referida não tem uma data de fundação concreta, mas é consensual entre Almeida Fernandes e Gonçalves da Costa[113] que teria existido previamente uma pequena ermida dedicada a São Brás no lugar da sua implantação e que a construção da igreja de Santa

105| *"Fogueira, s. do lat. *focārĭa (...) Em 1114, no sentido de «casal ou reguengo»"*, em Machado, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. Lisboa: Livros Horizonte, 5ª ed, 1989, vol III, p.68.

106| *"Casal, s. do lat. cāsale-, «relativo, pertencente a casa; substantivamente, limites de uma propriedade; quinta, fazenda, herdade, granja; por ex., os donos de qualquer dessas propriedades rurais; marido e mulher, par»", Ibidem*, vol. II, p.87.

107| Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usqve ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977, vol. I, Pars II, p.1082. Apesar de ser referida a quantidade, não são referidos os locais de cada um dos casais, à excepção de *"... unum casale in Ameygios (...) de ista hereditate de Petra Sica..."* que se localizava em Parafita, que há data pertencia a Meijinhos.

108| *"... em Meiginhos existe, ainda no séc. XIII, um município rudimentar, com o seu mordomo e um celeiro régio."* em Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol.16, p.738.

109| *"Admitiu-se que tivesse sido "pelourinho transformado em cruzeiro""* em Laranjo, F. J. Cordeiro. No compasso do concelho de Lamego: (24 freguesias). Lamego: Câmara Municipal, 1995, p.55.

110| *"Meijinhos também teve o seu padrão municipal, que foi transformado em cruzeiro."* em Real, Mário Guedes. Pelourinhos do Distrito de Viseu (Parada do Bispo) in Beira Alta. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1979, vol. XXXVIII, nº1, p.189.

111| *"É um pequeno monumento cuja posição inicial seria no lugar denominado Casa do Concelho, longe do local onde se encontra."* em Sousa, Júlio Rocha e. Pelourinhos do Distrito de Viseu. Viseu: 1998, p.38. Esta passagem leva a questionar se seria possível que o pelourinho estivesse localizado no Largo da Igreja, numa posição de maior destaque, ou até na zona da Junta de Freguesia, onde antigamente se localizava a Eira dos Paúlos.

112| Ficha SIPA - Pelourinho de Meijinhos / Cruzeiro em Meijinhos, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14042, consultado a 19/10/2019.

113| *"O primeiro povoado de Meijinhos estendia-se pela vertente dum outeiro arredondado coroado por uma ermida dedicada a São Brás, mais tarde ampliada em igreja sob a invocação da Senhora da Piedade ..."* em Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, volume II, p.93.

Maria seria provavelmente pré-nacional *"… a igreja - já é antiga nos meados do séc. XIII… "*[114] e que tenha *"Talvez, uma fundação do século IX-X por adscritos da coroa leonesa."*[115]. O edifício foi sucessivamente aumentado com a expansão do volume da nave e posteriormente do campanário, no século XVII, e é de ressaltar que foram encontradas e restauradas pinturas murais na capela-mor, que datam do século XVI[116].

Os séculos XIV e XV foram símbolo de prosperidade para a zona de Lamego, alimentada pela realização de feira franca, concedida por D. Dinis em 1290[117], e por se localizar numa importante via de trânsito do Ocidente da Península, que ligava Braga e Guimarães por Alcântara e Mérida, a Córdova e Sevilha, pela rota da romagem a Compostela[118]. Aqui acorriam mouros de Granada, com mercadorias do Oriente, que irradiavam para vários pontos do país.

A economia e a indústria de Lamego continuaram em desenvolvimento no século XVI até ao século XV, momento em que os reis católicos conquistaram definitivamente Granada em 1492, o que levou à expulsão dos muçulmanos que consequentemente deixaram de frequentar a feira. Além deste acontecimento, a descoberta do caminho marítimo para a Índia também afectou esta dinâmica, uma vez que Lisboa se estabeleceu como o principal entreposto comercial[119].

Este declínio estendeu-se pelo domínio filipino e só foi invertido após a Restauração. Começaram a surgir vários solares e foi construída uma estrada que ligava Lamego à Régua, para transportar o vinho com crescente fama[120].

malhas diferenciadas da estrutura urbana

A passagem do tempo imprime diferentes lógicas de assentamento no território, sendo plausível que isso tenha acontecido em Meijinhos. Como é possível constatar na imagem seguinte (p.48),

114| Fernandes, A. de Almeida. Censual da Sé de Lamego século XVI. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 1999, p.111.

115| Fernandes, A. de Almeida. Igrejas: fundações, padroados e oragos. Tarouca: Santa Casa da Misericórdia, 2015, p.96.

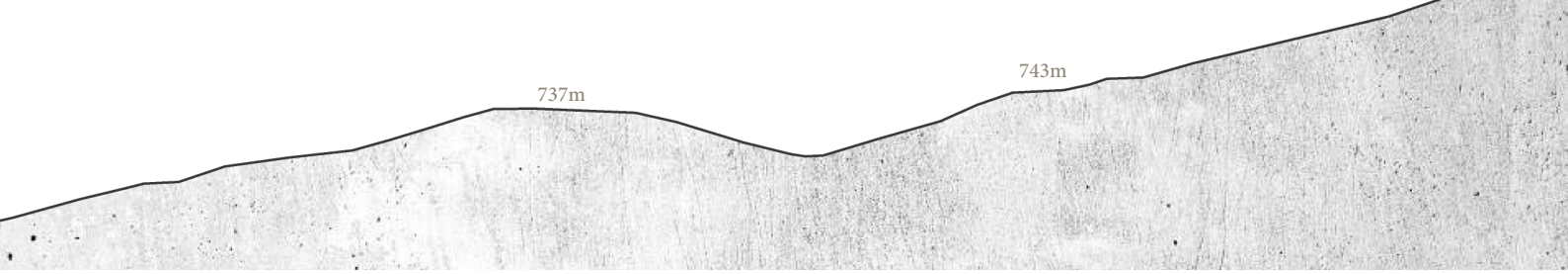
116| Ficha SIPA - Igreja Paroquial de Meijinhos / Igreja de Nossa Senhora da Piedade, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14504, consultado a 19/10/2019.

117| Albuquerque, José de Pina Manique e. Raízes históricas de Lamego. Lamego: C.M., 2008, p.9.

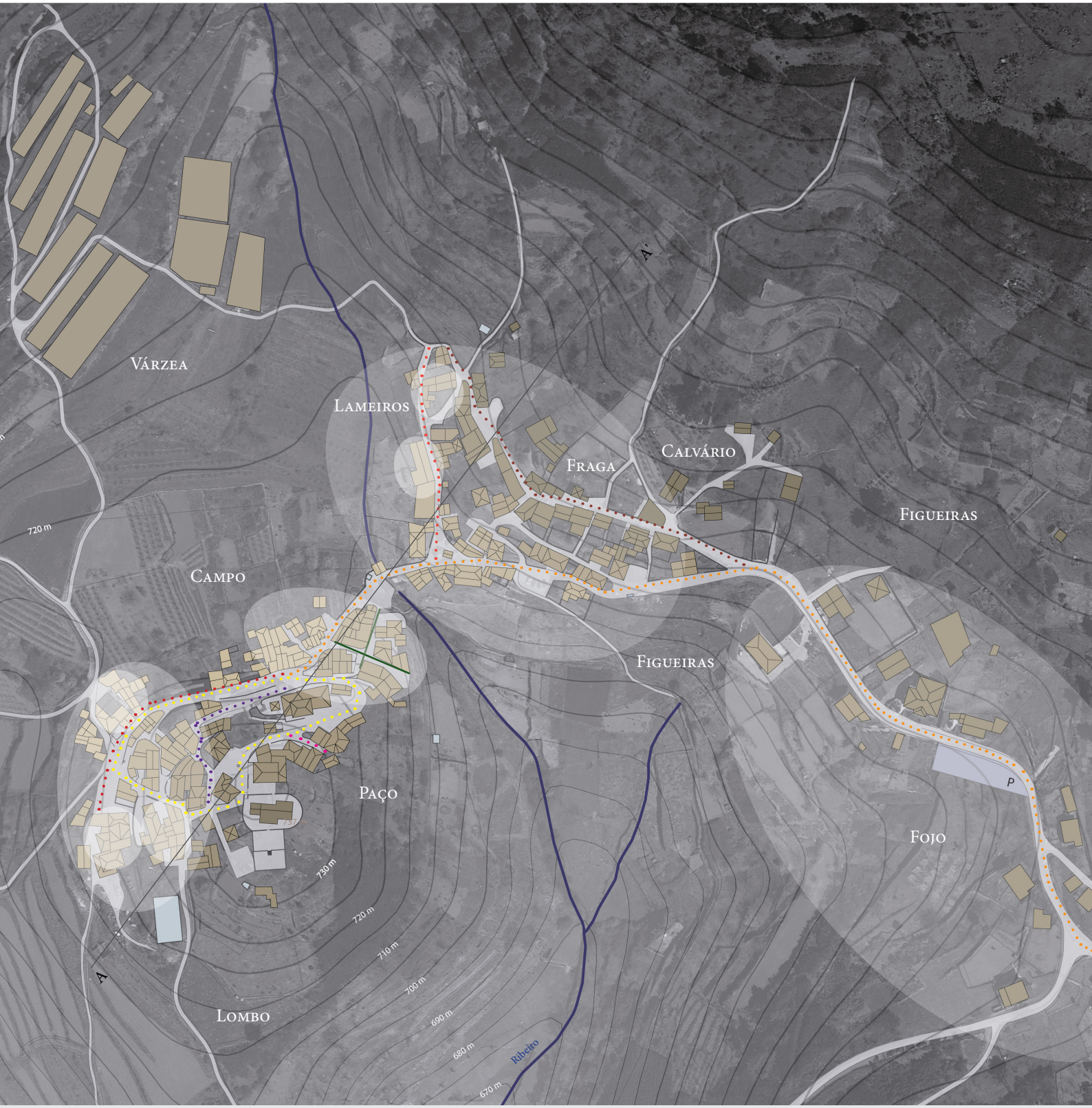
118| Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982, p.29.

119| *Ibidem*, p.35.

120| *Ibidem*, p.34-36.



Corte AA'



Edificado — Curvas de Nível — Corpos de água — Rua da Igreja e Paúlos — Rua das Cerdeirinhas

Rua das Amoreiras — Rua do Paço — Rua Principal — Rua dos Lameiros — Rua da Fraga — Rua das Quintãs — Trav. das Quintãs

N 1:3000

Equidistância de curvas de nível - 5m

23. Lógicas de implantação.

este povoado é marcado por uma via principal[121] e pela presença do ribeiro. Este último surge como elemento divisor, separando o povo da igreja ou do ribeiro, a Oeste, e o povo da Fraga[122], a Este. O casario do aglomerado da igreja surge implantado a Noroeste, abdicando da melhor posição solar em detrimento da proximidade à água a Sul, essencial à actividade agrícola. Já na Fraga os edifícios orientam-se a Sudoeste, ainda privilegiando o acesso à água.

A rua principal, actualmente nomeada Rua da Igreja e Paúlos[123], mas também conhecida por Rua das Cerdeirinhas[124] no troço Norte, é a via principal desta estrutura urbana. Percorrendo a rua de Este para Oeste, num gesto de aproximação, dá-se nota de uma pendente progressiva desde o Fojo[125] a 740m de altitude, às Figueiras a 725m, até ao Largo do Ribeiro aos 715m, a partir de onde sobe até ao adro da igreja, à cota 737m. Existe ainda uma intersecção a este eixo, com bastante expressão, que é a rua dos Lameiros[126], que se desenvolve no sentido Norte.

Existe uma primeira lógica de povoamento, junto à igreja, em que as edificações se juntam e onde predominam os cantos arredondados, que podem ser a reminiscência de uma forma de assentamento muito antigo. Existe uma segunda lógica junto ao ribeiro, onde se verificam edificações ainda mais compactas e se distingue uma intersecção quase ortogonal das ruas, com orientação Norte-Sul e Oeste-Este. Enquanto que no momento anterior as ruas e travessas se cruzam de uma forma mais fluída, neste segundo acontecimento a intersecção é mais clara. Esta configuração leva a questionar a possível romanização do assentamento, ao que se deve apontar a toponímia destas vias, nomeadamente a rua das Quintãs e a sua respectiva travessa,

121| *"Muitos dos aglomerados urbanos portugueses tiveram a sua génese numa via, sendo ainda muitos deles pouco mais que urbes com umas dezenas de metros de largo e quilómetros de comprido, com poucos e mal definidos largos, devendo-se, em grande parte, a tudo isto o traçado tortuoso dessa rua." in* Rossa, Walter. A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p.222. Este não parece ser o caso de Meijinhos, pois ao analisar o edificado observa-se que este se organiza de forma nuclear.

122| Fraga: Do latim vulgar *fraga-, «rochedo», de frangĕre, «quebrar»; 1. rocha escarpada; penhasco; rochedo; 2. calhau grande; pedregulho; 3. superfície pedregosa com altos e baixos *in* Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2021, disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fraga, consultado a 28/03/2021.

123| Paúlo: 1. caruma seca de pinheiro que cai no chão; 2. todo tipo de mato cortado e restos vegetais que servem para cama do gado ou para adubo de terras; 3. (Botânica) espécie de junco que medra nos pinheirais *in* https://pt.wiktionary.org/wiki/paúlo, consultado a 31/10/2021.

124| Cerdeira: [Portugal: Beira, Trás-os-Montes] Cerejeira, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2020, disponível em https://dicionario.priberam.org/cerdeira, consultado a 06/07/2020.

125| Fojo: (talvez do latim fovea, -ae, escavação, buraco, fosso, caverna); 1. Armadilha para apanhar feras ou fazer cair o inimigo; 2. Cova (em mina); 3. Precipício que a neve cobre e disfarça à vista do viajante; 4. Charco ou paul coberto de vegetação à superfície, em que os viajantes são sorvidos; 5. Caverna *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, disponível em https://dicionario.priberam.org/fojo, consultado a 08/07/2020.

126| Lameiro: 1. Local onde há muita lama = lamaçal, lameira; 2. Terra húmida onde cresce muito pasto. = prado; 3. Pântano *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, disponível em https://dicionario.priberam.org/Lameiro, consultado a 31/10/2021.

termo que pode ser referente a uma quinta grande ou à *quintana*[127], a rua de um acampamento romano que poderá lá ter existido, segundo Gonçalves da Costa[128].

Entre estes dois momentos existe um vazio urbano que irá ser intervencionado. Nesta zona de transição encontra-se a Rua do Paço[129] (ver imagem 23, p48). Este topónimo é particularmente interessante, uma vez que remete para a ideia de paços do concelho, corroborando uma possível localização do plausível pelourinho. Existe ainda uma segunda hipótese que é existência, em outros tempos, de um solar de uma família nobre.

A terceira lógica de implantação identifica-se pelo casario disposto linearmente, paralelo às curvas de nível. Isto verifica-se sobretudo na rua dos Lameiros, que conduz aos campos de cultivo, e na zona da Fraga. No quarto momento, entre as Figueiras e o Fojo, encontram-se edificações muito mais dispersas, construídas sobretudo por emigrantes, já em movimento de expansão.

É importante clarificar que estas malhas correspondem a formas diferentes e não a uma sequência cronológica de desenvolvimento desta estrutura urbana. Isto porque, mesmo dentro de cada malha, é possível observar submorfologias distintas que correspondem, por exemplo, a casas de lavoura e que são claramente posteriores do ponto de vista da forma e que podem ser coetâneas de malhas diferentes.

127| *"Quinta, s. Do lat. quintãna, «via quintana (rua transversal do acampamento romano, por detrás do praetorium, onde se fazia o mercado; daí, mercado», mas no lat. tardio da Hispânia parece ter tomado o sentido próximo do que oferecem as modernas formas port., cat., galo-românica e sarda; de qualquer maneira a origem da designação continua obscura, mas derivaria acaso da agrimensura romana; na nossa idade-média a palavra teve a significação fundamental de sub-unidade agrária dentro de uma villa (rustica), provida de casa de habitação, água, terra lavradia, pomares, vinhas, soutos, etc.», segundo L. V., Etnografia Portuguesa, II, p.278 (vj. também pp. 265, 306 e 342); como parece natural, a mais ant. forma port. foi quintãa..." in* Machado, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. Lisboa: Livros Horizonte, 5ª ed, 1989, vol. V, p.22-23.

128| Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, vol. II, p.93.

129| Paço: 1. Residência de rei. = corte, palácio; 2. Residência de prelado. = palácio; 3. [Antigo] Solar de família nobre; 4. Conjunto das pessoas que habitam essas residências; 5. [Antigo] Cartório de tabelião; 6. Edifício público, sede do governo de um município; Paço dos estaus - Casa ou edifício onde os reis de Portugal aposentavam a corte e os embaixadores, nas cidades do reino onde se demoravam; Paços do Concelho - Câmara Municipal *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, disponível em https://dicionario.priberam.org/pa%C3%A7o, consultado a 31/10/2021.

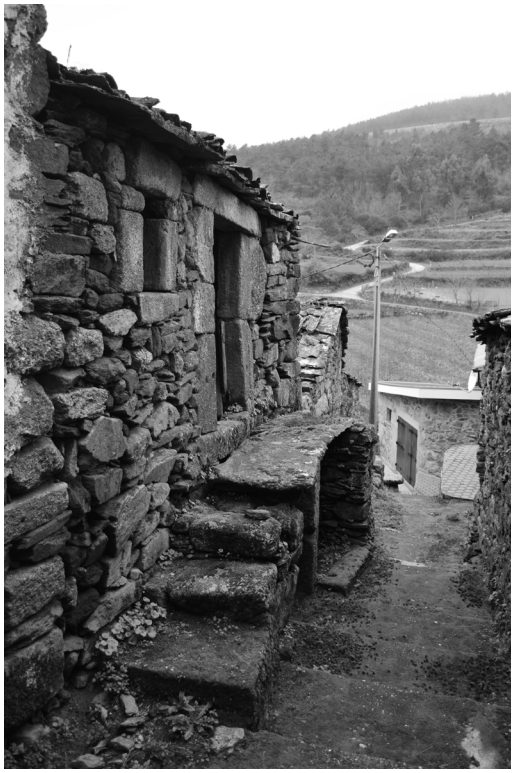
Edificado da primeira malha.

24.

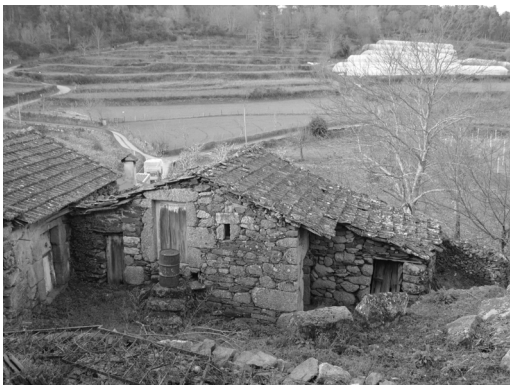
25.

26.

27.



28.



29.

Edificado da segunda malha.

30.

31.

33.

32.

34.

Edificado da terceira malha.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

Edificado da quarta malha.

42.

43.

44.

É apenas no século XVIII que se encontra nova documentação de Meijinhos, na realização da sua Memória Paroquial, tendo até então apenas dados demográficos que mostram um crescimento gradual da população. O documento constata a pertença deste povoado ao marquês de Penalva, conde de Tarouca, a quem o padroado foi doado[130]. Nesta altura, Parafita faz ainda parte dos seus limites, dando nota da existência da ermida de São Francisco de Assis[131].

O século XIX foi um período conturbado, não só pelas invasões francesas, mas também pela luta entre liberais e miguelistas, tendo em conta que Lamego era apoiante de D. Miguel. Em Meijinhos, viveu-se este conflito entre a família dos Ilharcos, apoiantes liberais, e a de Vicente de Maria Paula, miguelista[132]. Diz a história popular que os Ilharcos ficaram com todas as propriedades do oponente vencido.

É depois deste acontecimento que se dão novas reformas administrativas do território. O título de sede de distrito passa para Viseu, o que afectou Lamego negativamente, pois acabou por perder influência económica e política e foi excluída da rede ferroviária. Também Meijinhos passou a pertencer à freguesia de Lazarim[133], mas à extinção do concelho de Tarouca em 1896, tornou-se uma freguesia independente, perdendo Parafita para Lazarim e passando a pertencer ao actual concelho de Lamego.

Do século XX, é de referir a construção de dois edifícios religiosos, a capela dos Aflitos em 1900, data apontada no alçado, e a capela dos Amparados construída pouco depois[134]. A partir da década de 30 a população de Meijinhos começou a diminuir, por diferentes motivos, o que contribuiu para a perda de importância deste lugar e, em conjunto com outros povoados vizinhos, para a perda de relevância de Lamego. Em 2013 Meijinhos acabou por integrar a união de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões.

130| Memória Paroquial de Meijinhos em Dicionário Geográfico de Portugal. 1758, vol.23, nº109, p. 709. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4240746, consultado a 16/10/2019.

131| *"Tem sua ermida de Sam Francisco cituada onde chamam Parafitta dista da freguesia hu quarto de legua o administrador e Domingos Luis deste luguar."* em Memória Paroquial de Meijinhos. 1758. vol. 23, nº109. Não se sabe a dinâmica das relações entre este lugar e Meijinhos, mas pode-se levantar a hipótese, à semelhança do caso de Mazes e da sua respectiva alcaria, que Parafita funcionasse como um apoio ao pastoreio. A invocação a São Francisco de Assis, remete também para isso, sendo este o padroeiro dos animais. A imagem original do santo, segundo a memória popular, seria uma pequena imagem que foi encontrada em muito mau estado de conservação na visita de campo. Esta costumava estar no altar, mas com a intervenção popular na ermida, foi substituída por uma nova imagem. Consultar Anexo IV.

132| Moura, Filipe da Silva. História e Antiguidades da freguesia de Meijinhos. 1988. Disponível em https://meijinhos.webnode.com/products/historia-de-meijinhos/, consultado a 16/11/2019.

133| Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1937, vol.16, p.737-739.

134| Informação obtida em entrevista a habitante, disponível no Anexo I.

É também nos finais do século XX que se desenvolve uma quarta lógica de assentamento (ver imagens 42 a 414, p.54), em movimento de expansão nas Figueiras e no Fojo, onde se observam as casas mais dispersas pelos terrenos, construídas sobretudo por emigrantes *"… porque a coesão social da aldeia foi diminuindo, porque é mais vantajoso para quem trabalha a terra viver nas suas courelas, porque o desenvolvimento de sentimentos de individualismo familiar leva cada um a levantar casa própria longe da vizinhança de outros, ou ainda porque, à insegurança do passado, que forçava os homens a juntarem-se para melhor se defenderem, sucedeu a certeza de que tão seguro se está na povoação como fora dela, e aqui muito mais à vontade."*[135].

45. Esquema de localização das fotografias das malhas.

135| Ribeiro, Orlando. Opúsculos geográficos. Lisboa: F. C. G., 1989, vol. 4, p.308.

A estrutura urbana de Meijinhos tem várias semelhanças com a descrição da estrutura das aldeias transmontanas feita por Orlando Ribeiro, ainda que esta pertença à Beira Alta. Segundo o autor, as casas agrupam-se *"... dispostas em torno da igreja, embora às vezes se distingam vários núcleos ou bairros"*[136]. O espaço entre o edificado é composto por ruas, largos e alguns quintais e quase não se encontram culturas ou arvoredos próximos às habitações, mas nos campos pelo contrário, o que marca claramente o início e o fim da povoação e *"Se levássemos mais longe o exame, veríamos que a esta forma de povoamento corresponde certa organização social e económica que agrupa os vizinhos numa verdadeira comunidade, que domina, ou dominou no passado, todo o trabalho de exploração da terra."*[137].

"O meio ambiente é uma parte integrante das culturas primitivas; as pessoas trabalham, criam e jogam, em harmonia com a paisagem. Na maior parte das vezes, sentem-se completamente identificados com ela e não desejam abandoná-la; ela simboliza a continuidade e estabilidade num mundo incerto."[138], assim, tal como a configuração destes povoados é reflexo do meio em que se insere, também a morfologia dos espaços públicos varia em localização, dimensão, função e forma. É possível observar diferentes tipologias de espaços públicos que se podem dividir em duas grandes categorias - os de circulação e os de estar.

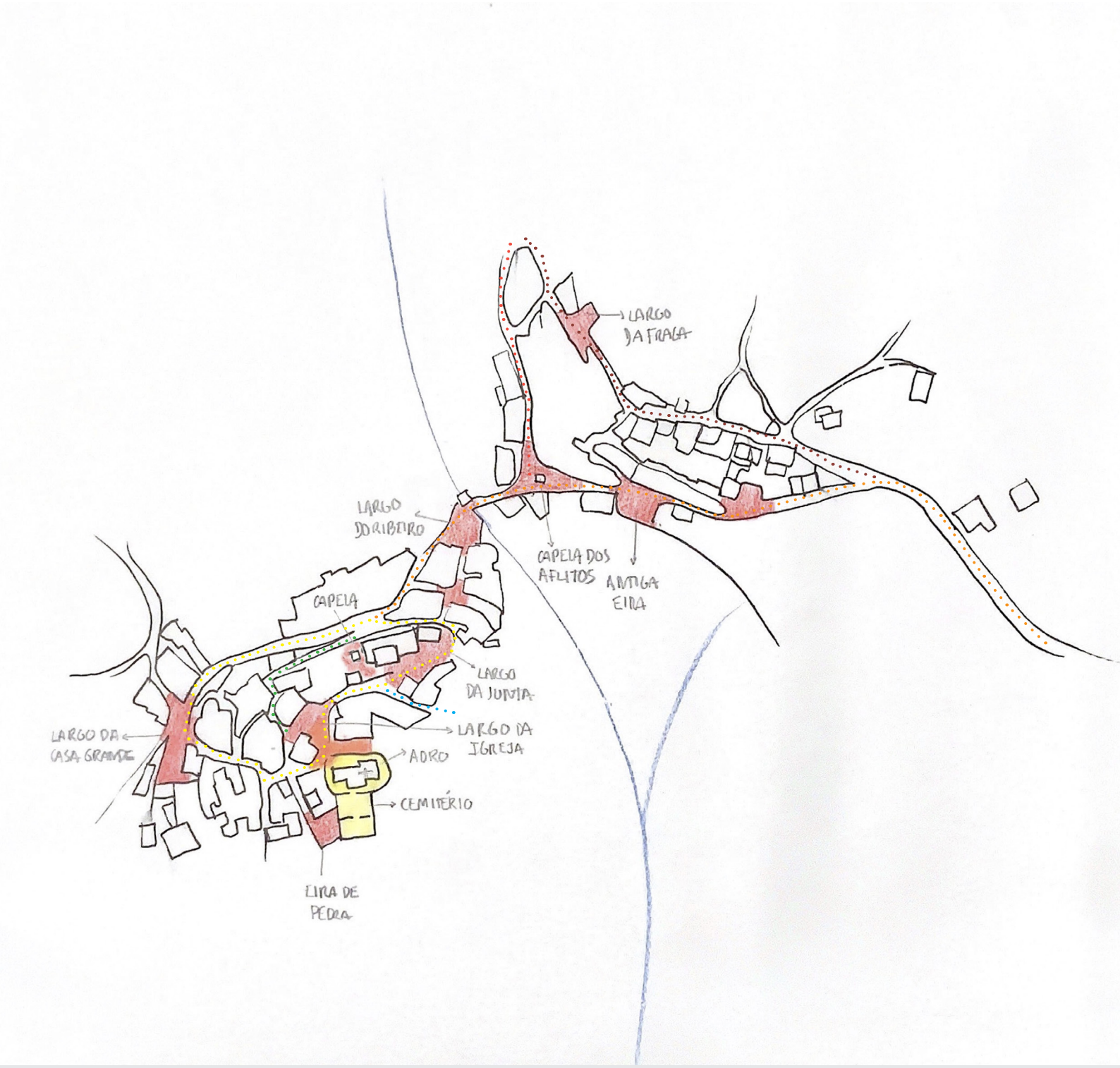
O desenho das vias de circulação resulta da adaptação à topografia, mas também, em muitos casos, do tipo de pastorícia praticada. Por um lado é considerada a necessidade de vencer pendentes, através de grandes inclinações ou escadarias, por outro é ponderada a dimensão necessária para os rebanhos consoante o porte dos animais.

Em Meijinhos é possível distinguir o eixo principal que funciona como a espinha dorsal, deste lugar, da qual irradiam as restantes vias. Na zona das Figueiras a rua tem cerca de 2,5m de largura, alargando ao chegar ao Largo do Ribeiro, voltando a comprimir entre o casario e estende-se novamente no fim do percurso. Existem ainda três eixos com mais expressão que as demais vias, são eles a Rua da Igreja e Paúlos, a Rua dos Lameiros e a Rua da Fraga. A Rua da Igreja e Paúlos desenha um trajecto semi-circular e tem um porte maior, uma vez que está relacionada com os utensílios religiosos e outros equipamentos e serviços que já se encontram inactivos. Já a Rua dos Lameiros surge com um traçado praticamente ortogonal à Rua Principal, num caminho de ligação aos terrenos agrícolas, que como a etimologia da palavra indica, são

136| Ribeiro, Orlando. Opúsculos geográficos. Lisboa: F. C. G., 1989, vol. 4, p.302.

137| *Ibidem.*

138| Lynch, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999, p.137.



46. Identificação de momentos de alargamento na estrutura urbana.

terrenos férteis com água abundante para o cultivo. Esta rua tem uma dimensão mais reduzida, não permitindo o acesso automóvel e, talvez esse seja um dos motivos pelos quais, no seu percurso, se encontre um grande número de estruturas devolutas em comparação com outras ruas com melhor acesso. A Rua da Fraga é uma bifurcação da Rua Principal que liga a cota baixa da zona das Figueiras à cota alta dos Lameiros e, apesar de estreita, tem a dimensão necessária para o acesso automóvel. Além destas ruas com mais destaque, existem outras de menor dimensão e também travessas, ora vencendo pendentes através de grandes inclinações, ora esculpindo-se em escadas de granito.

Ao chegar a Meijinhos, toda a estrada é alcatroada, desde o Fojo até às Figueiras, fazendo uma mudança abrupta para o cubo de granito, uns metros antes da segunda paragem de autocarro. No percurso de chegada, seja por Melcões ou por Lazarim, além da estrada de alcatrão não existe protecção na estrada, guardas ou *rails*, e também a sinalização é escassa.

As ruas do povoado são todas calcetadas com cubo de granito e não possuem sistemas de drenagem, a água é absorvida pelas juntas das quais brotam ervas. Os caminhos de ligação aos campos de cultivo possuem, por norma, um pavimento muito mais irregular, composto por pedras de granito ou xisto de dimensões maiores e variáveis, ou então são apenas de terra. Apesar das grandes diferenças de cotas, existem guardas apenas em dois pontos - um nas Figueiras, junto à paragem, e o outro na Rua Principal, junto às rampas de acesso à plataforma da igreja. No adro existe um pavimento diferente, também calcetado, mas com micro cubo de granito, onde anteriormente existia uma calçada irregular.

É ainda importante referir que não existem passeios, nem qualquer diferença entre o pavimento das vias pedonais e das vias automóveis. Este é um dos exemplos de como a introdução do automóvel não foi planeada, questão transversal a tantos outros lugares semelhantes a Meijinhos

Nem sempre os largos são resultado de desenho intencional. Por vezes são originados pela confluência das ruas, travessas e quelhas que resultam em espaços de alargamento em vários pontos da estrutura urbana, constituindo o espaço público desta. Por vezes, não passam de uma dilatação, outras vezes, assumem um papel importante, servindo de espaço de encontro e de convívio, mas também de trabalho e de comércio de produtos e de gado. São lugares de desempenho colectivo e de condição pública aos quais se identificam características *"... de permanência, de singularidade e de autonomia formal no tecido urbano..."*[139]. Outro factor de

139| Silva, Maria Madalena. Forma e circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea. Porto: Faup, 2009, p.340.

47. Possível sequência de transformações no desenho do Largo da Igreja.

No esquema está representada uma possível evolução do edificado que, nas suas variações, foi moldando o largo ao longo do tempo. Os edifícios estão pintados numa escala cronológica, sendo que o tom mais escuro corresponde a uma maior antiguidade e o tom mais claro a construções mais recentes. No entanto, é importante frisar que é possível que estas tenham sido construídas sobre preexistências mais antigas, permitindo outras dinâmicas.

desenho destes espaços é o tempo longo, ou a *quarta dimensão,* em que as construções vão fermentando, potenciando e dando configurações ao largo ao longo do tempo.

Um dos largos mais relevantes de Meijinhos é o Largo da Igreja. Como se pode observar no esquema 23 (p.56) existe, na ligação com o adro, um largo de configuração triangular truncada com um cruzeiro do qual se pode observar a paisagem. Este cruzeiro é o ponto que marca o local onde se faziam os ajuntamentos e se tiravam as fotografias das celebrações religiosas, casamentos, baptizados e comunhões, mas também onde se hasteia a bandeira de São Brás, num poste a uns metros do cruzeiro. No entanto, sente-se uma indefinição numa das arestas deste triângulo, por causa da descontinuidade do edificado.

Embora tenha sido feita uma leitura das malhas diferenciadas da estrutura urbana, não é possível determinar uma sequência de evolução das edificações com datas exactas. Contudo, é possível pensar através do desenho o que poderão ter sido as diferentes fases de evolução do edificado e as diferentes formas do espaço público.

Não se sabe que edifício surgiu primeiro, mas depreende-se que este não poderia ser o Largo da Igreja sem a presença da igreja. Assim, infere-se que a expressão da Igreja influencia directamente o largo a que dá nome e se também esta foi evoluindo ao longo do tempo, então pode afirmar-se que essas mudanças se repercutiram no molde do espaço. Do mesmo modo terão acontecido mutações no restante edificado, tanto no que poderá anteceder a fundação da igreja, como no que lhe é posterior. Outro caso em que é possível verificar esse fenómeno é na casa implantada no zona Sul do largo, cuja edificação remontará, pelo menos, à família dos Ilharcos, no século XIX, e que foi ampliada no século XX[140].

Próximo a este encontra-se o largo da Casa Grande, junto ao provável pelourinho, que constitui um ante-espaço de acesso à quinta. Na zona de divisão dos núcleos, assume-se com papel distinto o Largo do Ribeiro, que era por vezes palco de bailes de verão. Nele encontra-se uma fonte e um tanque, onde as lavadeiras lavavam as roupas. Por baixo desta plataforma existe uma *poça*, onde se armazena a água para regar os campos e que é direccionada através de uma levada. O problema mais flagrante dos espaços públicos de Meijinhos é a presença do automóvel que descaracteriza e impede o uso social destes.

140| Informação obtida em conversas com habitantes de Meijinhos.

48. 49. 50. Largo da Igreja.

51. 52. 53. Largo do Ribeiro.

54. 55. 56. Largo da Casa Grande.

57. 58. Largo da Fraga.

59. Eira de pedra.

60. Cemitério.

61. Zona do Calvário.

62. Campo de futebol.

1. Igreja, adro e cemitério
2. Capela Mortuária
3. Capela dos Desamparados
4. Capela dos Aflitos
5. Eira de pedra
6. Zona de churrasco
7. Fonte e lavadouro
8. Casa do Povo
9. Escola
10. Taberna
11. Junta de Freguesia
12. Taberna
13. Escola
14. Eira da Fraga
15. Eira
16. Eira
17. Eira dos Paúlos

Edif. Religiosos
Eq. Actuais
Eq. Desaparecidos

N 1:3000

63. Identificação dos edifícios religiosos, funções e serviços em Meijinhos.

Nesta fase começa a formar-se uma ideia de um programa que sirva a comunidade, fortalecendo as relações sociais entre os seus membros e potenciais novos visitantes. Ainda a céu aberto são espaço público o cemitério[141], o campo de futebol[142] e as eiras[143].

A Oeste do ribeiro existiam duas eiras, a de pedra, que ainda existe e que tem esse nome por ser lajeada e que se localiza junto ao cemitério e a dos Paúlos, que tinha lugar no sítio da Junta de Freguesia, sendo essa a maior de todas. A Este do ribeiro existia uma na Rua da Fraga e outra ao longo da Rua Principal, que hoje são usadas como estacionamento, uma vez que com o declínio da produção agrícola, deixaram de ser necessárias. Também desaparecido, sobrevive na memória popular a existência do Calvário, onde se encenava a Via Sacra. Apesar dos crucifixos terem sumido há muito tempo, algumas oliveiras ainda resistem.

Mapearam-se os edifícios de uso comunitário e os que foram desaparecendo ao longo do tempo em Meijinhos. Como se pode observar no mapa 32 (p.60), estão marcados a vermelho os edifícios religiosos existentes, nomeadamente a igreja e cemitério, a capela mortuária, a capela dos Aflitos e a capela dos Desamparados; marcados a amarelo, estão os espaços colectivos ainda presentes, a eira de pedra, a zona de churrasco, a fonte do ribeiro e o lavadouro; no entanto, a maioria da mancha, assinalada a laranja, corresponde aos equipamentos e serviços que perderam a sua função, como a Casa do Povo, a primeira escola, a taberna, a Junta de Freguesia, uma outra taberna e a segunda escola.

Além destes edifícios, também se marcam as antigas eiras - a da Fraga, outra junto à escola, o largo junto ao acesso aos campos e ainda outra no sítio da junta, a Eira dos Paúlos. O que se concluiu daqui foi que além da igreja, não há nenhum espaço que convide e fomente as interacções sociais no dia-a-dia dos moradores.

O edificado é maioritariamente composto por habitações, mas existem outros edifícios excepcionais. Um exemplo é a igreja de Nossa Senhora da Piedade, em posição de domínio. A construção é de granito *"...de planta rectangular simples, composta pela capela-mor, que*

141| O cemitério está localizado junto à igreja, à cota mais alta do assentamento. É constituído por duas plataformas e existe um plano para ampliação, para uma terceira plataforma, que não foi levado a avante. Encontra-se orientado a norte, afastado das linhas de água e abre-se para a paisagem onde se observa a aldeia de Mazes.

142| O campo de futebol está localizado no planalto do monte da Esculca e foi construído na década de 80. O seu acesso é feito a partir de um caminho de terra batida e está rodeado por vegetação que invadiu a zona do campo. Tem ainda um pequeno edifício de balneários e dois bancos de apoio às equipas. Foi em tempos palco de torneios realizados entre as aldeias próximas.

143| A eira era o lugar onde se malhava os cereais, separando os grãos dos resíduos, e também onde estes eram postos a secar. Curiosamente, não se encontram espigueiros em Meijinhos, porque o milho era seco nas eiras, que eram guardadas pelas crianças, em turnos alternados, para que as galinhas que andavam à solta não os comessem.

64.

65.

66.

67.

68. Fotografias do Conjunto de Interesse Público - Igreja Paroquial, adro e cemitério de Meijinhos.

reaproveitou o espaço do templo primitivo, e pela nave, terminando num nártex. Este nártex constitui a fachada principal, com três aberturas, uma central, e duas laterais, em arco de volta perfeita. É rematado por dupla sineira com pináculos de gosto maneirista."[144]. O campanário terá sido uma adição do século XVII que surge *"... por sobre os telhados do casario, é como que o emergir duma presença aglutinante, reunindo os fogos, como a galinha ao juntar os pintos."*[145].

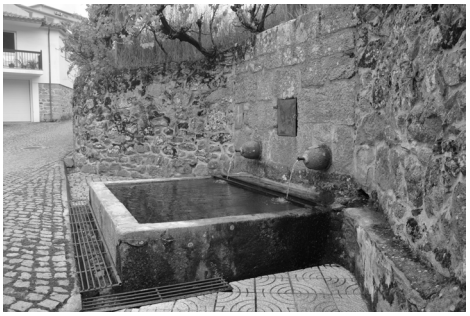
Foram encontradas e restauradas pinturas murais na capela-mor, datadas do século XVI, com tema mariano, em 1988. Mais tarde, em 2009, foi emitido o parecer favorável à classificação do conjunto formado pela igreja, adro e cemitério.

69. Frescos na parede fundeira da capela-mor da Igreja Paroquial de Meijinhos.

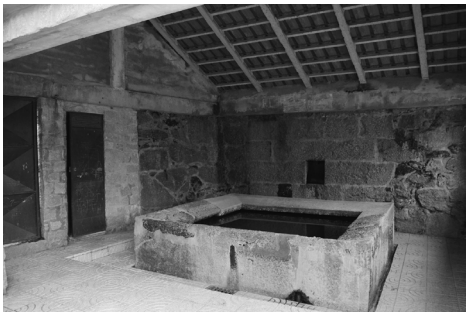
144| Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156248, consultado a 12/11/2019.

145| AAVV. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 2ª ed, (1961), 1980, vol.2, p.196.

70. Zona de churrasco.



71. Bebedouro.



72. Lavadouro.

73. Primeira escola.

74. Escola do Estado Novo.

75. Junta de freguesia.

76. 77. 78. Casa do Povo.

79. Capela mortuária.

80. Capela dos Desamparados.

81. Capela dos Aflitos.

82. 83. 84. Igreja Paroquial.

Pontos de vista assinalados no esquema da página 63.

Existem ainda outras excepções, que constituem espaço público a céu coberto, como por exemplo a Junta de Freguesia[146], onde existe um pequeno café, com entrada independente, que funciona irregularmente, sobretudo ao fim-de-semana. Em outros tempos, as tabernas[147], além de funcionarem como café, serviam também como pequenas mercearias. Do outro lado da rua, oposto à Junta, existe uma plataforma com cobertura, usada para fazer churrascos e convívios nas festividades.

A céu coberto são de referenciar as duas escolas que já desapareceram. A primeira era também nesta rua e foi convertida numa habitação. A mais recente foi construída durante o Estado Novo e está na Fraga, numa posição de destaque. Foi recentemente a leilão em hasta pública e foi comprada por uma pessoa natural de Meijinhos que a está a transformar numa habitação. Também do Estado Novo foi a criação da Casa do Povo, que se abre para o largo do cruzeiro e lateralmente para a igreja. Era um espaço de convívio social onde se via televisão, assistia-se a teatros, faziam-se bailes no inverno, tinha um telefone e era também onde as raparigas tinham um curso onde aprendiam a bordar e outros dotes domésticos. Após o 25 de Abril, o edifício passou a ser utilizado como apoio à igreja e ainda hoje é o lugar onde se guardam os andores das procissões e, fora isso, não se abre nem alberga qualquer evento social.

Após esta análise verificou-se que Meijinhos tem vindo a perder cada vez mais os poucos equipamentos e serviços que possuía, por isso torna-se imperativo reverter este estado para melhorar a vida dos habitantes, tendo em conta que *"O ambiente identificado, conhecido de todos, fornece material para lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele. A paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos para retenção das ideias e da história do grupo."*[148].

146| Como Meijinhos pertence a uma união de freguesias com sede em Cepões, o edifício encontra-se fechado a maior parte do tempo, abrindo o seu salão para as festividades que se realizam esporadicamente.

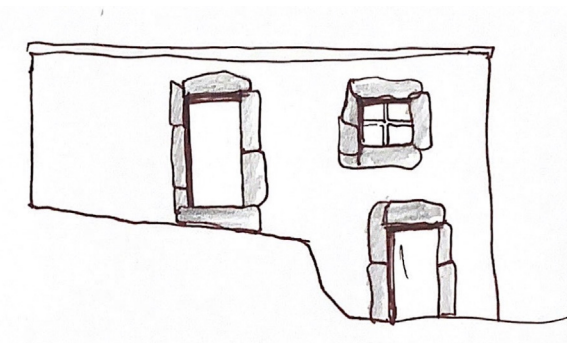
147| A primeira taberna teve lugar numa das típicas habitações de granito com dois pisos, estando o rés-do-chão dedicado à taberna, onde existia o telefone público, e o superior à habitação. Enquanto que o acesso à taberna era feito à cota da rua, o da habitação era feito através de umas escadas, perpendiculares à rua com um pequeno alpendre. O edifício ainda existe e é hoje uma habitação, que se serve dos dois pisos. O edifício da segunda taberna está próximo da igreja e é uma construção mais recente, construída para esse propósito.

148| Lynch, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999, p.140.

85.

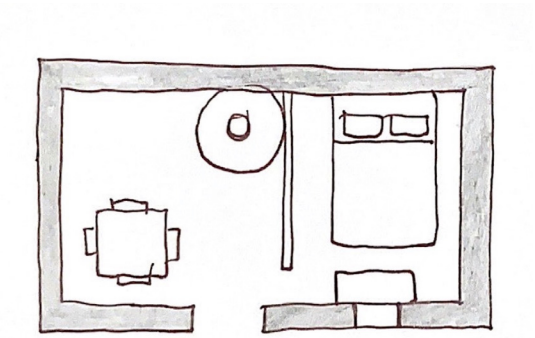
86.

87.

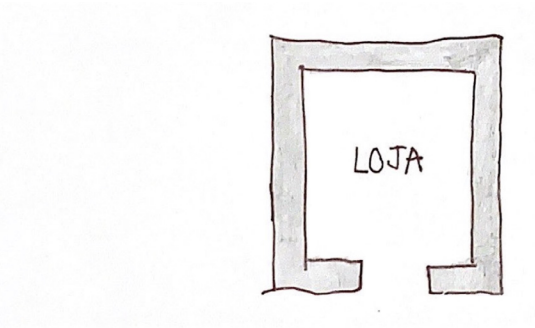


Alçado

88. Diferentes tipos de acesso a habitações .



Piso 1



Piso 0

Os edifícios desta estrutura urbana são, na sua maioria, a repetição do mesmo modelo habitacional, com algumas variações. Estas habitações dividem-se, por norma, em dois pisos. O superior é dedicado à habitação e o inferior, a loja, ao abrigo dos animais e/ou ao armazenamento da produção, de lenha e de alfaias. No piso da habitação, a organização do espaço varia consoante a área disponível. Por vezes, a casa tem apenas uma divisão que funciona como sala, cozinha e quarto, para famílias numerosas. Em outros casos, é comum encontrar uma primeira divisão, a cozinha e sala, onde se encontra o forno, e ao lado, a divisão do quarto, por vezes directamente acima da loja onde se guardavam os animais. É também usual encontrar um forro aberto por cima das divisões, onde se poderiam guardar as ferramentas ou secar sementes e palha.

O acesso é feito à cota da rua, quando a pendente o permite, ou através de escadas, quando o desnível o requer, o que propicia a criação de um pequeno alpendre. As varandas são também elementos comuns, por serem úteis para secar as sementes e os cereais. Em alguns casos, observam-se quinteiros laterais à casa, onde se pode ter animais ou cultivar verduras para consumo doméstico. Ainda ao lado da casa, estão por vezes presentes pequenos armazéns, para tudo o que seja necessário guardar.

As paredes exteriores são construídas em alvenaria de pedra, mais concretamente em granito, por vezes recorrendo ao xisto que, por ter dimensões mais pequenas, ajuda a colmatar as falhas e a estabilizar as pedras graníticas, empilhadas maioritariamente em junta seca, mas também com argamassa de terra, *"... A nenhuns condicionantes a Arquitectura regional está mais vincadamente sujeita que à penúria do povo e aos materiais de construção […] Constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá. A casa do homem do campo, comparada com o decorrer da história, é eterna, como ele próprio. Não conhece limitações de lugar e tempo, conserva-se quase imutável através de todas as transformações de arquitectura erudita que a seu lado se verificam."*[149]. Os cunhais e as molduras das janelas e portas são muitas vezes desenhados por grandes blocos de granito[150]. As janelas primitivas, os *jinelos*, são pequenas aberturas que não eram encerradas. As dimensões foram aumentando,

149| Aavv. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 2ª ed, (1961), 1980, vol.2, p.55-56; 178.

150| Ribeiro, Orlando. Geografia e Civilização: temas portugueses. Lisboa: Letra Livre, 4ª ed, 2013, p.23.

89. Série Portugal Rural. Trás-os-Montes, décadas 50-60, Artur Pastor.

progressivamente, e o fecho passou a fazer-se com portadas de madeira. Mais tarde, a partir do século XVIII, foram introduzidas as janelas de guilhotina[151].

> *"Antes da estrada que ligou a aldeia à vila e, por tabela, à capital do pais e às capitais da Europa, o que sucedeu há menos de meio século, a aldeia estava mais perto da citânia que dum aglomerado rústico que se preze. As casas eram parentas próximas da orca, sem frestas, sem chaminé, com portal baixo, piso térreo, colmadas umas, cobertas outras a telha moirisca, sucedânea da tegula, cujos destroços a cada passo vêm à enxada do escavador de antiguidades. A sua armação era tudo o que há de mais primitivo: um carvalho deitado sobre o vértice das duas empenas; sobre essa trave vinham articular-se os caibros, que por sua vez ofereciam apoio às latas do telhado ou ao escama-peixe. Como pregos, tornos de madeira.*
>
> *O fumo vadiava pelo interior, repulsado pelo caniço, sobrecéu de ripas em que as castanhas secavam e pilavam e o enchido do porco, distribuído em salpicões, chouriços, moiros, morcelas, se tornava o fumeiro lambe-lhe-os-beiços, de sabor imortal."*[152]

Através deste retrato é possível perceber que as construções mais antigas não respondem ao nível de conforto que seria expectável actualmente. No que remete para o conforto térmico, quem ainda habita estas casas, por norma, recorre às braseiras e à lareira como única fonte de aquecimento no inverno. Actualmente, muitas são as casas intervencionadas por populares, seja para habitação permanente ou para férias, que são mais sensíveis à questão da térmica. Ao percorrer Meijinhos encontram-se então três tipos de casa: as mais antigas, por norma bastante degradadas, as recuperadas e as construídas de raiz pelos emigrantes, que se dividem em construções sob estruturas preexistentes e construções em terreno livre (ver imagens 90 a 95, p.74).

A organização espacial acaba por também sofrer alterações. Como a agricultura perdeu importância já não há necessidade de reservar o piso térreo exclusivamente para essa actividade, embora existam pequenos quintais ou galinheiros. A loja dá lugar a arrumos, garagens ou cozinhas e no piso superior, reorganizam-se os quartos, introduzem-se instalações sanitárias e, por vezes, uma escada interior.

151| Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1992, p.367.

152| Ribeiro, Aquilino. Aldeia: Terra, Gente e Bichos, Lisboa: Bertrand, (1946), 2010, p.9-10 apud Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011, p.285.

90. 91. Habitações degradadas e devolutas.

92. 93. Intervenções sobre habitações preexistentes.

94. 95. Construções de raiz.

Pontos de vista assinalados no esquema da página 63.

leitura do lugar,

1.5. síntese

Neste primeiro capítulo foi feita uma revisita ao território no qual Meijinhos se insere a dois tempos: no presente, *Lamego, entre o rio Douro e a serra de Montemuro,* e no passado, *a paisagem humanizada*. No primeiro subcapítulo encontraram-se vários temas de projecto, mas ainda assim, sentiu-se a necessidade de ler o lugar numa grande espessura de tempo, no segundo subcapítulo, o que permitiu perceber a genética do lugar.

Esta ideia da História ao serviço do Projecto ajuda a compreender a relação entre o Homem e o meio físico, algo que continua em constante mutação *"... chegámos à História, não por ela, mas pela necessidade que dela sentimos para o ensino, ou melhor, para a aprendizagem da arquitectura. (...) Queremos muito mais coisas, como acrescentar memória à memória, utilizar o exemplo histórico para o exercício crítico e o debate, entender os processos de elaboração das arquitecturas, os seus processos de desenho, aprender e entender como a construção ou os sistemas construtivos não são alheios, mas centrais e coerentes, às definições formais e de conteúdo."*[153]. Só após a análise da História, tanto a recente como a mais distante, será possível actuar em *continuidade histórica*[154].

153| Alves Costa, Alexandre. Notas soltas sobre Arquitectura, História, Nostalgia e Construção *in* Requalificação urbana - Arquitectura Ibérica. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, vol. 18, p.6.

154| Siza Vieira, Álvaro. Gregotti (2004) *in* 01 textos. Porto: Civilização, 2009, p.313-314.

Porém, é importante frisar que, ainda que não houvesse um projecto para Meijinhos, a História em si é também Projecto. Imaginar o que este lugar terá sido, com base em evidências e na leitura das suas invisibilidades, é projectar no passado. O estudo do lugar é deste modo, em primeiro lugar, um projecto no passado que dará lugar ao projecto no futuro.

Este capítulo cruza estas metamorfoses, reunindo em si um levantamento de desafios e de potências a preservar que irão construir o enunciado de um projecto para Meijinhos. As suas morfologias expressam significados culturais da entidade colectiva que se querem recuperar e reinterpretar, algo que só pode ser feito após a sua compreensão, "*Busco incessantemente a memória, procurando os elos da cadeia que deverá construir o futuro, fora da terra de ninguém em que nos vamos tornando*"[155].

É importante reconhecer o objecto de estudo no tempo e no espaço e os traços que o marcaram outrora e que ainda se lêem actualmente. A memória estabelece um vínculo entre as gerações e dela podem retirar-se pontos a valorizar capazes de gerar interesse, sem que com essa crescente dinamização se descaracterize a identidade colectiva e individual de cada lugar.

A nível do território concluiu-se que existe aqui uma zona geográfica de elevado potencial que foi reconhecida por diferentes culturas ao longo dos tempos. Surgiram vários povoados que se implantaram tirando partido da posição estratégica de domínio da paisagem e do uso dos recursos naturais presentes. Com efeito, a fixação mais antiga terá correspondido ao período do Neolítico, da qual resistem vários vestígios e, mais tarde, deram-se os assentamentos castrejos, sendo ainda possível observar a reminiscência de castros em vários lugares próximos.

A subsequente romanização deste território teve um papel muito significativo e imprimiu a sua presença a uma escala ainda maior. Não só pelo surgimento de uma divisão administrativa mais estruturada, mas principalmente pelo desenho de uma rede viária que continua parcialmente em uso até aos dias de hoje. Estas ligações facilitaram a conexão de povos e o transporte de bens, o que contribuiu para o desenvolvimento social e económico. Foi também com a *pax romana* que se intensificaram as explorações agrícolas e se difundiram as *villae*, que continuaram a existir no medievo sob a forma de quintas, fogueiras e casais.

Nos séculos decorrentes este território foi palco de diferentes incursões suevo-visigodas, muçulmanas e da luta pela formação da nacionalidade. Em termos de estruturação do território, a ordem de Cister teve também um grande papel no fomento da fixação de povoações em

155| Alves Costa, Alexandre. Notas soltas sobre Arquitectura, História, Nostalgia e Construção *in* Requalificação urbana - Arquitectura Ibérica. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, vol. 18, p.8.

territórios pouco habitados, o que contribuiu para consolidar a ocupação do recente território nacional e que beneficiou a ordem com as melhores implantações para os seus mosteiros. Estes estabeleceram-se como pólos com vasto domínio e impulsionaram assentamentos, através das granjas, e favoreceram o crescimento da economia e o desenvolvimento social, religioso e cultural.

De certo modo, é possível ler um paralelismo no território actual. Apesar do avançar dos séculos, os centros urbanos de Lamego e Tarouca, em vez dos mosteiros, continuam a exercer soberania sobre as freguesias que lhes pertencem. Os povoados têm uma relação de dependência com estes centros, onde se encontram quase todos os equipamentos e serviços necessários ao homem contemporâneo. Em relação à economia, pode dizer-se que a agricultura perdurou como modo de vida e de subsistência, embora tenha vindo a perder a sua importância, sobretudo a partir do século XX. Isto verificou-se a par do despovoamento destes lugares, que é um dos grandes desafios actuais.

O declínio demográfico desencoraja o investimento nestes lugares, o que leva a que as pessoas busquem outras realidades. No entanto, as causas para este relegar não decorrem apenas do número de população residente, prendem-se também com questões de ordem geográfica, económica, social e urbanística. Para dar uma resposta ao problema é necessário compreender os contextos e as escalas, que se apresentam neste capítulo desde o território, à estrutura urbana, ao espaço público e ao edifício.

A nível territorial reconheceu-se a oportunidade de melhorar a rede de infraestruturas, serviços e equipamentos; à escala da estrutura urbana salientou-se a importância de compreender as suas morfologias e simbologias; à escala do espaço público apreendeu-se a necessidade de apostar na requalificação para revitalizar o espírito comunitário e à escala do edifício identificaram-se oportunidades para impulsionar novos usos e dinâmicas.

Em suma, tomando as palavras de Giorgio Grassi, "*Esta necessidade de começar no passado longínquo para prosseguir para o futuro significa que o primeiro objectivo dos meus projectos é o de tornar evidente a distância e o vazio que se formou, enquanto que a ambição dos meus projectos é a de tentar preencher o vazio, como se pertencessem já à cidade, como se já estivessem incluídos, mesmo antes de aparecerem, no horizonte eloquente da cidade como sempre foi.*"[156]. Atingir este objectivo só é possível após investigar para compreender o lugar, pegando em todos os dados e reinterpretando-os.

156| Grassi, Giorgio. Projecto para a Cidade Antiga *in* Cannatà, Michele; Fernandes, Fátima. Construir no Tempo. Souto de Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi. Lisboa: Estar, 1ª ed, 1999, p.18.

"Investiga el poeta cuando busca con esfuerzo la palabra precisa para traducir la idea que quiere expresar en su poema. E investiga cuando, por mor de la métrica, coloca con la mayor precisión la palabra en el lugar exacto. Y sabe bien que una palabra que en una línea dice poco, o nada, en otra línea, en otra posición, es capaz de producir el que suenen mil trompetas haendelianas y se conmueva nuestro corazón. Investiga tanto en el buscar y encontrar la palabra como en el colocarla en el sitio preciso.

Investiga el músico cuando sabiendo bien del carácter etéreo de la música indaga entre los raíles del papel pautado cómo colocar las notas para conseguir el resultado pretendido. Investiga tanto en el buscar y encontrar las notas como en el colocarlas en el lugar preciso.

Investiga el pintor cuando, tras saber qué quiere pintar, traza sobre el lienzo el dibujo con el que encaja el tema que luego cubre con su pintura para llegar a un final capaz de asombrar a su mismo autor, capaz de trascenderle.

Investiga el creador, cualquier creador, cuando cada día, todos los días, trabaja incansable en su creación. Convencido de que esa creación le trasciende, como bien apuntaba mi amigo Zweig.

Pero ni el poeta ni el músico ni el pintor, ni casi ninguno de los creadores, tienen que luchar contra la ley de la gravedad como tienen que hacerlo los arquitectos. Ni a los poetas ni a los músicos ni a los pintores se les pueden caer sus obras. Ni, como los arquitectos, hacen una creación con razón de necesidad.

Investiga el arquitecto cuando, tras analizar todos los condicionantes y los requisitos de un nuevo proyecto, va desvelando poco a poco una idea capaz de responder a todo aquello. Investiga tanto en el buscar y encontrar la idea como en el desarrollo, en la construcción de dicha idea. Investiga en el lugar, el locus, tanto en sus aspectos físicos como históricos. Investiga en la función a desarrollar, en la construcción y también en los aspectos relativos a la estética, a la belleza.

Y en esta vasta y compleja investigación que es la práctica arquitectónica, el arquitecto debe atender a muy diversas cuestiones: al qué se quiere hacer, ligado a la función. Al cómo se quiere hacer, ligado a la construcción. Al cuando se quiere hacer, ligado a la tecnología de su tiempo. Al quien lo va a hacer, que es él, el arquitecto. Al dónde se va a hacer, que habla del lugar, del locus. Y al por qué se quiere hacer, que admite muchas y muy diversas respuestas."[157]

157| Baeza, Alberto Campo. Palimpsesto Architectonico. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2018, p.42-44.

Capítulo 2

problematização,

problematização,

2.1. desafios e objectivos

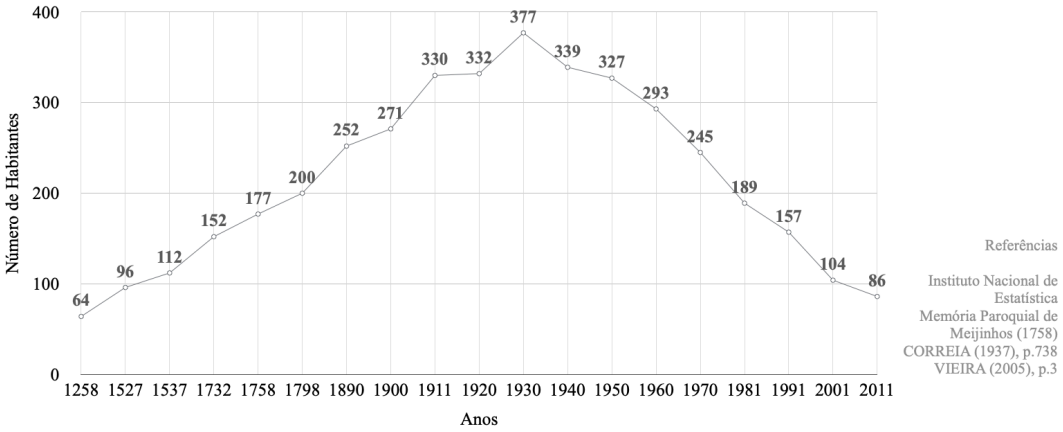
Meijinhos enfrenta um processo de desruralização que assenta na *"… transformação ou desaparecimento da agricultura enquanto economia […] [e na] transformação da cultura rural enquanto modo de vida, visão do mundo, sistema de hábitos, crenças, tradições ou comportamentos."*[158], enfrentando problemas como *"… o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais…"*[159]. Através da leitura do lugar tentou-se entender a diferentes níveis o porquê deste processo, analisando os indicadores demográficos, as características socioeconómicas, o acesso aos serviços de saúde e transportes, assim como aos estabelecimentos de ensino.

O registo mais antigo quanto aos habitantes de Meijinhos pode ser consultado nas Inquirições de 1258, que contam cerca de 64 habitantes à data. A partir daí, assiste-se a um crescimento demográfico que atinge o valor máximo em 1930, com 377 habitantes. Depois de atingir o pico, o número cai progressivamente para 86 habitantes em 2011, devido a factores como a Guerra do Ultramar (1961-1974), o 25 de Abril e a migração para as grandes cidades, para outros países europeus ou até para outros continentes, como o Brasil[160]. Os habitantes de um

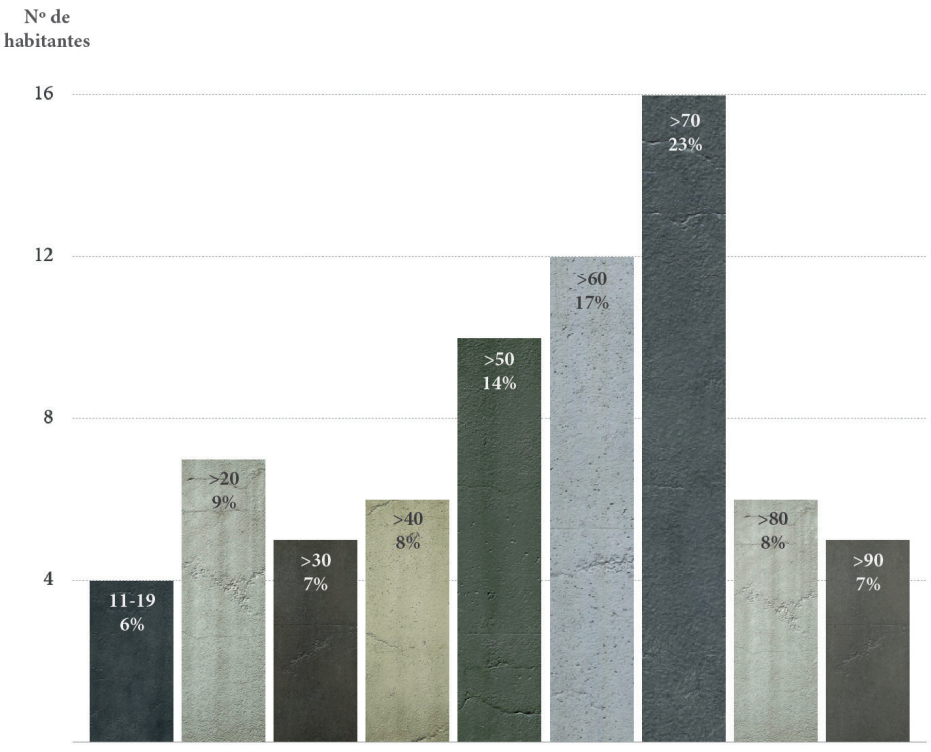
158| Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011, p.69.

159| *Ibidem*, p.23.

160| *Ibidem*, p.18.



96. Evolução do número de habitantes de Meijinhos.



97. Percentagem de habitantes por faixa etária obtida em levantamento.

lugar são os *jardineiros da paisagem*, tudo muda com o êxodo rural[161] e essa mutação reflecte-se nela. Por um lado, na paisagem relativa aos campos ligados à actividade agrícola, por outro, na do edificado, seja o que se encontra em ruína, o que foi alvo de intervenção ou as novas construções sem regras de ordenamento, *"Não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá disso sinais, para além de pouco tempo e muito espaço para compreender ou diferir as marcas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços."*[162].

O último recenseamento, realizado em 2011, indica 86 habitantes[163], no entanto, no trabalho de campo, registaram-se cerca de 71 habitantes, sendo que a maior percentagem de 23% corresponde à faixa etária dos 70-79 anos, em oposição à menor de 6%, relativa à faixa etária dos 11-19 anos. Note-se que não se observaram habitantes de idade igual ou inferior a 10 anos. A segunda maior percentagem de habitantes corresponde à faixa dos 60-69 anos, representando 17% do total e a terceira à dos 50-59, que equivale a 14%. Resumindo, 69% da população tem idade superior a 50 anos e 55% tem idade superior a 60 anos.

Ao ler o gráfico circular entende-se que entre a faixa dos >20 e os >40 há um decréscimo contínuo de percentagem, o que pode querer dizer que os jovens, a partir de certa idade, têm a tendência de desertar em buscar de melhores oportunidades. A partir da camada dos >50 até aos >70 assiste-se ao aumento da percentagem de ocupação. Este fenómeno inverso corresponde em grande parte aos emigrantes retornados. Daqui se pode inferir que Meijinhos tem qualidades que atraem determinadas pessoas, mas também alguns problemas que levam outras a partir. Isto representa, para o projecto, o desafio de introduzir melhorias para travar as pessoas que partem, sem que com isso se percam as virtudes que chamam aqui as que regressam.

No panorama geral concelhio também se constata a perda progressiva de população, a diminuição do número de pessoas por família e da taxa de natalidade. Por outro lado, há um aumento de emigração de jovens qualificados, que se reflecte no decréscimo de população activa[164]. A população está cada vez mais envelhecida e, consequentemente, mais dependente, disparando a taxa de ocupação em lares de idosos para os 98%[165].

161| Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1992, p.368.

162| Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011, p.15.

163| Disponível em https://censos.ine.pt/, consultado a 18/10/2020.

164| Câmara Municipal de Lamego. Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território. Lamego: C.M., 2021. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/reot, consultado a 01/02/2021, p.157-158.

165| *Ibidem*, p.102.

Com este despovoamento assistiu-se também a uma perda da importância da actividade agrícola como modo de subsistência. O agricultor que se sustenta apenas do que colhe da terra já não existe e a maior parte dos habitantes "*… vive hoje de uma economia assistida - poupanças, remessas de emigração, pensões, reformas, etc. - e aí a agricultura é apenas mais uma forma de obter rendimento de terras que se herdaram de antepassados. É impossível viver só da pequena escala e da escassez da economia agrícola…*"[166] e também de fazer frente às grandes explorações agrícolas industrializadas. Este é o retrato de Meijinhos, onde se encontram muitos campos por cultivar que se reconhecem por extensões de silvados e de *fieitos*[167]. Os granjeios são então feitos nos terrenos mais próximos às casas, onde o acesso é mais fácil.

Embora existam algumas explorações agrícolas, por vezes recorrendo a estufas, e se faça criação de gado, o produto económico é pouco expressivo e os empregos são escassos, Meijinhos é um lugar sobretudo residencial, deixando pouco ou nenhum lugar ao sector secundário e terciário. Disto resulta uma relação de dependência entre lugares como Meijinhos e Lamego, o centro onde se encontram estas actividades, todos os serviços, os equipamentos e as oportunidades de emprego. A principal agravante da centralização destas infraestruturas em Lamego prende-se com a questão dos acessos, visto que a oferta da rede de transportes públicos é ainda insuficiente neste lugar e é este aglomerado de funções e de serviços que atrai pessoas na procura de produtos e emprego, propiciando a fixação de pessoas em detrimento do despovoamento de outros sítios. A partir do que se sugere, em termos de programa, para Meijinhos intenta-se criar postos de trabalho e comércio de bens, dando resposta às necessidades mais imediatas do dia-a-dia dos habitantes.

A nível socioeconómico registou-se um aumento exponencial dos alojamentos locais a partir de 2015, que se localizam maioritariamente em Valdigem, Cambres e Lamego, onde também existem hotéis[168]. Apesar disto representar um despoletar da dinamização da região e uma injecção de capital económico, não se deve perder de vista as fragilidades da aposta desmedida no turismo. Ainda que seja importante promover os pontos fortes e o carácter identitário de cada lugar, há que ter a sensibilidade necessária para o fazer adequadamente a cada sítio.

Em relação ao sector da saúde, a população de Lamego é servida por um hospital e dois centros de saúde, mas apenas se registam quatro enfermeiros por mil habitantes, número que tem

166| Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011,, p.147.

167| "Do latim filictu-, «feto»" in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fieito, consultado a 5/10/2021.

168| Câmara Municipal de Lamego. Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território. Lamego: C.M., 2021. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/reot, consultado a 01/02/2021, p.88-91.

vindo a decrescer desde 2010, e de 3.7 médicos por mil habitantes[169], número que cresceu entre 2010 e 2018, mas que mesmo assim se verifica aquém da média da região Norte de 5.2 médicos por mil habitantes.

Não só estes factores influenciam como se vive em Meijinhos, mas também a própria qualidade do habitar. As pessoas mais idosas moram, por norma, nas casas comuns mais antigas, com poucas ou nenhumas intervenções no que diz respeito à salubridade e ao conforto. O problema agrava-se nos invernos rigorosos, quando a única fonte de aquecimento é muitas vezes a lareira. Isto faz com que as pessoas se isolem em casa e é importante referir que, quando as condições meteorológicas se tornam mais agrestes, as televisões, que são a grande companhia dos mais idosos nesta situação, ficam muitas vezes sem sinal. É também de referir que o sistema eléctrico das casas não está preparado para dar resposta sequer ao aquecimento das mesmas.

Este problema é transversal a vários lugares do interior do país e deve ser combatido através de iniciativas que promovam a cultura de partilha e de comunidade que se tem vindo a perder actualmente. Por essa razão é apropriado propor um centro de convívio para Meijinhos, para contrariar a solidão, criando um ponto de encontro para diferentes gerações. Não é suficiente categorizar as pessoas em locais adaptados a faixas etárias específicas, pois isso leva a uma generalização da sua identidade e pode até agravar o sentimento de isolamento. A integração intergeracional que se idealiza pode alimentar novas dinâmicas de convivência, de valores e de experiências mútuas, o que pode representar um novo propósito e relembrar que, independentemente da idade, todos têm algo a acrescentar, principalmente a camada sénior.

Um dia típico de um habitante de Meijinhos, que ainda possua boas capacidades de mobilidade, seria acordar, regar os campos consoante o necessário, alimentar os animais ou levá-los ao pasto, almoçar, continuar a trabalhar nos terrenos e ao final da tarde, assistir à missa. Os que já não conseguem fazer todas estas tarefas ou que não necessitam de as fazer, porque só granjeiam hortas próximas à casa e fazem o seu trabalho em poucas horas, passam o resto do dia em casa, tendo por único convívio a ida à missa. A proposta de projecto vem precisamente combater esta norma, estabelecendo um novo ponto de encontro aberto à população todo o dia.

Por alguns períodos de tempo esta rotina é quebrada e as portadas das casas, desabitadas a maior parte do ano, abrem-se para a rua. Os visitantes vêm passar férias ou participar nas festividades, revitalizando Meijinhos temporariamente. Uma das grandes atracções é o dia de São Brás (3 de Fevereiro) ao qual "*… acorriam, desde remota antiguidade, muitas pessoas em romagem, principalmente no dia da sua festa, costume que ainda se mantém, embora já não*

169| *Ibidem*. p.103-104,

98. Habitantes de Meijinhos, década de 70.

99. Escadas da casa do povo, s.d.

100. Visita do compasso, Páscoa. Meijinhos, 2012.

101. Procissão no dia de São Brás. Meijinhos, 1990.

102. Procissão no dia de São Brás. Meijinhos, s.d..

existam os ferros com que ‹‹ferravam›› os supostos possessos e os mordidos de cães danados."[170], como refere Gonçalves da Costa.

Dita a memória dos mais antigos que a festa realizada, nos séculos XIX e XX, começava com o lançamento de foguetes antes de cada novena realizada a cada dia, começando uma semana antes do dia oficial. Era um evento de maior importância do que actualmente, ao qual acorriam pessoas de várias povoações. No dia, era costume realizar uma procissão, depois da missa, com andores enfeitados, música e por vezes pessoas vestidas de personagens religiosas. Esta comemoração estava também ligada à *festa dos milhos*, uma comida tradicional desta zona, que era oferecida pela família dos Ilharcos[171], a mais abastada destas terras. Depois do almoço, a festa continuava com bailes.

Actualmente, a ocasião é celebrada no primeiro domingo após o dia 3 de Fevereiro, para facilitar a comparência às pessoas que moram noutras cidades, ou outros países. Organiza-se um grande convívio e relembram-se os vizinhos e a vida antiga. O plano de festas começa, por norma, na sexta-feira à noite, com porco assado no espeto e música. No sábado, a afluência de pessoas já é maior e o convívio continua com música. Em 2020, o grupo de bombos de Samodães percorreu as ruas do povo com a sua animação. À noite, há novamente algo para petiscar, música de concertinas e dança. No domingo, o dia oficial, celebra-se a missa, por vezes seguida de procissão, e as doceiras vendem os seus produtos no largo da igreja. Depois, segue-se o almoço com animação pela tarde fora. Ao fim da tarde, os visitantes desaparecem e Meijinhos volta ao ritmo tranquilo de sempre.

Muitos são os que vêm passar a Páscoa a Meijinhos, celebrando-se a missa e, a seguir, o compasso percorre as ruas do povo, levando a cruz a cada casa. O percurso costumava ser assinalado com foguetes, mas também esses já caíram em desuso. Coze-se o bolo podre, típico da região, para o qual se colhia a carqueja, para aquecer os fornos à temperatura certa para a cozedura.

Logo uma semana depois, festeja-se o dia da Senhora da Piedade, na segunda-feira, *"Por a manhâ, haverá Missa com Sermão por o Senhor Padre da Freguesia, e ao fim da Missa a Procissão que vai percorrer as ruas da Freguesia se o tempo estiver bom. Toca-se os sinos e estoura-se alguns*

170| Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1986, vol II, p.94.

171| *"... esta festa conhecida por a festa dos milhos, é tradição que o senhor Hilharco mandava moer milho em farinha e em milhos, e depois mandava ordenar pão em broa, depois mandava distribuir por cada morador da freguesia de Meijinhos, um alqueire de pão e um alqueire de milhos para o jantar da festa do S.Bras."* in Moura, Filipe da Silva. História e Antiguidades da freguesia de Meijinhos. 1988. Disponível em https://meijinhos.webnode.com/products/historia-de-meijinhos/, consultado a 16/11/2019.

foguetes que sobraram da Páscoa ou do S.Brás e é assim que se celébra a festa, esta não se festeja tanto como a festa do S.Brás por ser a seguir á Páscoa e ser um dia de trabalho, e as gentes de Lisboa e Porto não se poderem deslocar duas vezes no espaço de uma semana, então é festejada só por os habitantes da Freguesia. Este dia é guardado como um dia Santo, o que quer dizer que não se trabalha e se festeja religiosamente."[172].

Ainda existem outras festas que, não pertencendo a Meijinhos, são também vividas pelos seus e são motivo de romagem. É exemplo disso a Queima do Judas, no domingo de Páscoa, em Lalim, o festejo do Entrudo, no dia de Carnaval com o desfile dos caretos, em Lazarim e, a maior de todas, a romaria de Nossa Senhora dos Remédios, a 8 de Setembro, em Lamego.

Terminadas as festividades Meijinhos retorna ao clima de despovoamento anterior. Na proposta desta dissertação o papel social do arquitecto está muito vincado, uma vez que o objectivo principal é qualificar a vida dos habitantes. Ao criar um projecto pontual, em directa relação com a envolvente, idealiza-se que este dinamize as pessoas e o lugar. Ao criar alguma atracção a este lugar, poderá despoletar-se um processo longo e complexo ao assegurar investimentos públicos e privados que garantam melhores acessos à saúde, à educação, aos transportes públicos e a melhores habitações, o que poderá ultimamente resultar na reversão da tendência de abandono e até na fixação de novos residentes. Pretende-se que o projecto seja uma intervenção cirúrgica, capaz de ancorar e responder tanto à escala do território, como da estrutura urbana, à do espaço público e, em último, à do edifício.

172| Disponível em http://freguesia-meijinhos.blogspot.com/2012/04/senhora-da-piedade-em-meijinhos.html, consultado a 14/02/2020.

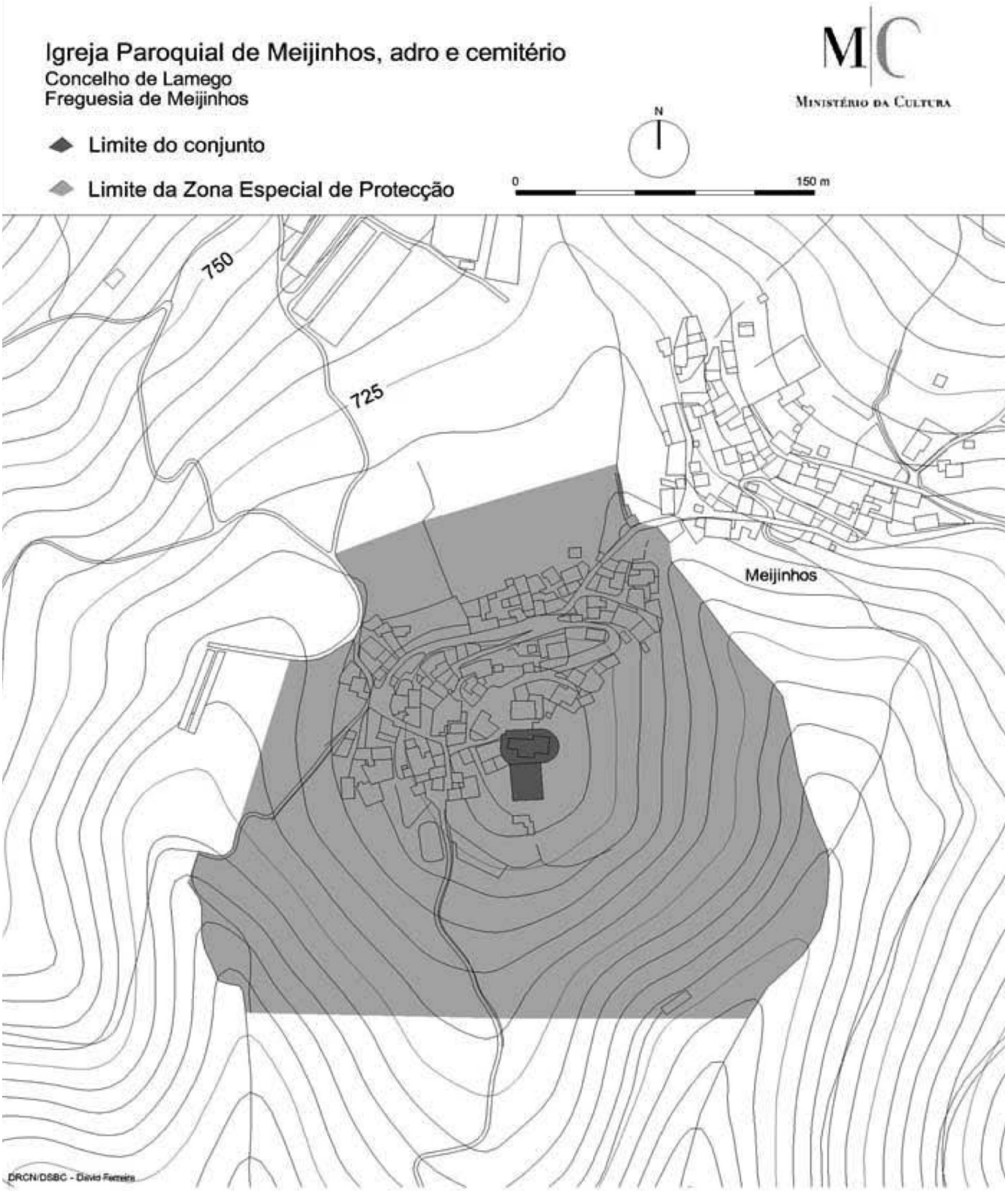
problematização,

2.2. requalificar Meijinhos - enquadramento legal

A requalificação de povoados como Meijinhos é uma tarefa difícil pois, por não se encontrarem em destaque no território e por, em muitos casos, se encontrarem num processo de desertificação, são pouco atractivos para novos investimentos. Cria-se assim um ciclo constante, uma vez que sem investimento não se resolvem os problemas que fazem as pessoas sair em busca de melhores oportunidades e sem pessoas, não há justificação para aplicar capital.

Inverter esta tendência requer um planeamento interdisciplinar e a elaboração de planos estratégicos adequados, através do contacto directo com os habitantes para perceber melhor as suas necessidades. A intervenção deve prever a melhoria de rede de infraestruturas a nível de comunicações, transportes e saúde; a criação de incentivos fiscais à fixação; a promoção de redes culturais; a recuperação de actividades artesanais, promovendo produtos locais com selo de qualidade; o incentivo da prática de actividades agrícolas dinamizando a produção existente; a requalificação dos espaços públicos e a recuperação do património construído. Tudo isto deverá ser feito atendendo aos recursos de cada lugar, para que não percam a sua identidade com uma resposta generalizada, prevendo a inclusão da comunidade neste processo, para que tudo flua e se integre na rotina dos habitantes.

Através de um projecto pontual para Meijinhos, ambiciona-se que este possa ser um catalisador da sua requalificação e de fixação, embora se reconheça que não se possa atingir isso apenas através de um edifício.



103. Conjunto classificado e limite da Zona Especial de Protecção.

A nível do espaço público propõe-se definir as vias de acesso pedonal, as de acesso automóvel e as de acesso condicionado a máquinas de trabalho e de moradores. A par disto, sugere-se restringir o acesso automóvel a Meijinhos, propondo um estacionamento à sua entrada. É certo que os largos, alguns decorrentes das eiras onde se realizavam as malhadas e as desfolhadas, outrora palco de bailes e de mercado, já não possuem a vivência de antigamente, no entanto, usá-los como parque de estacionamento retira-lhes qualquer possibilidade de uso de sentido comunitário que se pretende recuperar. Os espaços públicos são espelho do modo como a população interage e espaços com qualidade reflectem-se na vida dos seus habitantes.

Estes são espaços ricos de significados sociais, religiosos e até históricos para a população, parte da sua memória colectiva, mas encontram-se negligenciados. Porém é possível retomá-los ou dar-lhes um novo sentido através do tratamento dos pavimentos, da introdução de mobiliário, de iluminação e de vegetação. Novamente, deverá ser tido em conta que se pretende criar condições para que se deseje viver aqui, tornando Meijinhos atraente sem desvirtuar o seu carácter. Outro factor importante é incentivar a recuperação de estruturas devolutas, como habitações, lagares e outras estruturas de apoio aos trabalhos agrícolas. Lugares como Meijinhos enfrentam duas realidades antagónicas, pois por um lado continuam a expandir, sobretudo por causa da construção de casas de segunda habitação, mas por outro estão cada vez mais desertos, devido à migração dos habitantes. No entanto, é importante que estas recuperações sejam alvo de planeamento.

Dentro da questão do planeamento é importante referir que parte de Meijinhos se enquadra numa Zona Especial de Protecção (ZEP) que decorreu da classificação da igreja, adro e cemitério como conjunto de interesse público (ver imagem 103). Esta classificação *"... fundamenta-se no valor simbólico e religioso do conjunto edificado, espaço referencial no plano social e identitário e elemento de coesão e congregação ao longo dos séculos; no valor arquitectónico e histórico, pela antiguidade da igreja, que conserva elementos de raiz medieval, e pela sua importância tópica e paisagística; no valor artístico das pinturas murais, exemplares raros e com grande integridade das correntes estéticas dos séculos XVI e XVII."*[173].

Os tipos de interesse dos bens imóveis estão definidos no Decreto Lei n.o 107/2001, que define que *"4 — Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação. 5 — Um bem considera-se de interesse público* [o caso de Meijinhos] *quando a respectiva protecção e*

173| Classificação de conjunto de interesse público - igreja, adro e cemitério de Meijinhos *in* Diário da República, 2a série - N.o 109, 6 de Junho de 2011, Portaria no 574/2011. Disponível em https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2011/06/109000000/2424724249.pdf, consultado a 16/10/2019, p.24247 - 24248.

valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. 6 — Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município."[174].

É importante reconhecer que o valor deste conjunto não reside apenas no carácter patrimonial, mas também nas experiências humanas deste lugar, que devem ser compreendidos em colectivo. Ao projectar para este tipo de povoados o arquitecto assume, acima de tudo, um papel social, pois tem que conhecer as pessoas para quem desenha e compreender as suas necessidades.

No artigo de classificação publicado no Diário da República é referido que esta zona foi definida tendo em conta que *"A estreita relação paisagística, morfológica e histórica que o conjunto (...) estabelece com a colina envolvente deve ter reflexos na futura gestão daquele espaço, criando condições para a salvaguarda do monumento e da envolvente que com ele estabelece uma relação interpretativa, sem ferir princípios de proporcionalidade."*[175]. No entanto, ao analisar a área da ZEP, levantam-se questões quanto aos critérios que determinaram a sua abrangência, nomeadamente à exclusão do aglomerado oposto.

No capítulo IV, artigo 54º, é definido o enquadramento do conteúdo do conjunto ou sítio:

> *" 1 — Na área abrangida por um conjunto ou sítio, o IGESPAR, I. P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente competente e com a câmara municipal do município onde se situe o imóvel, especifica:*
>
> *a) Graduação das restrições, nomeadamente, quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;*
>
> *b) Zonas non aedificandi;*
>
> *c) Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;*
>
> *d) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que: i) Devem ser preservados integralmente; ii) Podem ser objecto de obras de alteração; iii) Devem ser preservados; iv) Em circunstâncias*

174| Decreto-Lei n.o 107/2001 *in* Diário da República, 1a série - N.o 209, 8 de Setembro de 2001. Disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790, consultado a 28/10/2020.

175| Classificação de conjunto de interesse público - igreja, adro e cemitério de Meijinhos *in* Diário da República, 2a série - N.o 109, 6 de Junho de 2011, Portaria no 574/2011. Disponível em https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2011/06/109000000/2424724249.pdf, consultado a 16/10/2019, p.24247 - 24248.

excepcionais, podem ser demolidos; v) Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento; vi) Se encontram sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.o 140/2009, de 15 de Junho;

e) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis, de acordo com o regime do Decreto-Lei n.o 140/2009, de 15 de Junho;

f) As regras de publicidade exterior.

2 — Às operações urbanísticas a realizar em conjuntos ou sítios aplica-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 51.o e 52.o"[176].

Quando a Direcção Geral de Cultura do Norte foi contactada para obtenção de esclarecimentos sobre uma intervenção na ZEP, foi indicado que *"... não tendo sido estabelecidas restrições específicas na Portaria de classificação do conjunto arquitetónico em causa, a apreciação das pretensões é feita caso a caso, em função das características arquitetónicas da edificação preexistente, bem como da sua contextualização envolvente."*[177]. Esta resposta é arriscada, pois abre portas a várias interpretações acerca das volumetrias, morfologias do edificado, alinhamentos, cérceas, materialidade, cromatismos, entre outras. Apesar da resposta inicialmente generalizada, foram enunciadas algumas directrizes no que diz respeito aos sistemas e materiais construtivos, de forma a serem compatíveis com as estruturas originais, dando preferência ao uso da madeira, admitindo-se o ferro e o betão, este último com moderação.

O processo de concessão de licenças e autorizações para intervenções nas ZEP prevê a notificação do IGESPAR, I.P. e da Direcção Regional de Cultura territorialmente competente, por parte da Câmara Municipal[178] responsável. Seria de esperar que esta formalização garantisse a pertinência das intervenções, todavia parece desencorajar o que pode parecer um longo processo.

Este exercício é de natureza académica, no entanto, reconhece-se que na possibilidade de vir a ser construído teria que seguir uma série de normativas. Por exemplo, requereria uma licença administrativa, cuja necessidade está enquadrada no Regulamento Jurídico da Urbanização

176| Decreto-Lei n.o 309/2009 *in* Diário da República, 1a série - N.o 206, 23 de Outubro de 2009. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf, consultado a 16/10/2019, p.7984.

177| Resposta disponível no anexo III, 19/02/2021.

178| Decreto-Lei n.o 309/2009 *in* Diário da República, 1a série - N.o 206, 23 de Outubro de 2009. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf, consultado a 16/10/2019, p.7984.

e Edificação (RJUE): *"... Estão sujeitas a licença administrativa: (...) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;"*[179].

Esta licença seria da responsabilidade da Câmara Municipal de Lamego e seria sujeita a discussão por parte do presidente e dos vereadores:

> *"... 1- A apreciação do projeto de arquitetura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c) a f) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais ou intermunicipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto.*
>
> *2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra-estruturas existentes e previstas."*[180]

Apesar dos vários enquadramentos legais, em verdade, grande número das intervenções é feita ilegalmente, sem aval de qualquer das entidades mencionadas. Frequentemente são introduzidos elementos exógenos que deturpam o carácter das construções comuns, mas que também acabam por interferir com o enquadramento do conjunto classificado. A construção deve acompanhar os tempos e as necessidades das pessoas, sem prejudicar a envolvente, algo que se deve verificar não só na ZEP, mas em todo o território de Meijinhos. Contudo, o que se verifica é que a classificação protege apenas o conjunto, mas como pode ser possível fazê-lo sem enquadrar igualmente o restante edificado?

À luz destas questões, sobressai novamente o Largo da Igreja e o espaço vazio entre as duas lógicas de malhas como um espaço condensador de problemas e de temas de projecto, quer pela questão do desenho do espaço público, quer pela variedade de volumetrias e as preexistências, quer pelo carácter acidentado do chão e do desnivelamento das cotas do terreno.

179| Decreto-Lei n.o 555/99 *in* Diário da República, 1a série, N.o 291, 16 de Dezembro de 1999. Disponível em https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34567875, consultado a 28/10/2021, Capítulo II, Secção I, Artigo 4º, alínea d).

180| *Ibidem*, Capítulo II, Secção II, Subsecção II, Artigo 20º.

Capítulo 3

proposta,

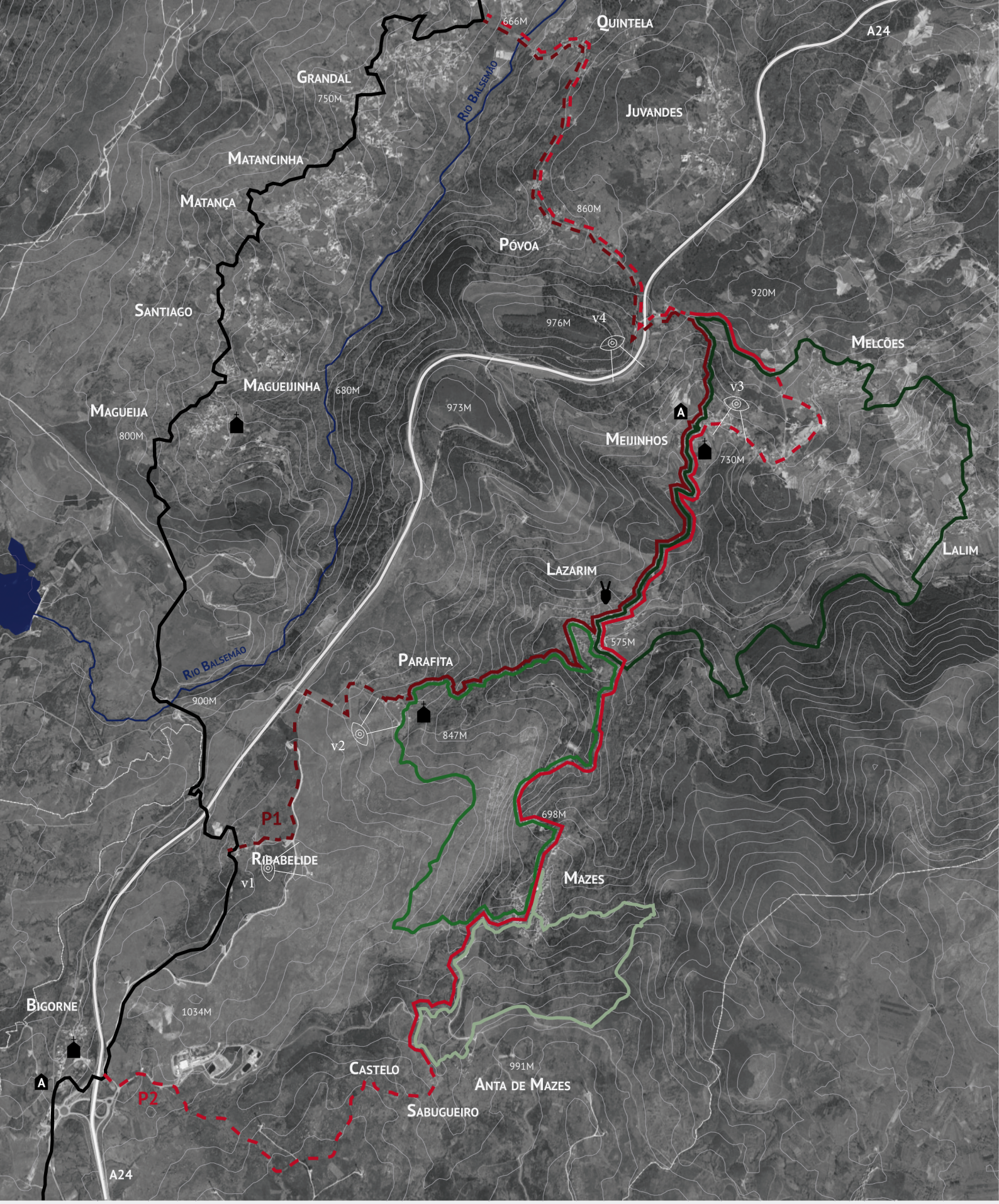
proposta,

3.1. construção de um programa

Esta dissertação partiu da relação familiar com Meijinhos e da ideia da construção de um projecto para este lugar específico sem a definição prévia de um programa, sendo este apurado ao longo do processo de trabalho. Os caminhos escolhidos só puderam ser traçados com o apoio da investigação feita nos primeiros capítulos que, visando a compreensão da identidade do lugar, acabou por revelar os problemas e oportunidades de Meijinhos no presente. Com efeito, o projecto procura dar resposta a este retrato pela construção do programa adequado em continuidade com a história do lugar.

Do estudo do acesso a serviços e equipamentos e da qualidade dos espaços públicos averiguou-se que estes estão em falta e que, além da igreja, não há nenhum espaço que convide e fomente as interacções sociais no quotidiano dos moradores. Surge daí a primeira ideia para um centro de convívio ancorado, à escala territorial, na existência do Caminho de Santiago do Interior e nos vários trilhos pedestres.

Efectivamente, a construção do programa para Meijinhos passou pela escala do território, através do percurso e também contemplou a escala da estrutura urbana, pois propõe cerzir as malhas diferenciadas, antes de chegar à escala do edifício, através do qual se resolverão problemas também de espaço público.



P1 P2 Proposta de percursos alternativos

Caminho de Santiago do Interior

Tramos dos novos percursos sobre percursos preexistentes

PR3 - Terras Dom Pedro Afonso

Albergue

Edifício religioso

Centro Interpretativo da Máscara Ibérica (CIMI)

PR6 - Máscaras de Lazarim

PR4 - Antas de Mazes

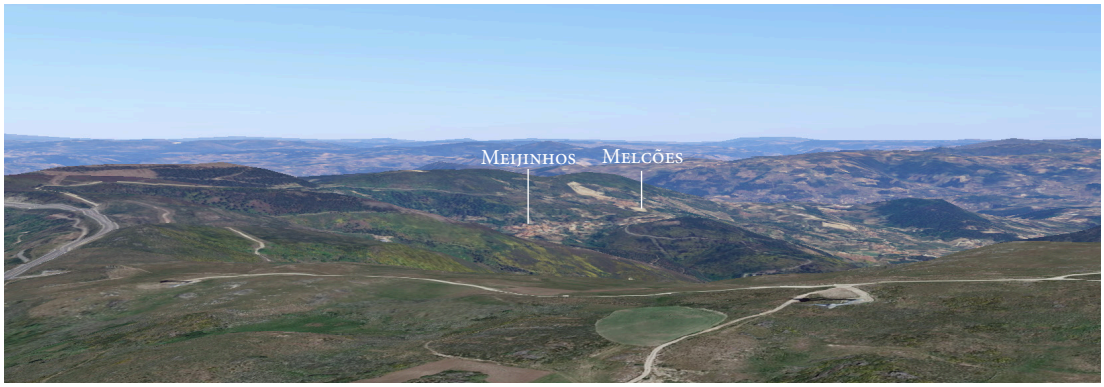
Equidistância das curvas de nível - 25m

104. Proposta para novos percursos pedestres. Desenho baseado no mapa 05 do capítulo 1, p.16. Escala 1:30 000 N

A primeira parte da intervenção corresponde à proposta de dois itinerários pendurados nos percursos pedestres municipais e no Caminho de Santiago do Interior, conectando-os através de percursos alternativos. No mapa ao lado o Caminho de Santiago surge marcado a preto, predominantemente do lado esquerdo da A24 marcada a branco. De um modo espelhado, à direita e em tons de verde, marcam-se os percursos pedestres de pequena rota. O mais claro é o PR4 - Percurso das Antas de Mazes, o verde intermédio corresponde ao PR6 - Percurso das Máscaras de Lazarim e o ainda verde escuro simboliza o PR3 - Percurso das Terras de Dom Pedro Afonso que passa por Meijinhos. Os vermelhos representam as propostas de desvio apoiadas no Caminho de Santiago do Interior e na intersecção dos percursos pedestres, estando os tramos de conexão representados a traço interrompido e as partes sobrepostas aos percursos preexistentes a traço contínuo.

O P2, assinalado a vermelho claro, parte do nó de Bigorne, passando pelas antas de Castelo, Sabugueiro e Mazes, até engatar no PR4 e no PR6 que, por fim, conduzem o caminhante ao PR3, passando por Lazarim, Meijinhos, Melcões, Póvoa e Quintela. Neste percurso tem-se uma percepção de Meijinhos diferente do P2. De Sul para Norte, chega-se a Meijinhos pelos campos agrícolas, passando pela igreja e descendo até ao Largo do Ribeiro. A partir daí, o P1 sobe pela Rua dos Lameiros, entrando pelos campos agrícolas, enquanto que o P2 continua pela via principal, percorrendo a zona das Figueiras e do Fojo, até alcançar Melcões.

O P1, marcado a vermelho escuro, parte da pequena povoação de Ribabelide, seguindo por Parafita, assentamento que já pertenceu a Meijinhos, e daí conecta-se ao PR6 e ao PR3, como já foi descrito anteriormente. Este percurso corresponde a um desvio de cerca de 2h30m desde o Caminho de Santiago até Meijinhos. Para que os caminhantes pudessem visitar Meijinhos teriam de fazer um desvio que dificultaria a chegada até Magueija com condições favoráveis e, desse modo, identificou-se uma situação oportuna para a sua paragem, cruzando os vários percursos e pontos de atracção. Deve-se frisar que se defende uma estratégia de englobamento de todos estes lugares, numa rede concertada, integrando diversas atracções, sejam elas culturais, arquitectónicas, religiosas ou paisagísticas. São exemplo disso as antas visitáveis no P2, os moinhos da Faia em Mazes, o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica de Lazarim ou a cadeia e o pelourinho de Lalim e ainda todas as capelas, igrejas e cruzeiros de todas as povoações.



105. V1 - Enfiamento visual de Ribabelide para Meijinhos.

106. V2 - Vista do percurso de Parafita em direcção a Meijinhos.

107. V3 - Eixo visual de Meijinhos para Mazes.

108. V4 - Vista do Montedufe para Meijinhos.

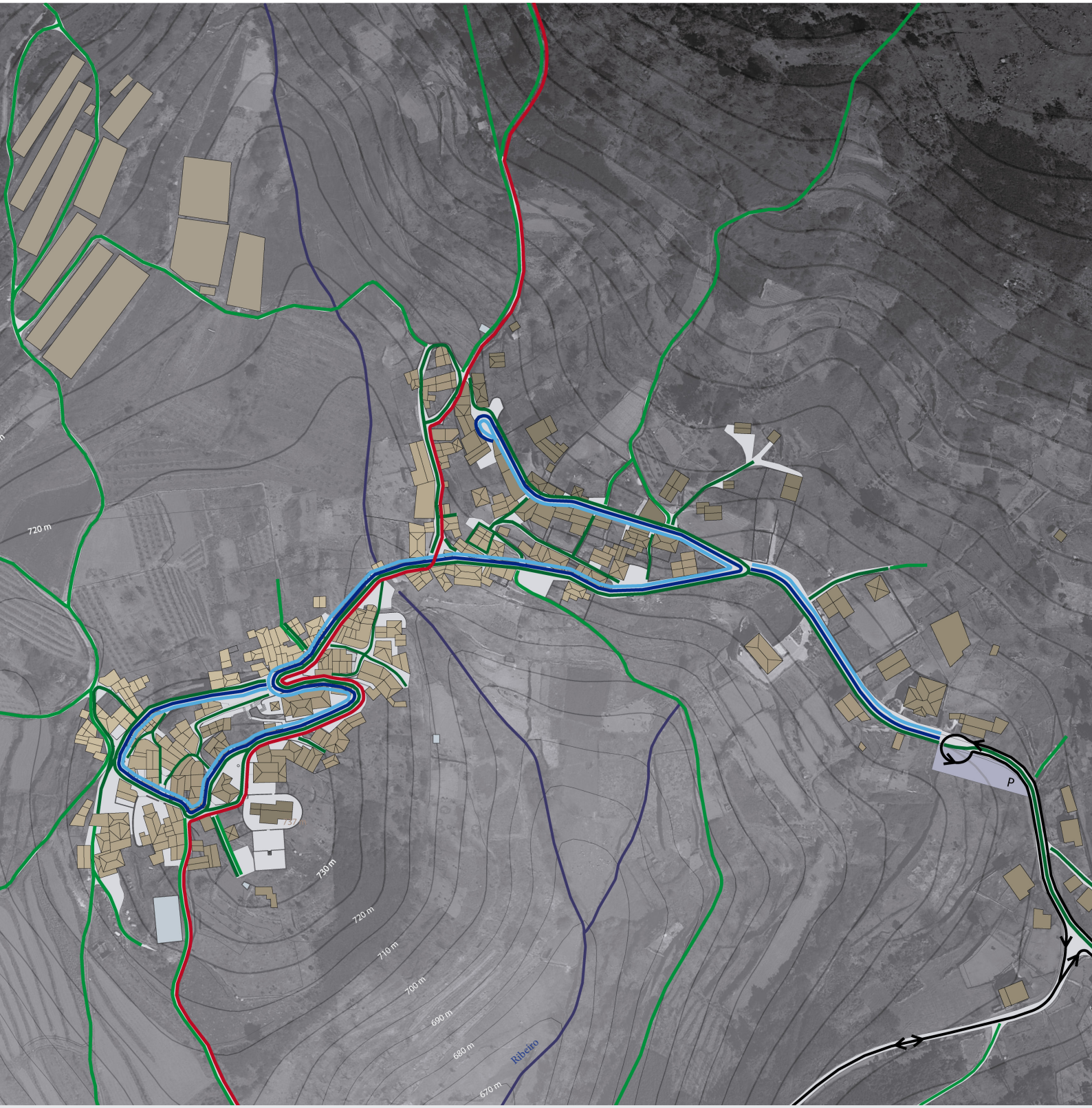
Em Meijinhos, especificamente, é possível visitar a Igreja Paroquial e observar os frescos do século XVI[181], já referidos anteriormente, mas também o possível pelourinho, a casa brasonada da antiga família dos Ilharcos e a Quinta da Casa Grande. Acima de tudo cria-se a oportunidade de conhecer um lugar nutrido de valores paisagísticos, arquitectónicos e históricos, sem esquecer a sua gente e o seu espírito de comunidade. A nova proposta apoiará os praticantes de desporto, mas também servirá para receber pessoas em época de festividades como o São Brás. Por outro lado, também poderá absorver algum do crescente fluxo ao Entrudo de Lazarim e do Centro Interpretativo da Máscara Ibérica.

Ao longo dos percursos existem vários pontos de vista privilegiados, grandes corredores visuais criados pela topografia e dos quais é tirado partido através dos percursos pedestres. Do V1 assinalado no mapa, em Ribabelide, é possível ter uma vista geral aberta das massas montanhosas; no V2, em Parafita, a perspectiva é afunilada pelos maciços rochosos nas laterais, forçando o avistamento de Meijinhos; continuando este percurso desce-se até ao vale de Lazarim e sobe-se até Meijinhos, a partir de onde se consegue ter novamente um destaque visual da paisagem, sendo possível observar Mazes e Parafita, através da fenda criada pelo monte da Esculca e pelo Cerro, no V3; o último momento em que se tem visibilidade sobre esta unidade de paisagem é no V4, do topo do Montedufe, do qual se vê em primeiro plano a estrutura urbana de Meijinhos. À medida que se continua o itinerário vai-se reduzindo de altitude, o que não permite a comunicação visual com os pontos anteriores. Novamente a A24 demarca não só o limite físico, mas também o visual entre as povoações das suas margens, uma vez que está assente sobre as linhas de festo.

intervenção na estrutura urbana

O segundo momento de aproximação à construção do programa para Meijinhos é a idealização de uma intervenção nos espaços públicos da estrutura urbana. Como foi identificado nos capítulos anteriores, a presença do automóvel é uma constante nos espaços públicos, pelo que foi entendido que deve ser limitada, de modo a permitir que se recupere o sentido de uso comunitário de espaços outrora dedicados a trabalho e ou a convívio.

181| *"... ao centro da parede fundeira da capela-mor opta-se por condensar num mesmo painel central dois temas maiores do ciclo da glorificação da Virgem, o tema da Assunção e o da Coroação da Virgem (140). Esta cena encontra-se ladeada pelo reconhecimento por Santa Ana e S. Joaquim da (imaculada) concepção de Maria no Encontro à Porta Dourada e pelo Nascimento da Virgem."* em Bessa, Paula. Pintura mural da igreja de Nossa Senhora da Piedade de Meijinhos *in* Resende, Nuno. O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus, vol.1: Lamego. Santa Maria da Feira: Diocese de Lamego, 2006, p.280.



109. Proposta para a reorganização das vias de Meijinhos. Desenho baseado no mapa 23 do capítulo 1, p.48.

Nesse sentido, foi determinada a hierarquização dos acessos a Meijinhos com apoio no estudo da estrutura urbana e no reconhecimento das suas ruas e travessas (ver imagem 109). Respeitando o existente, definiu-se um acesso principal que conecta, de um modo geral, a estrutura urbana e do qual irradiam todos os outros tipos de acesso.

Na imagem 109 pode observar-se a preto o acesso que corresponde aos automóveis gerais, cujo percurso termina num novo parque de estacionamento proposto de modo a limitar a sua entrada em Meijinhos. O azul escuro representa o percurso para os automóveis de residentes. Com o azul mais claro marca-se um possível trajecto para os transportes municipais, que deverão ser feitos com uma carrinha ou *minibus*, em vez do actual autocarro, de comprimento muito maior, que inverte marcha na zona das Figueiras por ser demasiado largo para prosseguir. Assim propõe-se um veículo de tamanho e ocupação mais adequada, que consiga servir melhor os habitantes em geral e os que tenham a mobilidade mais condicionada em particular. Note-se que nestas vias está também contemplado o acesso a viaturas de emergência médica. A verde escuro estão marcadas as vias pedonais de carácter urbano e a verde mais claro as de acesso a peões e máquinas de trabalho, que surgem transversalmente às vias automóveis. Também se encontra apontado a vermelho o PR3 - Percurso Terras de Dom Pedro que passa pela igreja, pela rua dos Lameiros e que depois se dirige pelos campos agrícolas.

Da mesma forma que se reflectiu sobre a hierarquização das vias, também se pensou nos materiais a usar na pavimentação destas, de modo a reforçar o seu carácter e a incitar o convívio nos espaços públicos de Meijinhos (imagem 110, p.104). O ponto de partida foi aproveitar os materiais já utilizados, nomeadamente o asfalto e o granito. Por consequência, para a circulação dos automóveis dos residentes e dos transportes públicos, que são coincidentes, mantém-se o piso existente em cubo de granito. Para as vias pedonais urbanas propõe-se o microcubo, excepto para as que funcionam em escada, que deverão manter o seu piso preexistente em pedras bem talhadas de granito. As vias pedonais agrícolas mantêm a calçada irregular de granito preexistente e o piso até ao parque de estacionamento mantém-se também em asfalto.

Nos encontros com as soleiras dos edifícios e com os passeios, sugere-se aplicar grandes pedras talhadas em granito, que funcionam como guias à mesma cota do resto do pavimento, fazendo as transições apenas ao nível da estereotomia. Os espaço públicos pensam-se da mesma forma, sendo que estas guias adquirem toda a sua dimensão.

110. Proposta de pavimentos sobre a hierarquização dos acessos de Meijinhos.

Ao nível do edifício, a ideia do centro de convívio ganhou novos contornos, tendo em conta os percursos existentes e a alternativa proposta anteriormente. Achou-se pertinente que neste edifício pudesse também funcionar um dormitório, pois criaria condições para receber novos visitantes e antigos habitantes, quando retornam para as festividades, potenciando assim ainda mais as interacções sociais entre estes e a população permanente, o que vai de encontro ao segundo objectivo de dinamizar e atrair pessoas a Meijinhos.

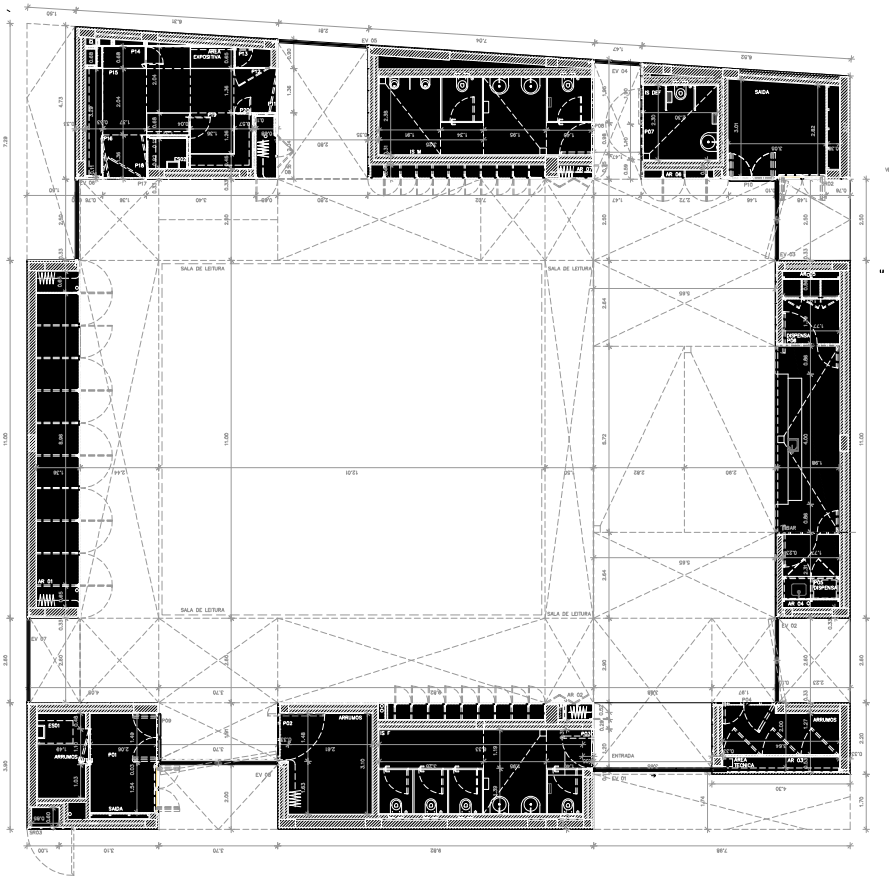
Não se pretende criar mais um alojamento rural que terá uma ocupação temporária, como é o caso das muitas habitações já existentes neste povoado. Procura-se contrariar a resposta imediata da turistificação permitindo, no entanto, que o turismo aconteça de acordo com uma premissa mais sólida. Deve ficar claro que o foco principal do projecto continua a ser para os habitantes, daí propor um centro de convívio que serve Meijinhos e arredores, motivo pelo qual se achou apropriado criar simultaneamente um café e uma pequena mercearia, também eles lugares de encontro e que introduzem novos postos de trabalho, qualificando a vida dos habitantes.

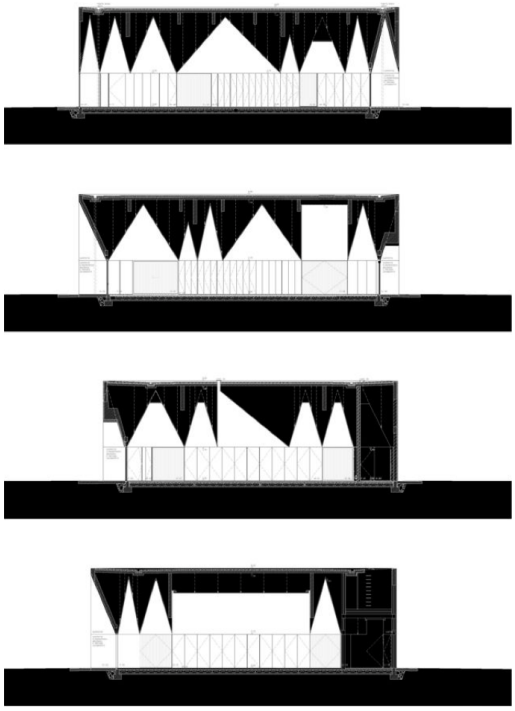
Com estes propósitos foram procuradas referências de projectos com temas semelhantes de modo a aferir a possibilidade de organizar estes quatro espaços principais - a sala de convívio, o dormitório, o café e a mercearia - de forma congruente neste contexto.

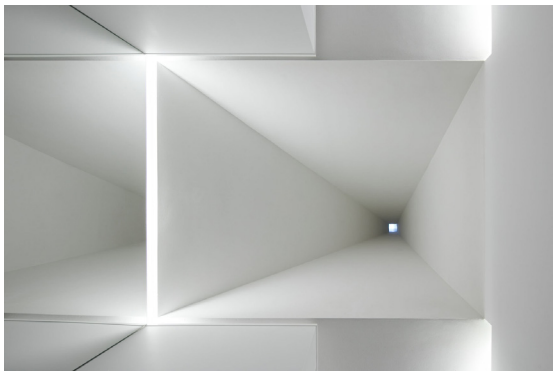
Uma das primeiras obras de referência, que aqui interessa exclusivamente pela questão do programa, é o Centro de Convívio de Grândola (2016), projectado pelos arquitectos Aires Mateus. *"O programa determina o projecto. Um centro de convívio para grandes reuniões ou pequenos grupos no dia-a-dia."*[182] e o resultado é um espaço quadrado flexível, no centro, que pode ser configurado por elementos móveis, nomeadamente cortinas e painéis que, por sua vez, permitem adaptar o espaço à escala das reuniões, consoante o número de pessoas.

O interior é um espaço livre que pode ser organizado de várias maneiras para diferentes propósitos, mas isso só acontece porque todas as funções de apoio estão localizadas nas paredes perimetrais, particularmente as instalações sanitárias, arrumos, uma pequena área expositiva e um bar. A estrutura do tecto é constituída por clarabóias que iluminam e determinam diferentes momentos do programa, através da sua geometria, sugerindo possíveis divisões do interior.

182| Centro de Convívio de Grândola / Aires Mateus. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/874834/centro-de-convivio-de-grandola-aires-mateus, consultado a 16/06/2020.



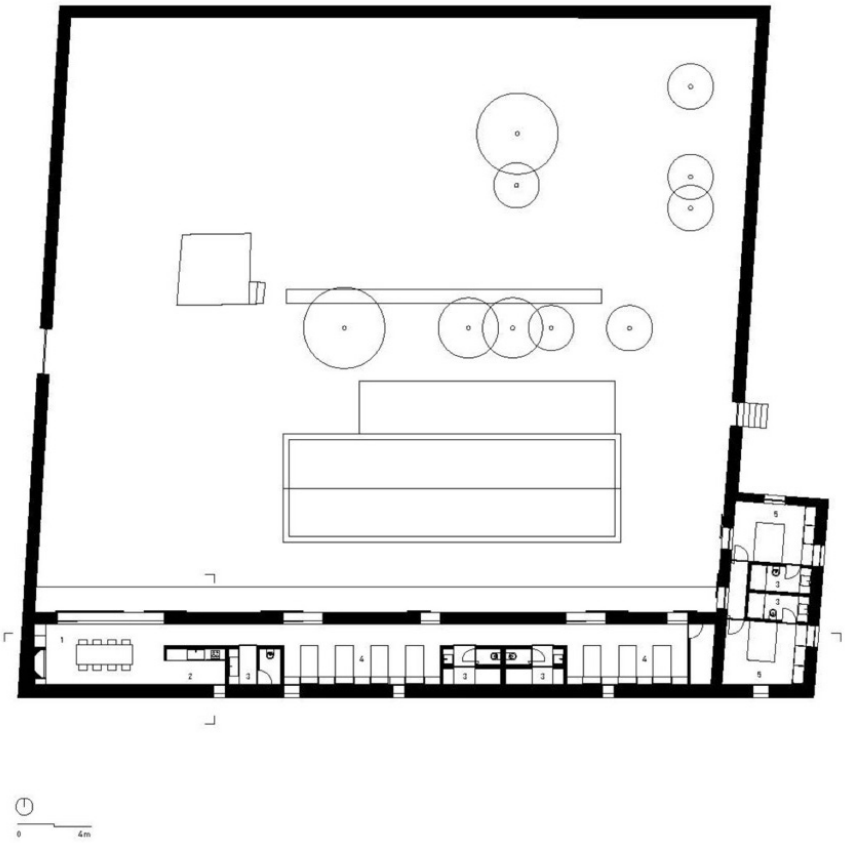




111. Centro de Convívio de Grândola, Aires Mateus.

Este projecto é relevante como caso de estudo apenas pela questão do programa, por ser um centro de convívio. Do ponto de vista do método, é divergente da postura adoptada para o desenvolvimento do projecto para Meijinhos. No caso de Grândola, o contexto do lugar é diferente e a forma resulta principalmente do programa. No caso de Meijinhos, o projecto e a forma reagem de maneira modelada à envolvente a vários níveis, sendo o próprio programa resultado do lugar.

112. Fotografias do balcão do café e do sistema de divisão de cortinas.

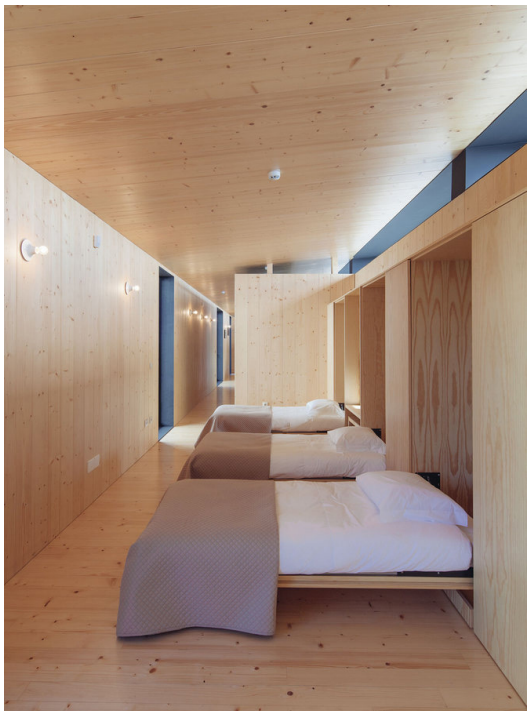


113. Quartéis de Santa Justa, Carvalho Araújo.

Outro projecto pertinente, que se debruça sobre a questão do albergue, é da autoria de Carvalho Araújo. A intervenção nos quartéis de Santa Justa (2017), em Ponte de Lima, consistiu na requalificação de uma estrutura murada composta por uma capela e um albergue para peregrinos e romeiros[183], tema comum ao que se propõe em Meijinhos.

A organização espacial foi mantida, bem como a volumetria e a alvenaria de pedra. No lugar do forno preexistente foi colocada uma cozinha e sala de refeições e os dormitórios surgem também dispostos em galeria, de acordo com a ocupação prévia. As camas são rebatíveis para uma maior flexibilidade de organização do espaço, dependendo do número de ocupantes. Como é possível observar nas fotografias, existem janelas pontuais que iluminam o espaço e um elemento contínuo, no encontro da alvenaria com a estrutura da cobertura, que assegura mais uma entrada de luz zenital. Além das camaratas, e para épocas de maior afluência, existe uma zona destinada para acampamento no espaço intramuros.

Apesar dos contributos destas obras e da ideia do programa estar já esboçada, a sua definição só aconteceu após a escolha do terreno, pois só assim poderia responder à sua escala e à envolvente.



114. Fotografias da zona dos quartos e da zona de refeições.

183| Quartéis de Santa Justa / Carvalho Araújo. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/869099/quarteis-de-santa-justa-carvalho-araujo, consultado a 01/05/2021.

115. Mapeamento da ocupação das habitações de Meijinhos.

proposta,

3.2. implantação de uma ideia dinâmica

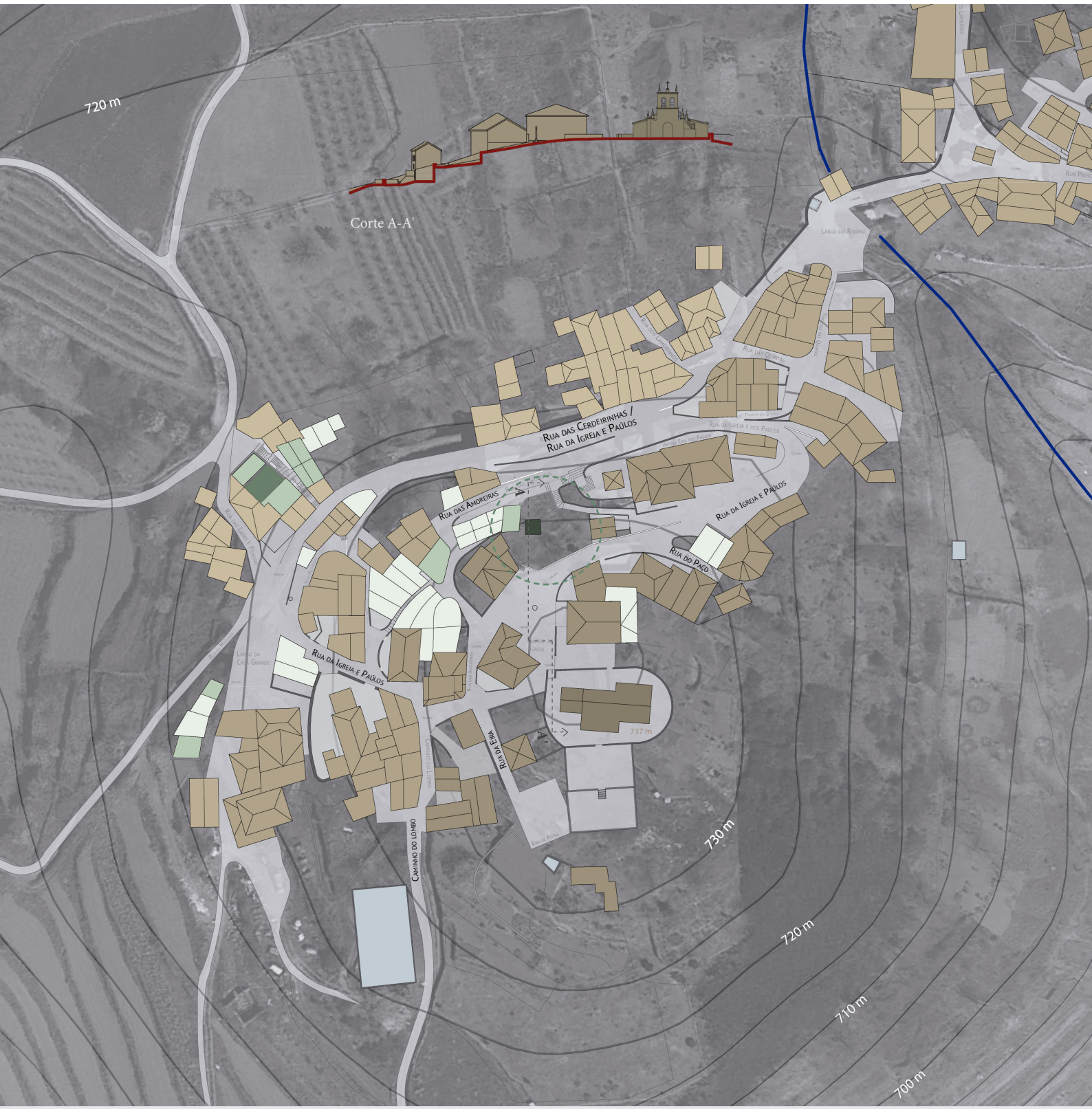
terreno preexistente

"Um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser - coisas talvez opostas, mas nunca sem relação."[184]

A escolha do lugar de implantação decorreu em função da possibilidade de resolver um problema de desenho de espaço público e do objectivo de reutilizar estruturas preexistentes. Como foi observado em levantamento, existem várias habitações que são usadas esporadicamente, muitas construções devolutas e ainda outras em estado de ruína. Por essa razão, uma construção nova não pareceu ser o mais acertado (ver imagem 115).

À luz deste ponto de vista, foram estudadas as estruturas devolutas existentes, o seu estado de conservação e a possibilidade de acesso, com as condições de segurança necessárias para a realização do trabalho de campo. É de referir que foi tomado como ponto de partida a escolha do núcleo da igreja para albergar o programa por ter um carácter mais comunitário, em oposição ao da Fraga, mais residencial.

184| Siza Vieira, Álvaro. Oito pontos (1983) *in* 01 textos. Porto: Civilização, 2009, p.27.



116. Mapeamento de estruturas passíveis de intervenção e de levantamento.

117. Fotografia do terreno visto dos Lameiros.

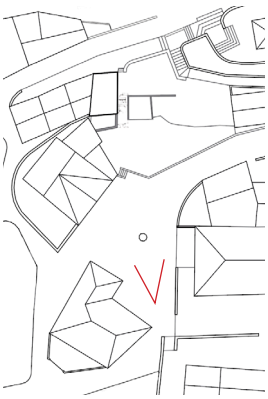
A escolha do terreno assentou numa preexistência que reunia as características referidas e que tinha o potencial de resolver um problema de espaço público o que, no entanto, aumentou o grau de complexidade do projecto, uma vez que isso implicou considerações de escala, estrutura e expressão (ver imagem 116).

O terreno em questão localiza-se no núcleo da igreja, entre a primeira e a segunda lógica de malha da estrutura urbana, como referido anteriormente, e é delimitado pela Rua das Amoreiras, a Norte e pelo Largo da Igreja a Sul. Espaços como este largo "*... podem resistir às transformações urbanas mais profundas e ir adquirindo um valor referencial e um claro significado, ao longo das formas / tempos da cidade, ora se afirmando como porta ou limite (como transição entre ordens de composição urbana distintas), ora continuando a sua condição primigénia de elemento isolado na paisagem (como exaltação do lugar — razão original da sua localização).*"[185].

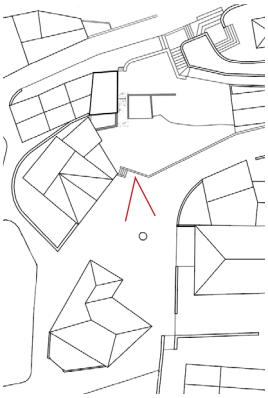
Apesar da posição de domínio paisagístico, como se pode observar nas imagens seguintes, prevalece uma sensação de vazio ao percorrer este espaço, provocada pelo terreno, uma vez que as construções preexistentes estão abaixo do nível da Rua da Igreja e Paúlos. Quando se caminha por esta rua, que é marcada pela presença de edifícios dos dois lados, perde-se um certo ritmo ao entrar no vazio urbano composto pelo largo da igreja. Portanto, foi estabelecido à partida que esta questão teria que ser trabalhada através da volumetria da proposta.

O terreno está organizado em duas plataformas que perfazem uma diferença de 7.16m, entre a cota do largo e a cota da plataforma inferior que comunica com a rua das Amoreiras. O espaço é delimitado por vários muros de contenção e nele encontram-se duas preexistências.

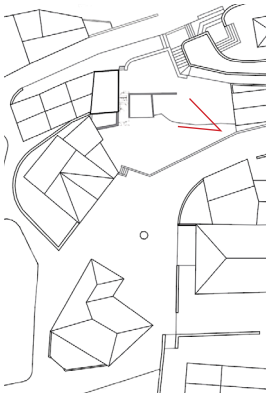
185| Silva, Madalena. A praça geográfica: lugar público no território *in* Joelho - Revista de Cultura Arquitectónica. [s.l.]: Edarq, 2015, nº6, p.99. Disponível em http://hdl.handle.net/10316.2/39942, acedido a 29/05/2020.



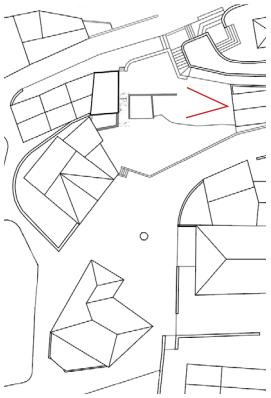
118. Vista da igreja para o terreno.



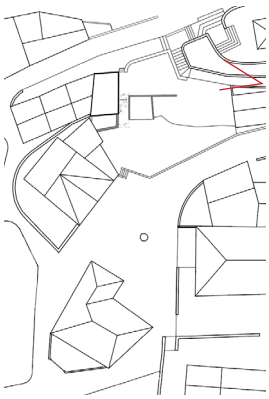
119. Vista do terreno para a igreja à cota do largo.



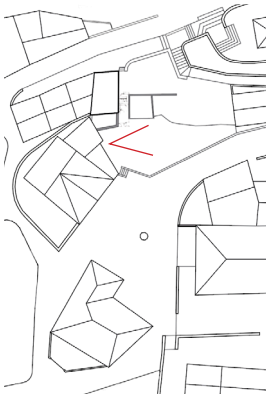
120. Vista da plataforma superior do terreno.



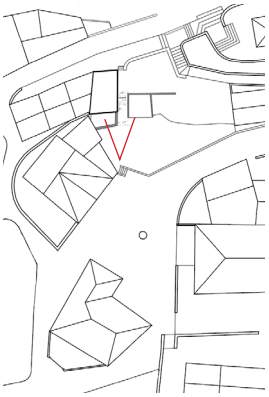
121. Vista da plataforma inferior do terreno.



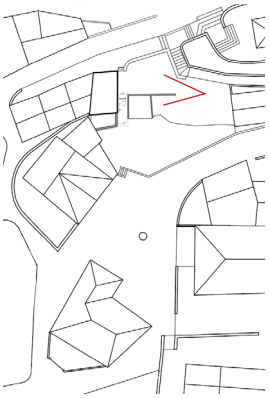
122. Acesso pedonal ao nível inferior.



123. Vista para a casa preexistente.



124. Vista sobre a cobertura da casa preexistente em granito.



125. Vista das preexistências na plataforma inferior do terreno.

126. Detalhe da cobertura.

127. Relação entre preexistências e a escada.

130. Vista da porta aberta do nível inferior.

128. Vista interior da cobertura.

129. Vista interior da casa.

131. Detalhe do piso habitacional.

132. Porta interior do piso superior.

133. Vista interior do piso superior.

134. Vista da preexistência em tijolo.

135. Entrada para a preexistência.

136. Detalhe do tijolo sobre o granito.

Uma das preexistências é uma casa desabitada há pelo menos vinte anos[186], a casa do *Tio Germano cesteiro* (imagem 127). A casa comum, construída em granito e xisto, tem dois pisos. No piso térreo existem duas portas que correspondem a divisões independentes, provavelmente duas lojas diferentes, uma para animais e outra para guardar ferramentas, palha ou secar cereais. Uma porta aberta permitiu verificar o armazenamento de entulho e o soalho degradado do piso superior (imagem 130). A outra porta encontrou-se trancada e inacessível.

O acesso ao piso superior é feito por umas escadas exteriores que se implantam longitudinalmente à fachada e que conduzem à única porta de acesso. Infelizmente, não foi possível fazer um levantamento métrico rigoroso do interior, devido ao risco que o soalho deteriorado impunha (imagem 131). Um sabugueiro irrompeu pelo telhado que desabou e ocupa grande parte desta divisão (imagem 126; 129; 133), na qual ainda se encontram alguns objectos - uma cama, o remanescente de um colchão de palha, uma caixa e uma mesa. A estrutura do telhado que ainda resiste está apoiada nas paredes perimetrais e num pilar, que passa quase despercebido no meio da vegetação. Existe também uma parede divisória de tabique e, pelo que foi possível observar através da porta entreaberta, uma segunda divisão. A cobertura é de apenas uma água e composta por telha vã. As carpintarias são pintadas a azul turquesa (imagem 131;132), sendo que em Meijinhos é comum encontrar tanto o azul como o vermelho sangue de boi, embora este último esteja mais associado às lojas[187].

A segunda preexistência é uma estrutura em tijolo, não terminada, que está ancorada nas escadas de acesso à casa e no muro de contenção que conforma a plataforma superior (imagem 134). Pela sua configuração e pelas dimensões reduzidas deduz-se que seria um espaço de apoio ou de armazenamento. Tem um piso e é composta por duas divisões e, apesar de uma delas não estar encerrada, nota-se a intenção de o fazer no cunhal inacabado. Não existe cobertura, mas percebe-se que esta seria inclinada pela altimetria das paredes. Pode ainda considerar--se como terceira preexistência as escadas de acesso à casa, em granito, que fazem também a transição entre as plataformas do terreno existente (imagem 137, p.120). Por um lado, será que todas estas preexistências devem ser cristalizadas para não perderem a sua essência? Ou por outro, poderão ser intervencionadas e ainda assim manter o seu carácter, mas nesse caso como

186| Informação obtida em conversas com os habitantes de Meijinhos.

187| Informação partilhada em conversa com antiga habitante de Meijinhos.

137. Escadas de acesso à habitação e à plataforma superior.

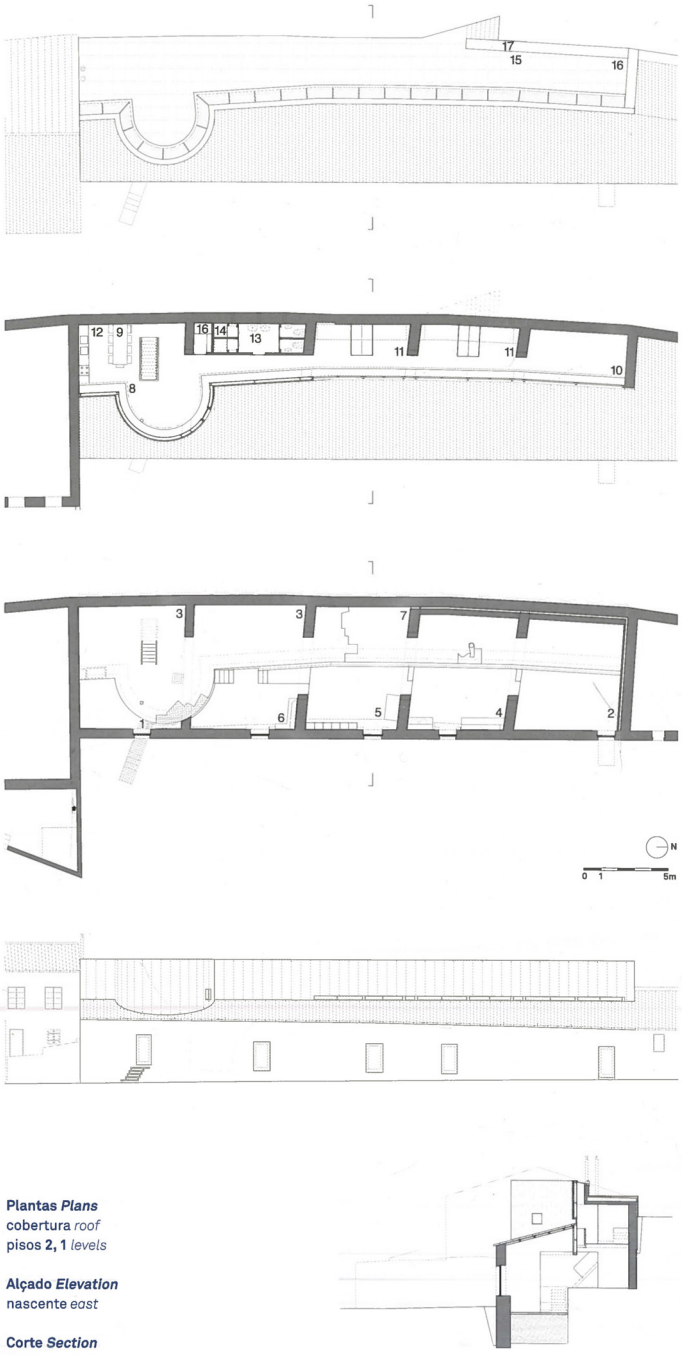
podem ser integradas num novo projecto?[188] A forma de síntese mais clara desta questão é o projecto de arquitectura e é, por esse motivo, que as referências foram tão importantes para o desenvolvimento da proposta, não só pela questão da ruína, mas também pela conciliação do antigo com o novo. O projecto deve ser um resultado harmonioso dos dois tempos, num jogo de continuidade e de ruptura.

Como Solà-Morales expõe *"… todo problema de intervención es siempre un problema de interpretación de una obra de arquitectura ya existente, porque las posibles formas de intervención que se plantean siempre son formas de interpretar el nuevo discurso que el edificio puede producir. Una intervención es tanto como intentar que el edificio vuelva a decir algo y lo diga en una determinada dirección."*[189], daí a necessidade de conhecer referências que ilustrem diferentes modos de intervir, para informar o olhar sobre o projecto como, por exemplo, a intervenção nos Palheiros de São Dâmaso (1999), parte do projecto do Atelier 15 para Idanha-a-Velha.

Este projecto divide-se em várias intervenções nas quais são tomadas diferentes abordagens, pois *"Fueron siempre la naturaleza de lo preexistente o los aspectos programáticos de la rehabilitación, reconversión, reutilización o de la simple restauración, y también, el resultado pretendido por el autor, lo que determinaría todas las opciones, en el sentido de encontrar para cada intervención una coherencia global en la forma y en el contenido. Con la clara consciencia de que cada caso es*

188| Nota: Não é âmbito deste trabalho aprofundar estas questões, pois reconhece-se que, por si só, constituiriam uma dissertação de mestrado. No entanto, considera-se importante dar uma pequena noção sobre este tema. A discussão sobre este assunto floresceu no século XIX com as intervenções antagónicas de Viollet-le-Duc (1814-1879) e de John Ruskin (1819-1900), o primeiro a favor da intervenção e o último contra. Por um lado, Viollet-le-Duc argumentava que *"…nuestra relación con los monumentos de la antigüedad, o con cualquier edificio existente, debe partir de una operación lógica que entienda su proprio discurso, no un discurso que se le pueda imponer desde el exterior sino, al contrario, que sea resultado de escuchar la voz que una determinada arquitectura se encuentra materializada (...) la intervención (...) partiría de una especia de suspensión previa a todo juicio, de una situación de neutralidad absoluta del arquitecto respecto al edificio existente para que éste se manifieste por sí mismo y hable desde su propia lógica." in* Solà-Morales, Ignasi de. Intervenciones. Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p.23. Por outro, a atitude de Ruskin *"... significa ya no sólo la negación de que haya una contrapropuesta con la que enfrentarse al edificio existente, sino incluso la negación de cualquier acción como una acción positiva frente a los edificios existentes. La obra de arte es una obra intangible y una supervivencia de un gran naufragio que debe preservarse de la mejor manera posible." in Ibidem*, p.25. Camillo Boito (1835-1914) combina as duas posturas, defendendo um restauro *in extremis*, quando não existe outra alternativa, diferenciando, no entanto, os materiais para que se reconheça a intervenção posterior. Estas teorias foram ainda alvo da reflexão de Alois Riegl (1858-1905), que contribuiu com considerações sobre o valor dos monumentos, a sua categorização e a forma de os preservar *in* Choay, Françoise. A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2ª ed, (1992), 2010, p.168-169. Esta problemática foi amplamente debatida também nos manifestos de arquitectura, tendo resultado em três documentos proeminentes: a Carta de Atenas (1931), que segue a linha das teorias de Boito; a Carta de Veneza (1964), que introduz o conceito de conservação, que advém do conceito de restauro de Le-Duc; e a Carta de Cracóvia (2000), que introduz novas considerações acerca das cidades históricas. Cartas disponíveis em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/, consultadas a 21/08/2020.

189| Solà-Morales, Ignasi de. Intervenciones. Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p.15.



1 - Acesso principal **2** - Auditório
3 - Exposição **4** - Laboratório - lavagem **5** - Gabinete de desenho - inventário **6** - Sala de trabalho/ restauro **7** - Armazenagem
8 - Sala de estar **9** - Refeições
10 - Galeria **11** - Dormitório
12 - Cozinha **13** - Sanitários
14 - Chuveiros **15** - Terraço
16 - Arrumos **17** - Armário gás
1 – Main access **2** *– Auditorium*
3 *– Exhibition* **4** *– Laboratory - washing area* **5** *– Drawing office - inventory* **6** *– Work/restoration room* **7** *– Storage* **8** *– Sitting room*
9 *– Meals* **10** *- Gallery*
11 *– Bedroom* **12** *- Kitchen*
13 *- Bathrooms* **14** *– Showers*
15 *– Terrace* **16** *– Storage*
17 *– Gas store*

Plantas *Plans*
cobertura *roof*
pisos **2, 1** *levels*

Alçado *Elevation*
nascente *east*

Corte *Section*

138. Palheiros de São Dâmaso, Atelier 15.

un caso, estas son las cuestiones que, como arquitectos, nos interesa debatir, en lugar de proponer o participar en la elaboración de cualquier codificación a ser aplicada con generalidad."[190]. Ou seja, cada circunstância é diferente e necessita de uma resposta individualizada, ainda que o lugar seja o mesmo.

Devido aos trabalhos de investigação arqueológica, tornou-se necessária a existência de um edifício de apoio, conjugando espaços de trabalho e de habitação temporária para a equipa de investigação, para o qual se destinaram os antigos palheiros. O que parecia ser uma intervenção simples, tornou-se muito mais complexa[191] quando se descobriram vestígios da muralha romana no interior dos palheiros, que se julgavam ser extramuros.

A partir daí, o projecto desenvolveu-se com duas intenções, a de restaurar a imagem exterior dos palheiros e a de manter a base da muralha exposta e *"… figurar no seu exterior o seu volume, a sua escala, o seu desenho."*[192]. A altura previsível da muralha é materializada em cobre, para se distinguir da pedra e para que esta intervenção não se confunda com um restauro: *"Em termos de conclusão: pretendeu-se que o resultado final e global da intervenção em Idanha-a-Velha tivesse um significado múltiplo, antropológico e/ou histórico, dando sinal do fluir do tempo, sem recusar a transformação e a contemporaneidade legíveis nos novos usos, nos novos materiais, nas novas concepções de património."* [193].

No piso inferior localizam-se os espaços de exposição, uma sala de trabalho, um gabinete de desenho, um laboratório, um pequeno auditório e três espaços de armazém. No piso superior existe uma cozinha, um espaço para refeições, um espaço de estar, arrumos, sanitários com chuveiro e uma galeria onde se localiza a zona de dormir.

190| Alves Costa, Alexandre. La arquitectura como arte de transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha. *in* Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal. [Esta publicação decorre de uma conferência sobre as intervenções em Idanha-a-Velha, projecto do Atelier 15, também da autoria de Sérgio Fernandez] Granada: UG, 2003, p.116.

191| *"... o aparecimento, no interior dos palheiros, da base da muralha romana, incluindo um torreão semicircular, uma área do seu extradorso mostrando um belíssimo aparelho e, ainda, vestígios de outras construções e enterramentos, provocaram uma drástica reconsideração do projecto que se tinha afigurado de resolução muito simples."* Atelier 15. Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha in Património Estudos. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, vol. 2, p.164-181. Disponível em http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/Estudospatrimonio2.pdf, consultado a 03/05/2020, p.179.

192| Atelier 15. Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha in Património Estudos. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, vol. 2, p.164-181. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/Estudospatrimonio2.pdf, consultado a 03/05/2020, p.181.

193| *Ibidem*.

139. Núcleo rural em Vidago, Nuno Graça Moura.

Outro projecto que contribuiu para o aprofundamento desta questão foi a recuperação de um núcleo rural em Vidago (2013), pelo arquitecto Nuno Graça Moura. Após a intervenção, este espaço adquiriu um novo uso como apoio a uma unidade hoteleira, para ser usado, sobretudo, no Verão. O conjunto é composto por três volumes, sendo um deles correspondente a uma habitação *"… e respectivas lojas no piso térreo, lagar, celeiro e demais construções agrícolas."*[194]. O interior da casa foi transformado em salas de convívio, com uma copa de apoio e instalações sanitárias. O objectivo foi recuperar o possível e fazer toda a nova pormenorização corresponder à mesma linguagem do antigo, sem fazer uma cópia directa do existente.

> *" … Quando cheguei lá, aquilo estava bastante degradado e o primeiro problema que se pôs foi "o que é que eu vou recuperar"? O programa era bastante indefinido, era um programa para uma unidade hoteleira (…) eles queriam salas polivalentes para fazer festas e para receber eventos. Não havia muito bem um programa (…) no fundo, procurei saber como é que aquilo era, não originalmente, porque isto mudou muito ao longo dos tempos, mas no fundo, tentar dar um sentido às formas que lá existiam (…) recuperei o que era absolutamente recuperável (….) tentei dar sentido às formas, num sentido que parecia razoável para as formas que lá existiam. Portanto, não foi fabricar algo que parece que tem a ver com o antigo, mas foi tentar de alguma forma produzir algo na mesma linguagem do que existia e com os mesmos elementos da gramática da construção que lá estava (…) não sei se é pretensioso dizer isto, mas chega-se lá e não se percebe muito bem o que é que eu fiz e eu acho que isso é uma coisa que me satisfaz, não tem assinatura…"*[195]

Ao enunciar a intenção de dar uma nova vida às estruturas devolutas de Meijinhos, considerando estes exemplos, tomou-se uma posição sobre a questão. Ficou assente que estas preexistências servirão um novo propósito, ainda que seja necessária um eventual reforço do seu sistema estrutural e foram tomadas como premissas criar um novo significado para a casa em ruína, preservar a escada exterior continuando o percurso até ao largo e criar pontos de enquadramento da paisagem: *"Na arquitectura - e também a mais ou menos longo prazo - o tempo joga como factor fundamental e não apenas como dimensão de observação mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida - tal como uma pintura ou uma escultura - neste caso mais agitada pois que o cumprimento de determinadas funções concretas e obrigam a uma actualização - ou a um abandono - que o alteram como espaço organizado."*[196].

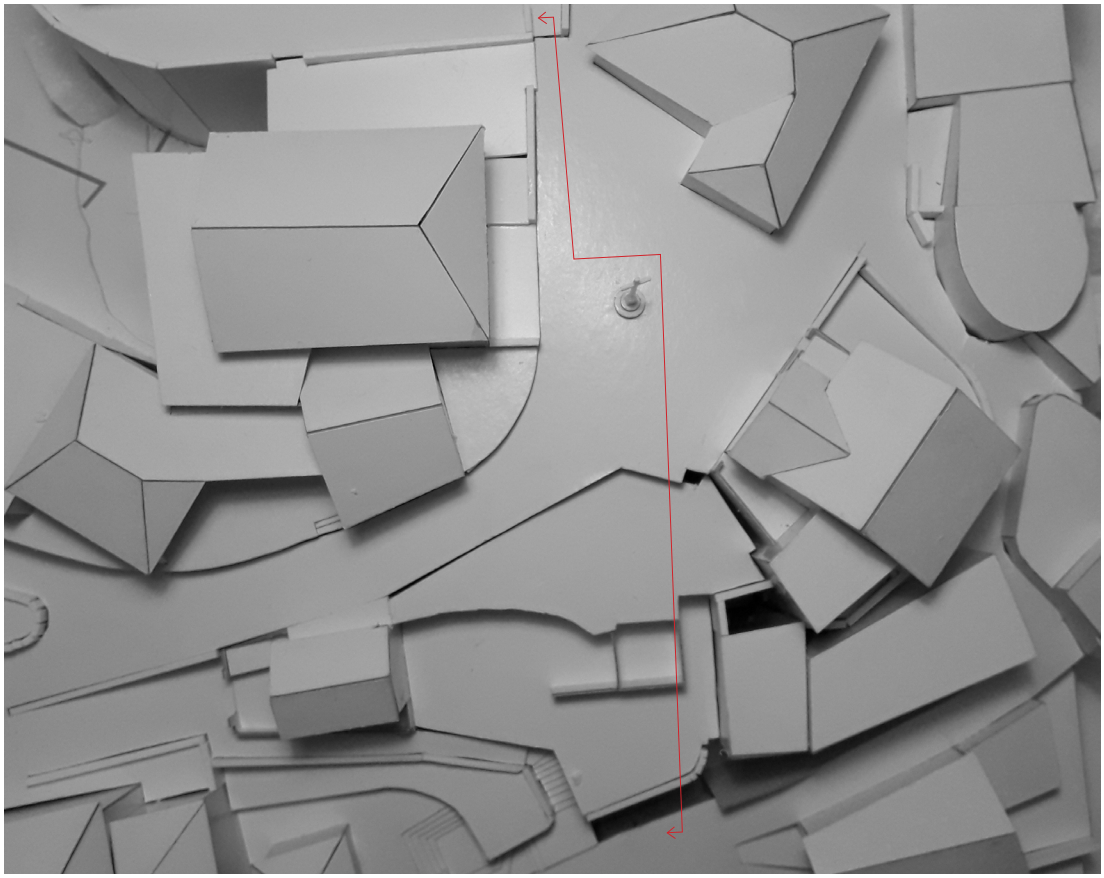
194| Recuperação de Núcleo Rural em Vidago. Disponível em http://nunogracamoura.com/pt/nucleo-rural-em-vidago, consultado a 06/07/2020.

195| Moura, Nuno Graça em entrevista em The Describer. Nuno Graça Moura Arquitecto | Vidago rural house. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vK_dtFmKUHw, consultado a 22/08/2020.

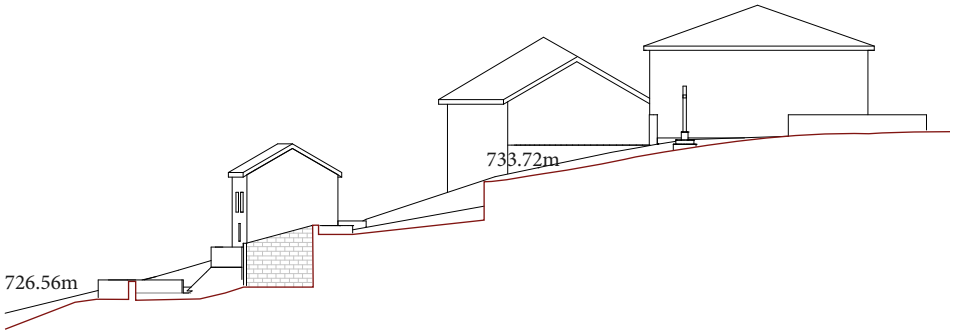
196| Távora, Fernando. Da organização do espaço. Porto: FAUP, 4ª ed, (1962), 1999, p.16.

140. Casa a Este.

141. Casa a Oeste.



142. Maquete das preexistências.



143. Corte transversal pelo terreno.

"... poderemos, generalizando igualmente, afirmar que aquilo a que chamamos espaço é também forma, negativo ou molde das formas que os nossos olhos apreendem, dado que num sentido visual, que é aquele que os nossos olhos não conseguem apreender por processos naturais. Visualmente, portanto, poderemos considerar que as formas animam o espaço e dele vivem, mas não deverá nunca esquecer-se que, num conceito mais real, o mesmo espaço constitui igualmente forma, até porque aquilo a que chamamos espaço é constituído por matéria e não apenas as formas que nele existem e o ocupam, como os nossos olhos deixam supor. Esta noção, tantas vezes esquecida, de que o espaço que separa - e liga - as formas é também forma, é noção fundamental, pois é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas e de que uma relação existe sempre, quer entre as formas que vemos ocuparem o espaço, quer entre elas e o espaço que, embora não vejamos, sabemos constituir forma - negativo ou molde - das formas aparentes."[197]

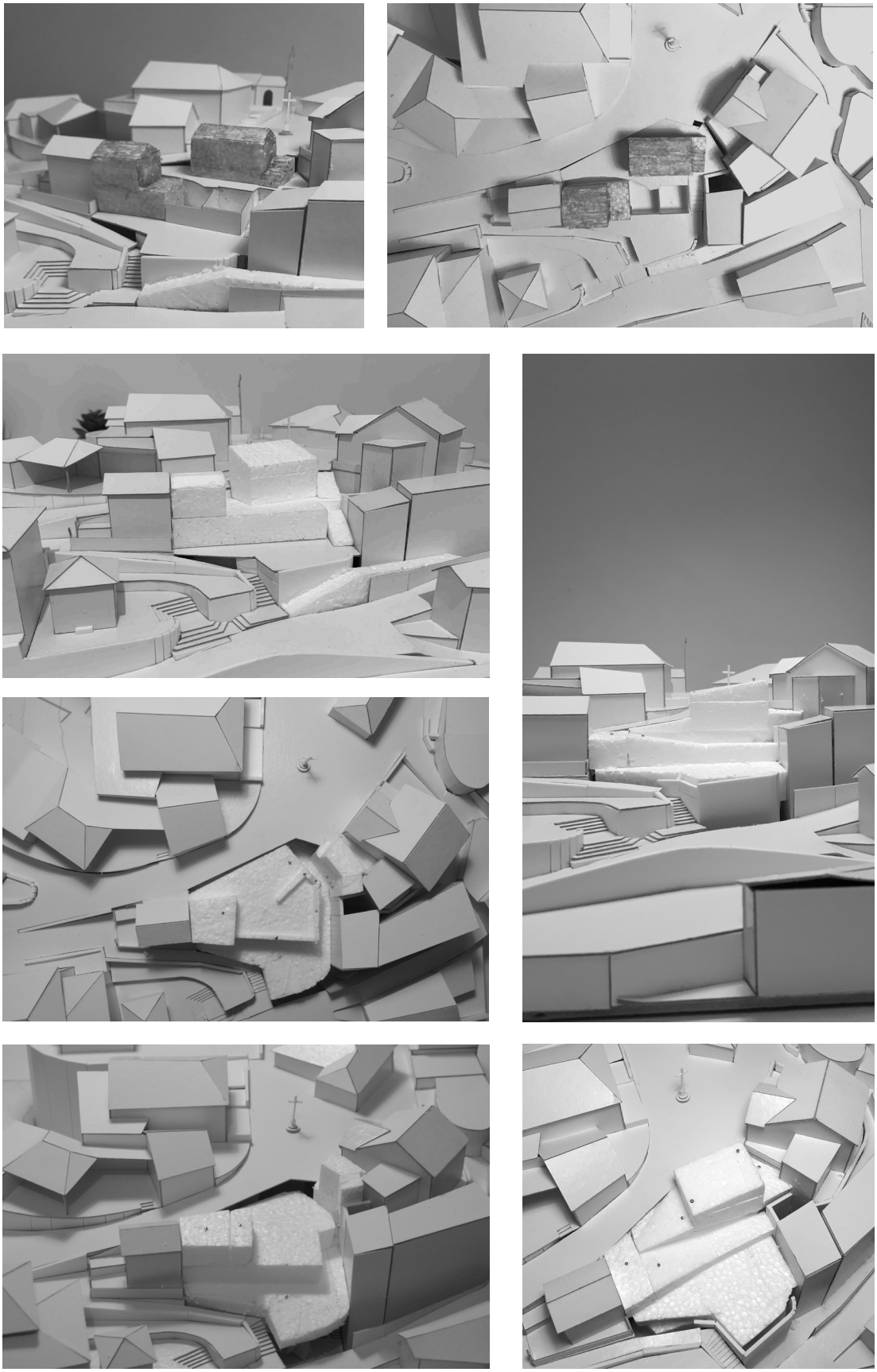
Foram feitos diversos estudos de possíveis volumetrias para o terreno em questão, tendo em mente o desenho da forma do largo, mas também questões como a diferença de cotas entre o terreno e o nível do largo, que implicou a criação de uma massa com altura suficiente para conformar o largo, sem que esta se tornasse excessiva para a zona Norte em relação ao restante; e a diversidade de formas e de escalas do edificado existente, como tamanho reduzido da casa de betão a Oeste (imagem 141) comparado ao da casa implantada a Este (imagem 140).

O projecto partiu dos volumes preexistentes da casa e da plataforma murada, aos quais foram adicionados mais dois até albergar o programa de forma lógica e funcional, sem descurar o desenho do espaço público. A volumetria criada dá resposta à geometria do largo e à definição da Rua da Igreja e Paúlos e da Rua do Paço. Da plataforma existente, reaproveitada para albergar programa, elevaram-se dois novos volumes, um que remata a empena da casa vizinha e outro que completa o largo (imagem 142).

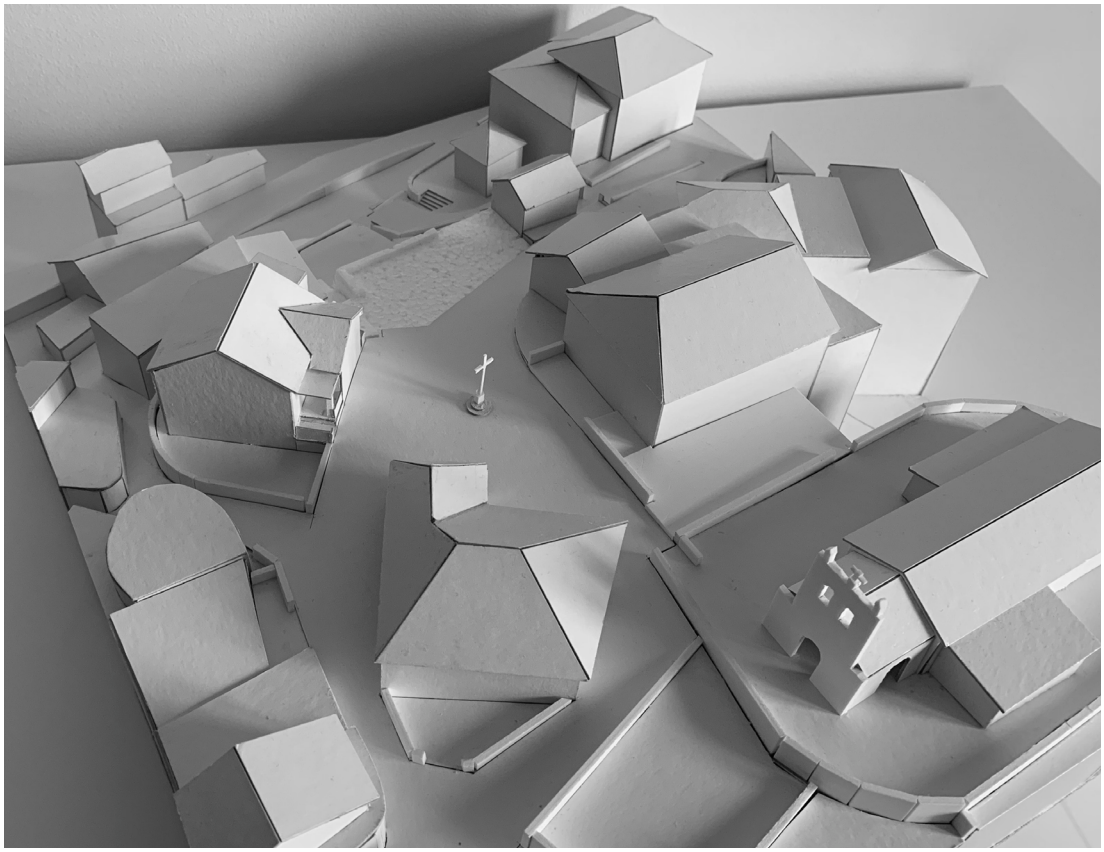
"O domínio espacial pode causar elementos marcantes de duas formas: tornando um elemento visível de muitos outros pontos (...) ou criando um contraste local com os elementos circundantes, isto é, sendo uma variante em altura ou constituição."[198] mas, apesar de se pretender algum destaque da volumetria para resolver os problemas enumerados, não se deseja criar um objecto dissociado do contexto que se sobreponha em demasia. O objectivo é qualificar e redesenhar o espaço público através do edifício, cerzindo duas malhas diferentes através da escala adequada.

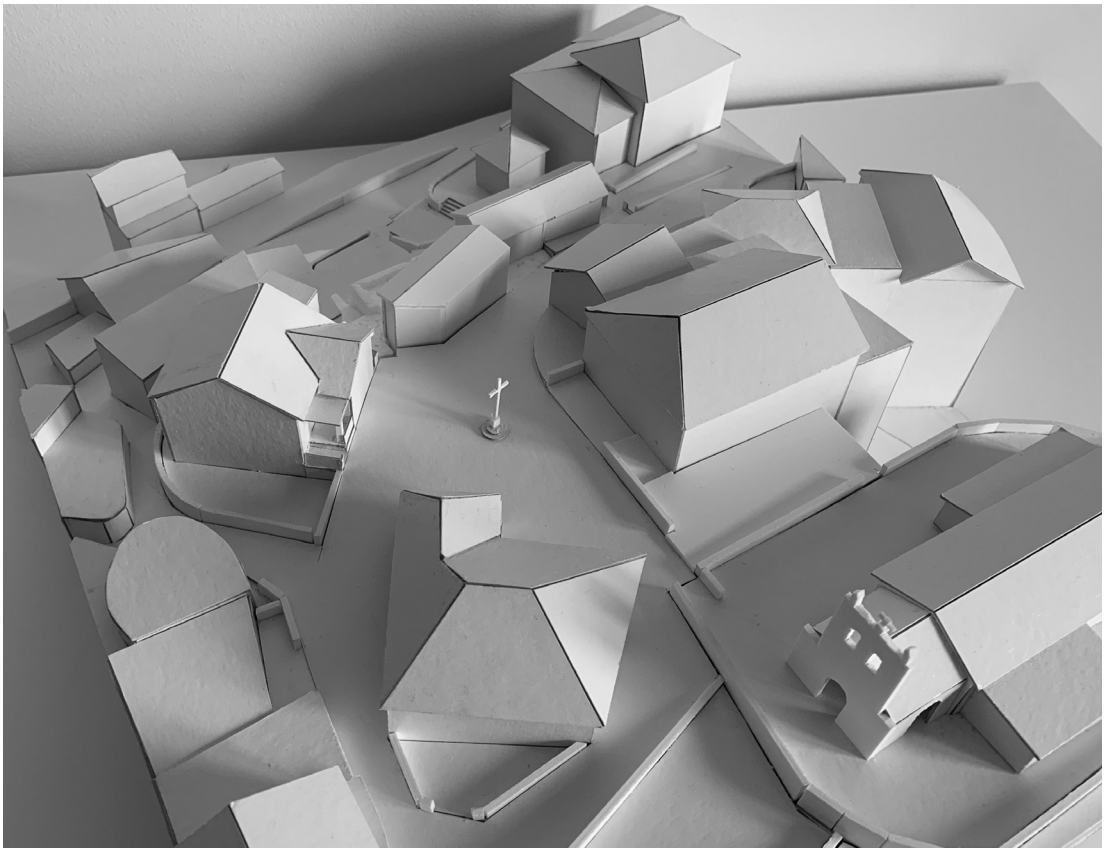
197| Távora, Fernando. Da organização do espaço. Porto: FAUP, 4ª ed, (1962), 1999, p.12.

198| Lynch, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999, p.91.

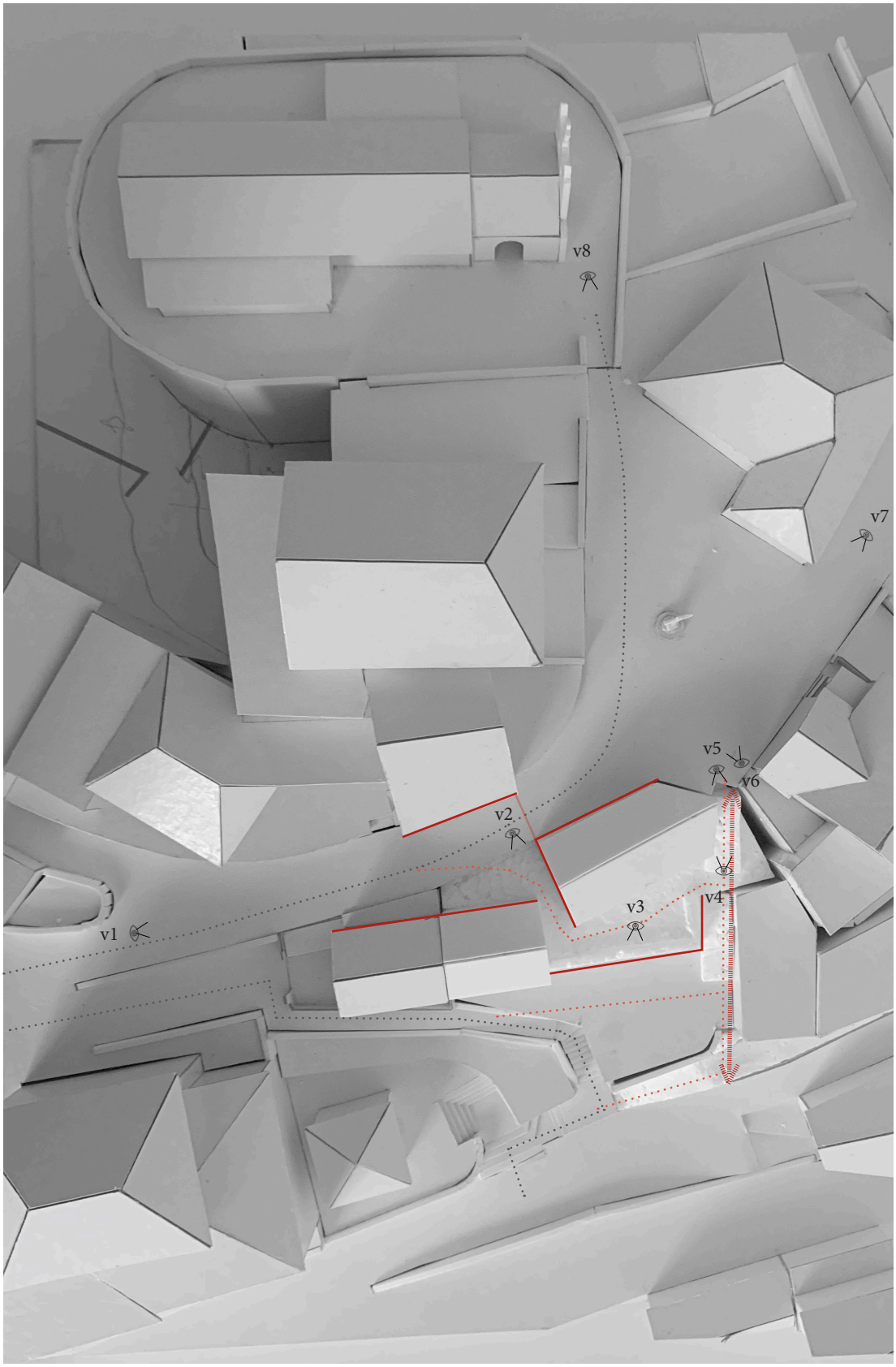


144. Maquetes de trabalho.





145. Maquete de trabalho 1:100. Note-se os novos volumes que colmatam o largo e a rua.



146. Esquema de intenções sobre fotografia de maquete de trabalho 1:100.

O edifício que colmata o largo remata também os enfiamentos visuais das ruas que lhe dão acesso e cria ainda uma espécie de portal para este espaço com o edifício do lado oposto da rua (imagem 147). Os novos volumes estão em tensão, criando subespaços de compressão e de descompressão. Ao chegar ao edifício pela Rua da Igreja e Paúlos, de Sul para Norte, cria-se uma pequena plataforma, à qual se acede a partir de um desdobramento da rua.

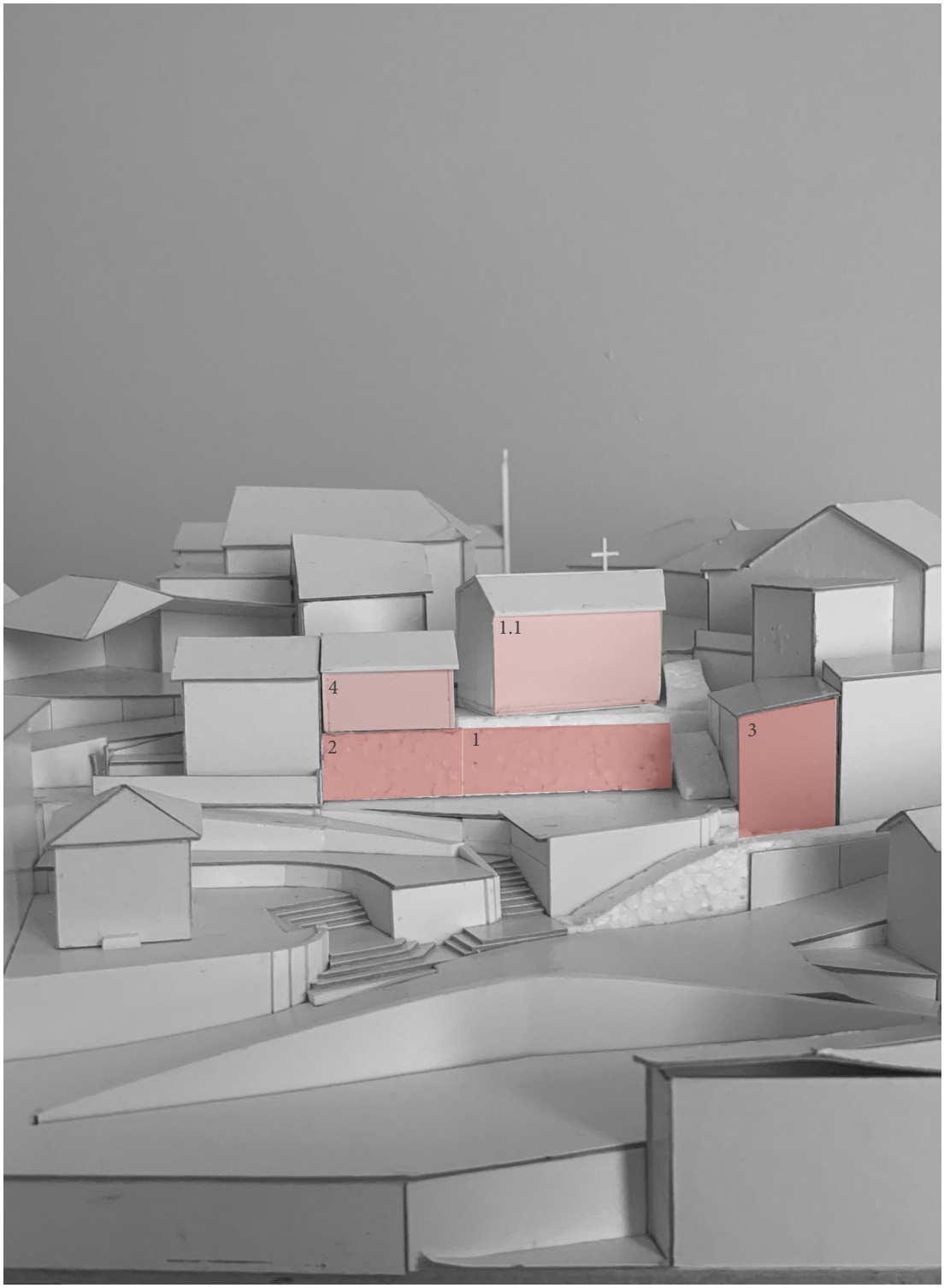
No primeiro momento, a pequena plataforma tem um carácter mais encerrado pelos volumes, o que dá acesso à entrada do edifício e à mercearia. Em oposição, a partir deste espaço tem-se acesso a um segundo, à mesma cota, que funciona como um miradouro sobre a paisagem (imagem 148), mantendo a ligação com os campos agrícolas. Daqui, ou directamente a partir do largo, tem-se acesso a umas escadas que ligam à cota inferior, onde se localiza o café e o piso inferior do centro de convívio. Esta escada tem também um forte enfiamento visual, pois à medida que se vai subindo, observa-se a presença do cruzeiro presente no largo e do campanário da igreja.

147. V1.

148. V3.

149. V7.

150. V8.



1 - Sala de Convívio 1.1 - Recepção 2 - Dormitório 3 - Café 4 - Mercearia

151. Distribuição dos espaços pelos volumes.

da organização do espaço

A organização do programa foi feita a par dos ensaios volumétricos, uma vez que *"O espaço é contínuo, não pode ser organizado com uma visão parcial, não aceita limitações na sua organização e do mesmo modo que forma o espaço estão tão intimamente ligados que uma é negativo do outro, e vice-versa, pelo que não podem separar-se..."*[199], assim foram organizados os espaços interiores e exteriores da proposta.

O programa foi definido a partir de quatro espaços principais: uma sala de convívio, um café, uma mercearia e um dormitório, distribuídos por dois pisos. Depois, determinaram-se os espaços de suporte à estrutura principal. O piso térreo corresponde aos acessos ao nível da plataforma que tem duas entradas, uma à cota alta, a partir das escadas e outra à cota baixa, a partir da rua.

1. Sala de Convívio	2. Dormitório	3. Café	4. Mercearia
1.1. Recepção	2.1. Zona de dormir	3.1. Balcão	4.1. Balcão
1.2. Zona exposição	2.2. Balneário	3.2. Sala	4.2. Copa
1.3. Sala Polivalente	2.3. Lavandaria	3.3. Copa	4.3. Armazém
1.4. Sanitário		3.4. Sanitário	4.4. Sanitário
1.5. Sala de máquinas			

No volume que conforma o largo tem lugar a recepção do edifício, por onde se faz o acesso ao piso inferior, que pode também albergar exposições temporárias ou *workshops* com alguma flexibilidade, fazendo uso de balcões móveis e de uma grande estante que ocupa toda a parede, servindo como dispositivo de exposição. No volume que remata a empena da casa preexistente existe uma mercearia, que funciona de maneira independente do resto.

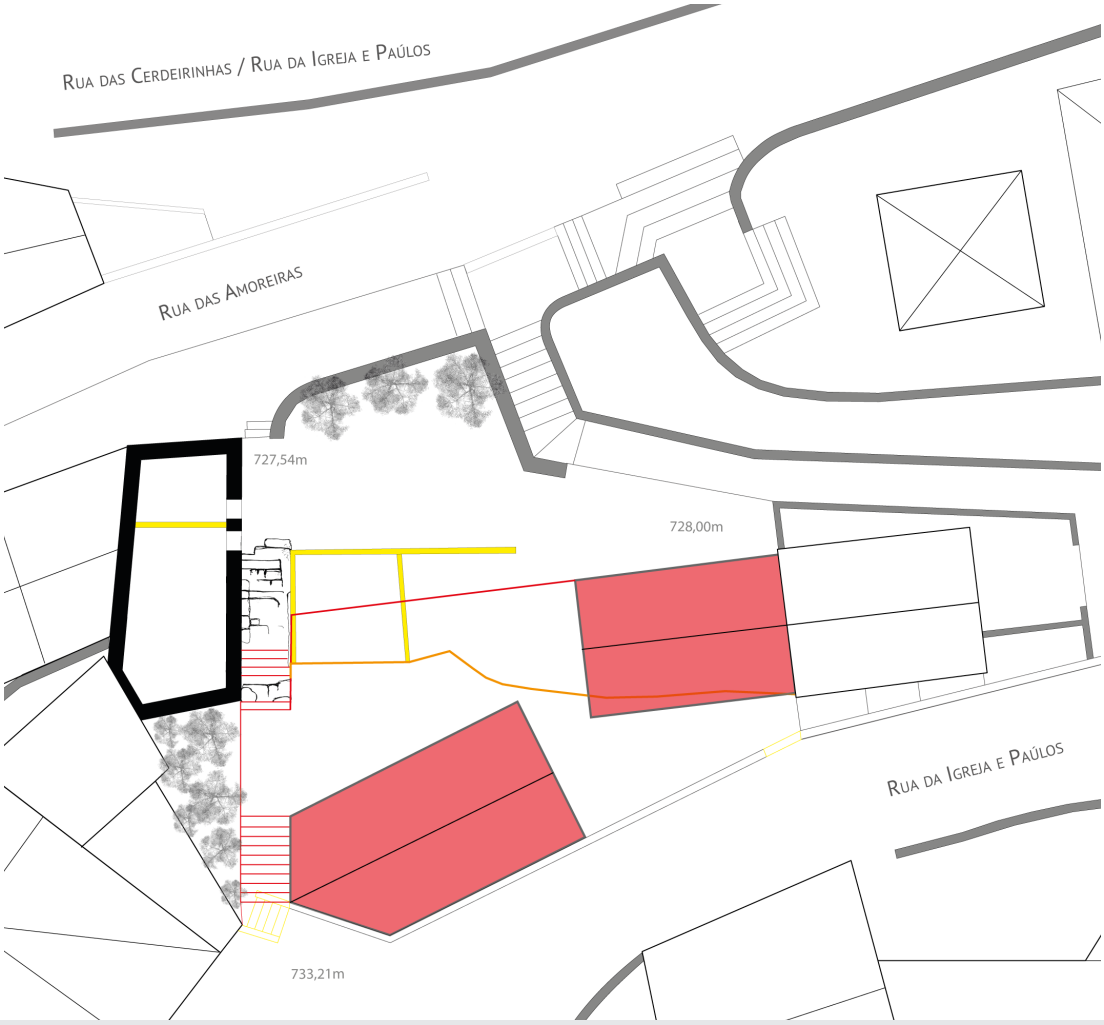
Por baixo da plataforma, descendo as escadas da recepção, tem lugar a sala de convívio, que se pretende um espaço polivalente, que responda a necessidades do dia-a-dia, mas também de *workshops* de artesanato pontuais. Existe ainda uma sala de máquinas e um sanitário de apoio, bem como o dormitório, uma lavandaria e um balneário.

À casa em ruína deu-se um novo programa: um pequeno café com serviço ao balcão, armazém e um sanitário. O café poderá usar como esplanada o piso inferior da plataforma ou o superior, com o qual comunica através da escada exterior.

199| Távora, Fernando. Da organização do espaço. Porto: FAUP, 4ª ed, (1962), 1999, p.18.

Ao distribuir o programa teve-se em vista reforçar o carácter público da plataforma, que funciona como um desdobramento do largo e que é vincada pelos dois volumes. Esta é materializada em cubo de granito e transforma-se em miradouro, aproveitando o terreno existente para encaixar o programa. Sobram ainda duas zonas de piso mole, uma que remata a empena e outra na plataforma inferior, onde se prevê a existência de vegetação arbustiva e arbórea, nomeadamente uma *cerdeira*, recuperando o tema da Rua das Cerdeirinhas abaixo do terreno.

O terreno de intervenção encontra-se num lugar de alta visibilidade para quem chega a Meijinhos e é contornado pelo percurso pedestre das Terras de Dom Pedro. É um nó importante das malhas deste povoado, uma vez que articula várias plataformas e percursos, tanto no nível superior como no inferior. Uma das valências da nova proposta é, precisamente, a nova conexão pedonal através das escadas que ligam o largo e a rua abaixo do terreno (imagem 153).



152. Planta de vermelhos e amarelos dos volumes e das preexistências.

153. Novas conexões pedestres permitidas pela proposta de intervenção.

1. Recepção
2. Balcão
3. Mercearia
4. Armazém
5. WC

N 1:200

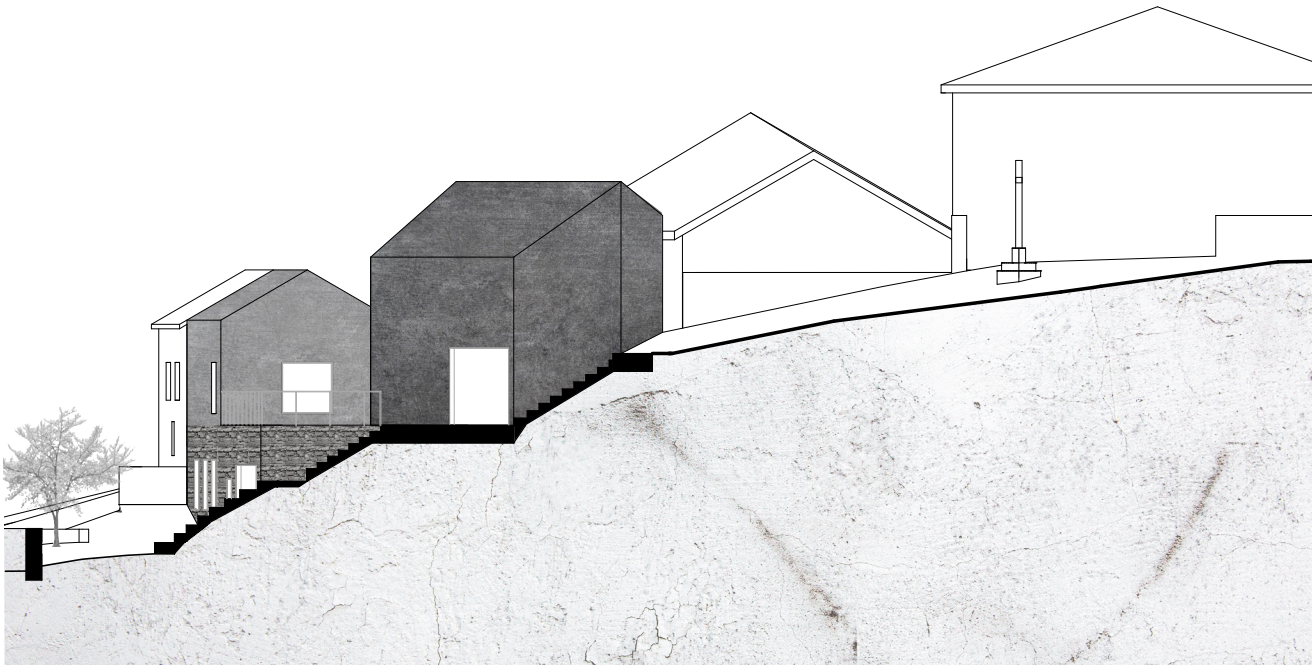
154. Planta do piso térreo.

6. Sala de Convívio
7. Dormitório
8. Sala das Máquinas
9. WC
10. Lavandaria
11. Balneário
12. Café
13. Balcão
14. Armazém
15. WC

N 1:200

155. Planta do piso inferior.

156. Corte pelas escadas - 1:200.



157. Corte pelas escadas e pelo cruzeiro - 1:200.

158. Corte pela recepção e sala de convívio - 1:200.

159. Alçado da entrada e corte pela sala de convívio - 1:200.

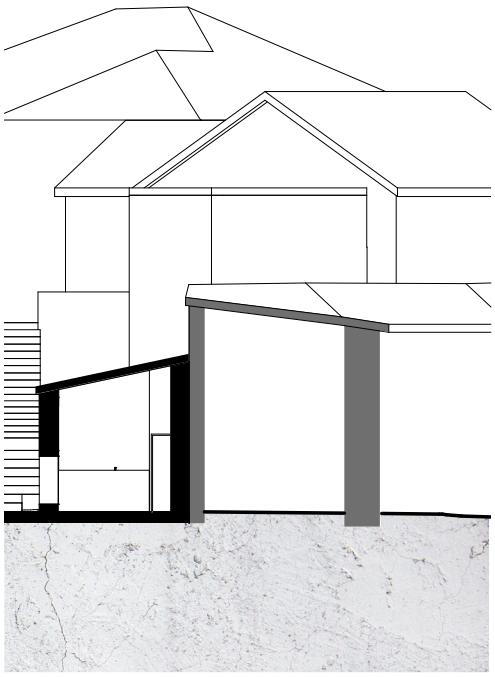
proposta,

3.3. um princípio de imagem estabilizado e em desenvolvimento

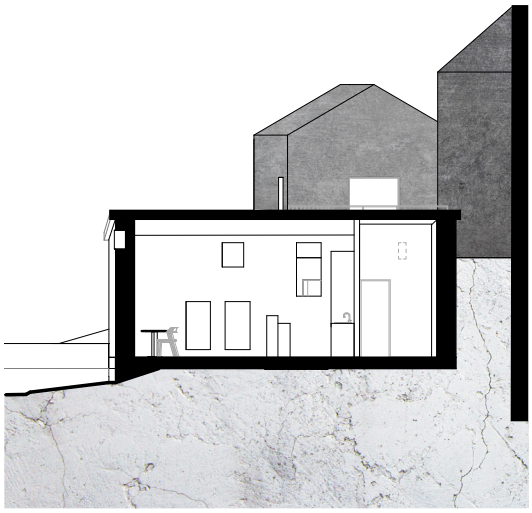
diálogo com um conjunto classificado

O terreno localiza-se dentro dos limites da Zona Especial de Protecção do conjunto classificado da Igreja, adro e cemitério. Como foi referido anteriormente, foram procuradas as condicionantes às intervenções neste lugar junto da Direcção Regional de Cultura do Norte que divulgou as seguintes directrizes:

> *"Assim, de um modo geral, é nosso entendimento que deverão ser preservadas as estruturas constituintes das construções originais com valor patrimonial (alvenarias de pedra, estruturas secundárias e elementos notáveis), sem prejuízo da sua remodelação e ampliação para adaptação a um novo uso, respeitando-se os alinhamentos de muros, fachadas e cérceas preexistentes e predominantes na envolvente. Os logradouros existentes, e sem prejuízo da contemplação dos índices urbanísticos previstos para o local no PDM em vigor, não devem ser ocupados na totalidade, devendo deixar-se cerca de 1/3 da sua superfície livre de ocupação/impermeabilização, devendo, ainda, ser preservadas espécies arbóreas e arbustivas protegidas.*
>
> *Relativamente aos sistemas e materiais construtivos a utilizar, é recomendável o recurso a técnicas compatíveis com as estruturas originais (preferencialmente, a madeira, admitindo-*



160. Corte transversal pelo café - 1:200.



161. Corte longitudinal pelo café - 1:200.

se o ferro e o betão, este último, com moderação), sendo que as coberturas devem ser compostas por elementos de madeira ou ferro, com revestimento em telha cerâmica, devendo ser respeitada a configuração original com ou sem reformulação pontual, admitindo-se o recurso a coberturas horizontais apenas nas novas construções/ampliações.

Quanto às caixilharias exteriores, deverão ser em madeira pintada a tinta de esmalte (nas cores predominantes na envolvente, tais como, vermelho sangue-de-boi, verde garrafa, branco, admitindo-se, ainda, o cinza antracite, o castanho ou outras cores neutras), admitindo-se o ferro pintado, não sendo aceitável o alumínio anodizado ou lacado, nem o PVC. O sistema de obscurecimento de vãos deverá ser realizado pelo interior, não sendo aceitável o uso de portadas nem estores exteriores. Os portões de acesso a garagens deverão ser constituídos por folhas lisas de batente ou de correr, em detrimento dos modelos basculantes, seccionados ou tipo "fole".

Por último, no que respeita aos planos de fachadas, admite-se a alvenaria de pedra à vista com junta refundada (à base de saibro), assim como a alvenaria caiada ou rebocada com argamassas à base de cal e saibro. Admitem-se, ainda, outros revestimentos, como soletos de ardósia, chapa zincada ondulada, chapa de zinco agrafada (tipo camarinha), chapa de aço "corten", madeira pintada ou outros cuja capacidade de integração cromática e material se manifeste evidente."[200]

No fundo, admitem-se todas as intervenções que estabeleçam um diálogo com a envolvente, sem que deturpem o seu sentido, o que acaba por se tornar uma questão de interpretação tanto do arquitecto, como do técnico responsável pela aprovação do projecto. Porém, note-se que estas orientações são direccionadas para a intervenção na preexistência e não necessariamente para as construções novas.

Tendo isto em consideração, optou-se por manter a casa preexistente com a pedra à vista, uma vez que é um testemunho da passagem do tempo. No entanto, admite-se a reconstrução da estrutura do soalho e do telhado, mantendo a cobertura em telha e as caixilharias pintadas com tinta de esmalte azul. Apesar de esta cor não fazer parte dos tons citados nas directerizes, é encontrada em várias edificações em Meijinhos, o que justifica o seu uso. O novo mobiliário idealiza-se também em madeira de pinho. A casa de dois pisos transforma-se num café de pé-direito único, mantendo a essência de outros tempos através dos materiais e também da fenestração. Foi ainda mantida a plataforma inferior da casa em solo vegetal, respeitando o terço de área de solo permeável. Embora se tenha tomado esta posição quanto à preexistência

200| Consultar Anexo III.

162. Mapeamento de sistemas construtivos presentes em Meijinhos.

é ainda necessário descobrir a linguagem das novas volumetrias em continuidade com as anteriores.

fusão de dois tempos

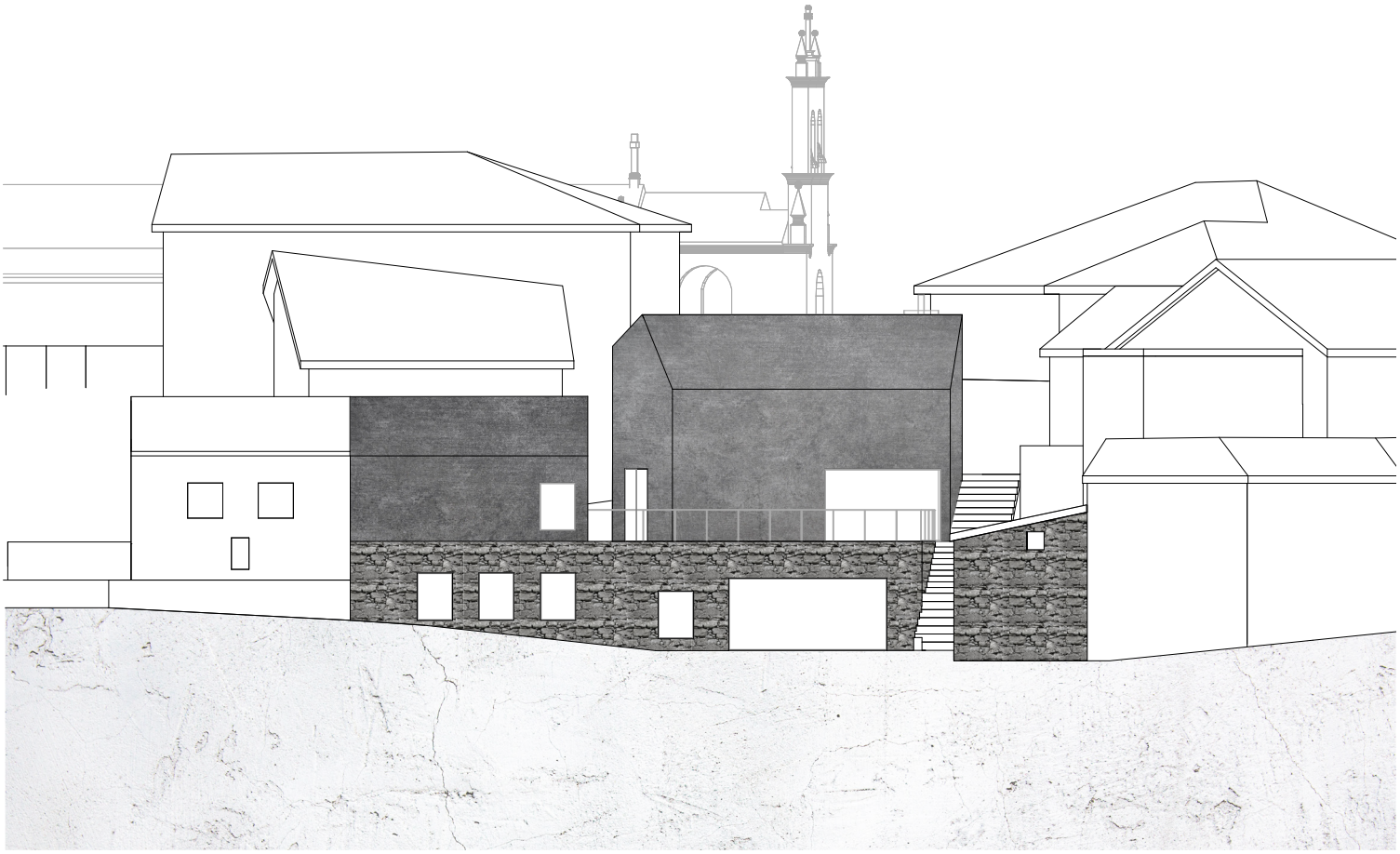
Apesar de já ter sido feito o estudo sobre os edifícios de Meijinhos e dos seus respectivos materiais e sistemas construtivos previamente à resposta da DRCN, esta veio reforçar ainda mais a importância de relacionar a intervenção com a envolvente, não só através da volumetria, mas também dos materiais (ver imagem 162).

Como foi abordado no primeiro capítulo, os edifícios desta estrutura urbana são, na sua maioria, a repetição do mesmo modelo habitacional, com algumas variações e a este corresponde um determinado modo de construir. As casas comuns são construídas geralmente em dois pisos e em alvenaria de pedra. Porém, muitas delas foram intervencionadas por populares.

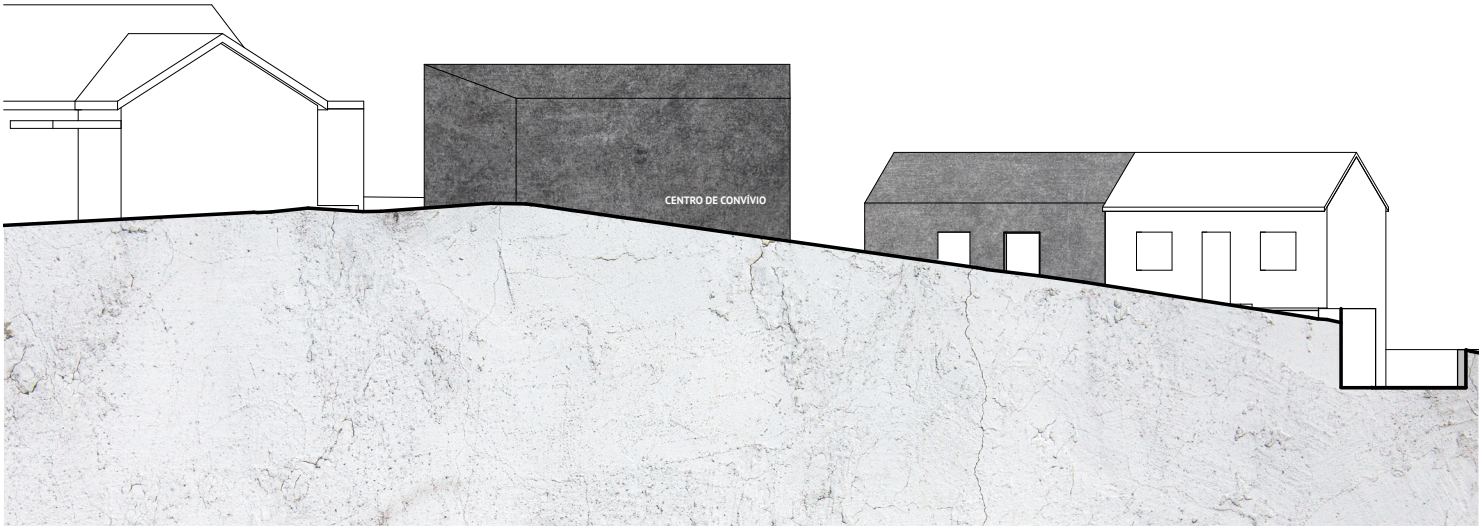
Estas encontram-se muitas vezes descaracterizadas, sobretudo por causa do uso de materiais mais económicos e da necessidade de conforto térmico. Apesar de haver uma preocupação em manter a alvenaria exterior esta é, por vezes, contaminada por caixilharias de alumínio ou PVC, telhados de painel *sandwich* ou até por blocos de betão leve. Noutros casos, verifica-se a situação inversa, usa-se o granito em todos os detalhes, na tentativa de corresponder à mesma linguagem.

Este olhar para o existente ajuda a compreender os materiais e os sistemas construtivos que farão sentido para um novo edifício em Meijinhos. É possível observar no mapa ao lado a categorização das habitações por sistema construtivo. Com a primeira cor, a cinzento, estão assinaladas as construções em alvenaria de pedra à vista; a laranja escuro estão marcadas as de fundação de alvenaria de pedra, com pisos superiores de estrutura porticada de betão e paredes de tijolo; por fim, a laranja claro, assinalam-se os edifícios de estrutura porticada de betão e paredes de tijolo.

Deste esquema depreende-se que, no núcleo primitivo, prevalece o uso da pedra, e é aí que se encontra a maioria das casas intervencionadas; na Fraga e no Fojo, zonas de expansão, predominam as novas construções de estrutura porticada de betão, as chamadas *casas de emigrante*. Estas habitações são facilmente reconhecidas pelo sentimento de estranheza que provocam, pelo uso de materiais e formas diferentes, influenciadas por outras culturas e por



163. Alçado Norte - 1:200.



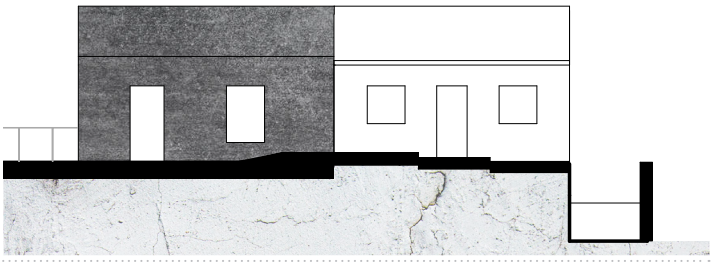
164. Alçado Sul - 1:200.

um desejo de afirmação[201]. A organização destas casas tem ainda alguma relação com as mais antigas, tendo em conta que o piso térreo corresponde, geralmente, a garagens ou armazéns e o superior à zona habitada, apesar da distribuição dos espaços já ser mais cuidada e repartida. Parte destas residências encontra-se habitada permanentemente, pois os seus donos tendem a vir passar a sua reforma em Meijinhos.

Na verdade, imaginar um princípio de imagem para o edifício requer duas abordagens diferentes, porque, por um lado, existe uma preexistência mas, por outro, é preciso fazer a ligação entre esta e os novos volumes adicionados. Para o primeiro caso foi necessário compreender a lógica por detrás do edificado. Para o segundo foram analisados casos de estudo com questões semelhantes já referenciados nos subcapítulos anteriores. A proposta pretende partir do preexistente, fundindo o antigo com o novo de forma equilibrada, estabelecendo uma ponte entre os dois tempos, mas assumindo a dicotomia entre eles.

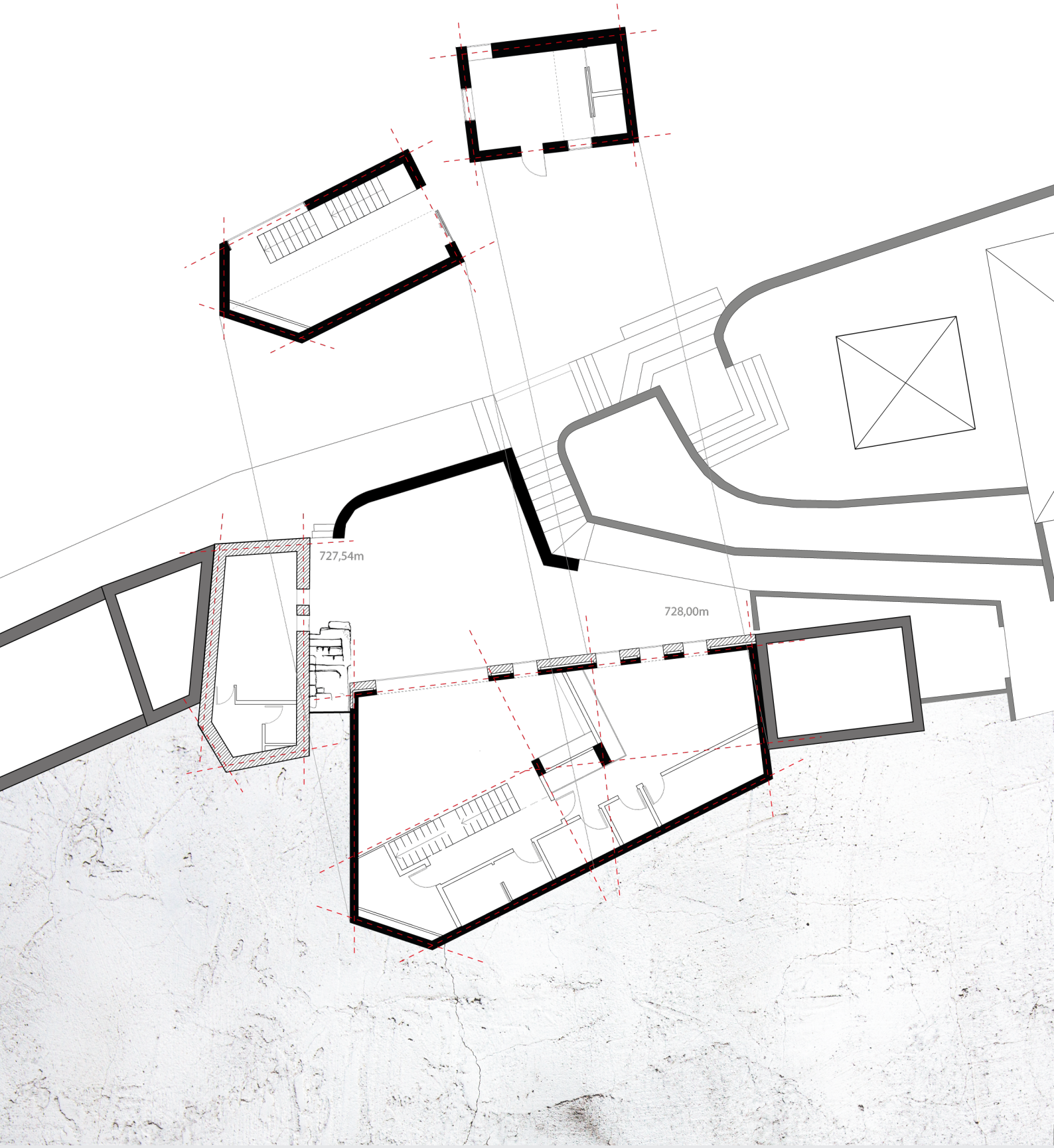
Nesta perspectiva foi decidido manter a alvenaria de pedra do café à vista, mas também evidenciar a ideia do muro de contenção preexistente. A nova parede em granito, aproveitando as pedras do muro, lê-se como um embasamento dos volumes superiores, onde é clara a ruptura de materiais, no entanto, estes abordam temas idênticos.

Para os volumes superiores foi escolhido um material diferente, nomeadamente o betão pigmentado. Apesar de, cromaticamente, ser parecido com o granito, introduz uma nova textura, evidenciando, claramente, a diferença entre os materiais e técnicas de construção, recobrindo toda a cobertura do edifício também com betão. A fachada que se volta para o largo é cega, de maneira a conformar o largo e colmatar o vazio que se sente, encaminhando o olhar, no entanto, para o local de entrada. O pavimento da plataforma entre os volumes é materializado em cubo de granito, tal como o largo, para criar uma continuidade entre os dois espaços. As escadas preexistentes são mantidas em granito e o acrescento é feito em betão, em continuidade.



165. Alçado da mercearia - 1:200.

201| *"No que se refere à casa rural, essa mutação dá-se em primeiro lugar quanto aos materiais tradicionais locais, que são substituídos (...) e em seguida (...) as formas, plantas e proporções das casas, organização e apetrechamento do seu espaço interior (...) o emigrante retornado (...) afirma a sua própria ascensão social e instaura um era nova na aldeia." in* Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1992, p.368-369.



166. Esquema estrutural.

A estrutura do edifício foi definida a par da sua imagem. Como é possível observar no esquema, no piso inferior a estrutura é mista, visto que as paredes perimetrais são portantes. Uma delas é dupla e é constituída por um forro de alvenaria de pedra, no exterior, e por um pano de betão, no interior, e dobra fazendo de muro de contenção das escadas exteriores. Também se prevêem elementos pontuais de suporte, que se encontram absorvidos pelos armários da sala de convívio e do dormitório. No piso superior todas as paredes exteriores são portantes.

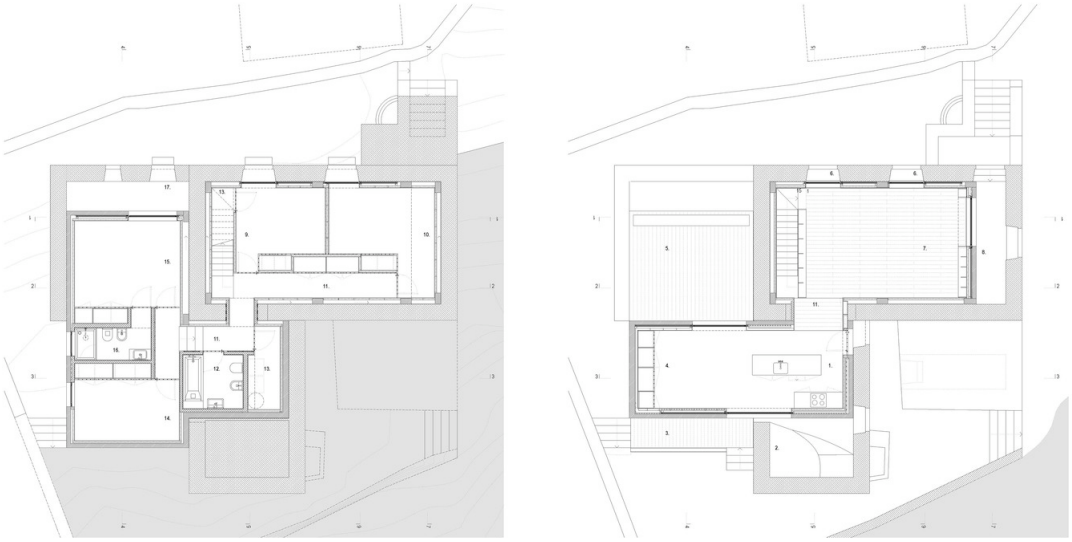
Um dos projectos que entrou no processo de trabalho foi a Casa E/C dos SAMI-arquitectos (2013), cuja materialidade vai de encontro ao centro de convívio. O mote do projecto foi uma ruína, assim como em Meijinhos, mas na ilha do Pico. As paredes de pedra basáltica foram mantidas e a nova intervenção moldou-se a esses limites. *"O projeto surgiu da vontade de manter a ruína e pensar uma casa que a valorizasse, que a ela se pudesse moldar e simultaneamente dela tirar partido, oferecendo possibilidades de vivências mais diversas e complexas que a anterior tipologia. (...) A casa, moldada no interior das paredes de pedra, foi desenhada com vãos generosos, para entrada de luz e para usufruto da deslumbrante paisagem, que se alinham e por vezes desacertam dos vãos pré-existentes da ruína, recriando enquadramentos e relações com o limite original da casa."*[202].

Este é mais um exemplo que se soma aos apresentados anteriormente que, embora partilhe o tema da ruína, introduz um novo tópico de discussão, nomeadamente, o uso do betão. Nas directrizes da DRCN é desaconselhado o seu uso, no entanto, não é claro se essa limitação se refere a construções novas ou a intervenções directas nas preexistências. Não obstante, questiona-se a pertinência dessa norma, visto que o projecto dos SAMI-arquitectos é exemplo da conjugação dos tempos e materiais, embora o terreno seja diferente, nomeadamente o contexto da Zona Especial de Protecção.

167. Contraste da pedra com o betão. Casa E/C, SAMI-arquitectos.

202| Casa E/C SAMI-arquitectos. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos, consultado a 24/10/2021.

168. Fotografias da intervenção. Casa E/C, SAMI-arquitectos.



169. Planta do piso térreo, à esquerda; planta o piso superior, à direita.

170. Vista do interior com enquadramento da parede preexistente. Casa E/C, SAMI-arquitectos.

Quanto ao interior do centro de convívio, prevêem-se pavimentos em soalho de madeira, tanto na sala como no dormitório, assim como o uso de paredes brancas para uma maior sensação de luz e amplitude, ainda que existam apontamentos em madeira que quebrem a esterilidade e apelem a um sentimento de conforto (imagem 170, p.151), quer no mobiliário, quer nas padieiras dos vãos.

As paredes da sala de convívio são estantes a toda a altura, de modo a maximizar o espaço de arrumação. No dormitório existem dois armários embutidos na parede, libertando o espaço e permitindo que os hóspedes guardem a sua bagagem e os seus equipamentos desportivos.

Esta proposta de intervenção representa a intersecção de todas as frentes de trabalho expostas ao longo dos três capítulos desta dissertação. Todo o processo foi guiado por um olhar de projecto, que conseguiu absorver vários temas de disciplinas como a História, a Geografia, a Demografia, entre outras. Os primeiros capítulos formam um compêndio de problemas e de oportunidades a serem explorados posteriormente no projecto.

Deve-se referir que a organização dos capítulos e dos temas foi feita de forma a apresentar um melhor encadeamento de ideias mas, na prática, aconteceu um conjunto de avanços e recuos, consoante a necessidade de desenvolvimento da proposta. A disposição faz-se de uma maneira dinâmica no tempo, sendo que também as referências apresentadas surgem à medida que os temas de projecto são levantados.

Por um lado, no primeiro capítulo, evidenciaram-se os valores paisagísticos desta unidade de paisagem e a existência de diferentes percursos pedestres, bem como a relevância histórica que Meijinhos poderá ter atingido algures no tempo; por outro, no segundo capítulo, aprofundaram-se as questões sociais e demográficas, já referidas anteriormente, assim como se pensaram as questões de enquadramento legal para uma futura intervenção. O projecto final problematiza todas estas questões, tendo em vista a concepção de um programa e de um edifício que dá resposta a Meijinhos.

considerações finais

motivação

Esta dissertação partiu da vontade de fazer um projecto para Meijinhos. Os momentos sucessivos de aproximação e afastamento e todas as experiências adquiridas no estudo da Arquitectura construíram um olhar mais analítico. Aliado às fortes ligações afectivas, culminou neste gesto de tributo, sintetizado através do projecto com uma vertente social.

localização territorial

Meijinhos é uma estrutura urbana que pertence à União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões, localizada no município de Lamego, no distrito de Viseu. O concelho limita-se a Norte pelo rio Douro e pelos municípios de Resende, Castro Daire, Tarouca e Armamar. A posição de Meijinhos no território é particular, uma vez que se implanta na transição do rio Douro e da serra de Montemuro.

leitura do lugar

Para compreender este objecto de estudo foi feita uma leitura no *tempo presente* e outra num *tempo longo*, ambas a várias escalas, desde o território à estrutura urbana. Através desta análise foi possível entender que, de um modo geral, a unidade territorial em que Meijinhos se insere, foi alvo de fixação de várias culturas. Embora não se possa afirmar a antiguidade da ocupação de Meijinhos, encontram-se várias evidências da cultura megalítica na sua proximidade, assim como fragmentos de castros hipoteticamente romanizados, cuja existência neste lugar se pondera, dado as suas características geográficas, em posição de esporão a meia encosta com domínio sobre a paisagem, e as estruturas arredondadas. Quanto à passagem dos romanos não restam dúvidas, pois foram encontrados vários vestígios de cerâmica, fustes de colunas, *tegulae*, inscrições, entre outros. Mais tarde surgem também registos da ocupação medieval,

ficando a dúvida se Meijinhos terá efectivamente sido elevada a vila, face à presença de um possível fuste de um pelourinho, embora não tenha sido encontrada a atribuição de um foral. Desta exploração é importante retirar que a ocupação de Meijinhos é longa e que diferentes culturas reconheceram as potencialidades deste lugar, imprimindo as suas características no desenvolvimento da estrutura urbana, através de lógicas de assentamento e modos de habitar e de viver em comunidade.

É possível observar uma primeira malha, junto à igreja, onde as edificações são mais aglomeradas e onde também predominam os cantos arredondados. A segunda está presente junto ao ribeiro, onde as habitações são ainda mais compactas e onde se distingue uma intersecção quase ortogonal das ruas, com orientação Norte-Sul e Oeste-Este. A terceira malha de implantação identifica-se na zona da Fraga pelo casario disposto linearmente, paralelo às curvas de nível. O quarto e último momento é o movimento de expansão e dispersão de casas de construção feita sobretudo por emigrantes.

O primeiro capítulo é particularmente importante para a dissertação e para a subsequente proposta de intervenção, porque permite aprofundar o conhecimento do lugar, mas também porque explora diversas temáticas que deram pistas para a construção do programa e para a valorização de Meijinhos, por exemplo os percursos pedestres e o interesse paisagístico.

desafios

Na leitura do *tempo presente* constatou-se que Meijinhos enfrenta um processo de desruralização, que se define pela perda da agricultura enquanto economia, da transformação da cultura rural como modo de vida, tradições e comportamentos. Este e muitos outros lugares foram alvo de acentuado abandono no século XX devido a factores como a Guerra do Ultramar (1961- 1974), o 25 de Abril e a migração para as grandes cidades, para outros países europeus ou até para países em outros continentes, como o Brasil.

Actualmente estas estruturas urbanas enfrentam problemas como o despovoamento, o envelhecimento da população e o desaparecimento de estilos de vida, saberes e práticas culturais. Através da leitura do lugar, tentou entender-se a diferentes níveis o porquê deste processo, analisando os indicadores demográficos, as características socioeconómicas, o acesso aos serviços de saúde e transportes, assim como aos estabelecimentos de ensino. O que se verificou é que estes povoados têm uma relação de dependência com os centros urbanos de Lamego e Tarouca, onde se encontram quase todos os equipamentos e serviços necessários.

objectivos e pertinência da proposta

O grande desafio de intervir neste tipo de povoamento é o declínio demográfico que desencoraja o investimento, o que leva a que as pessoas busquem outras realidades mais favoráveis. No entanto, as causas para este relegar não decorrem apenas do número de população residente,

prendem-se também com questões de ordem geográfica, económica, social e urbanística. Para dar uma resposta ao problema é necessário compreender os contextos e as escalas, que se apresentam neste capítulo, desde o território, à estrutura urbana, ao espaço público e ao edifício, daí a necessidade de explorar estes temas no segundo capítulo.

O objectivo da intervenção em Meijinhos é qualificação da vida dos seus habitantes, garantindo a sua fixação. Ao criar um projecto pontual em directa relação com a envolvente, espera-se que este dinamize as pessoas e o lugar. Esta é uma intervenção cirúrgica que responde às várias escalas do território, estrutura urbana, espaço público e, em último, à do edifício. No entanto, reconhece-se que parte do sucesso da intervenção depende da implementação de iniciativas semelhantes nos lugares vizinhos, com programas que se complementem dentro de uma lógica concertada, despoletando atracção, dando início a um processo longo que poderia resultar na reversão da tendência de abandono e até na fixação de novos residentes.

construção do programa

A investigação feita, tendo em vista a compreensão da identidade do lugar, dos seus valores e dos seus desafios, revelou pistas para a construção de um programa pertinente para Meijinhos. Do estudo do acesso a serviços e equipamentos e da qualidade dos espaços públicos averiguou-se que estes estão em falta e que, além da igreja, não há nenhum espaço que convide e fomente as interacções sociais no quotidiano dos moradores. A primeira ideia para o projecto foi a de um centro de convívio que colmate estas falhas, através da criação simultânea de um café e de uma pequena mercearia. No entanto, considerando a existência dos percursos pedestres, assim como a proximidade ao Caminho de Santiago do Interior, achou-se pertinente que este edifício pudesse funcionar também como um dormitório, pois criaria condições para receber novos visitantes e antigos habitantes, quando retornam para as festividades, potenciando assim ainda mais as interacções sociais entre estes e a população permanente. Isto vai de encontro ao segundo objectivo de dinamizar e atrair pessoas a Meijinhos.

implantação e preexistências

A escolha do terreno de implantação do edifício decorreu da possibilidade de resolver um problema de desenho de espaço público e do objectivo de reutilizar estruturas preexistentes. Como foi observado em levantamento, existem várias habitações que são usadas esporadicamente e muitas construções devolutas, daí fazer sentido dar uma nova vida a esses edifícios.

O terreno em questão localiza-se no núcleo da igreja e é delimitado pelo Largo da igreja a Sul e pela Rua das Amoreiras a Norte, a uma cota ainda inferior, pela Rua da Igreja e Paúlos, também referenciada nesta zona como Rua das Cerdeirinhas. Ao percorrer este espaço prevalece uma sensação de vazio provocada pelo terreno, uma vez que as construções preexistentes estão abaixo do nível da rua. O mesmo é verdade quando se caminha pela Rua da Igreja e Paúlos,

que é marcada pela presença de edifícios dos dois lados, que criam um certo ritmo, perdido ao entrar no vazio urbano composto pelo largo da igreja. Portanto foi pré-estabelecido, à partida, que esta questão teria que ser trabalhada através da volumetria da proposta. O terreno está organizado em duas plataformas, que perfazem uma diferença de 7.16m, entre a cota do largo e a cota da plataforma inferior que comunica com a Rua das Amoreiras. O espaço é delimitado por vários muros de contenção e nele encontram-se duas preexistências. Uma delas é a casa desabitada do *Tio Germano cesteiro*, casa comum construída em granito e xisto, com dois pisos e com uma escada de acesso ao piso superior habitacional. A segunda é uma estrutura em tijolo inacabada que está ancorada nas escadas de acesso à casa e no muro de contenção que conforma a plataforma superior. Pela sua configuração e pelas dimensões reduzidas deduz-se que seria um espaço de apoio ou de armazenamento.

da organização do espaço

O projecto partiu da preexistência e os volumes foram expandido até albergar o programa de forma lógica e funcional. A volumetria dá resposta à geometria do largo e à definição da Rua da Igreja e Paúlos e da Rua do Paço. Foi aproveitada a plataforma existente para albergar o programa, da qual se elevaram dois novos volumes, um que remata a empena da casa vizinha e outro que completa o largo.

Estes dois volumes estão em tensão, criando espaços de compressão e de descompressão. Por exemplo, ao chegar ao edifício pela Rua da Igreja e Paúlos, de Sul para Norte, cria-se uma pequena plataforma em desdobramento da rua, com um carácter mais encerrado pelos volumes, que dá acesso à entrada do edifício e à mercearia. Em oposição, a partir deste espaço tem-se acesso a um segundo, à mesma cota, que funciona como um miradouro sobre a paisagem, mantendo a ligação com os campos agrícolas. Daqui, ou directamente a partir do largo, tem-se acesso a umas escadas que ligam à cota inferior onde se localiza o café e o piso inferior do centro de convívio. Esta escada tem também um forte enfiamento visual, pois à medida que se vai subindo observa-se a presença do cruzeiro presente no largo e do campanário da igreja.

O programa foi definido a partir de quatro espaços principais: uma sala de convívio, um café, uma mercearia e um dormitório, distribuídos por dois pisos. Depois, discriminaram-se os espaços de suporte à estrutura principal. O piso térreo corresponde aos acessos ao nível da plataforma que tem duas entradas, uma à cota alta, a partir dar escadas e outra à cota baixa, a partir da rua.

No volume que conforma o largo tem lugar a recepção do edifício, que pode também albergar pequenas exposições temporárias e por onde se faz o acesso ao piso inferior. No volume que remata a empena da casa preexistente existe uma mercearia que funciona de maneira

independente do resto. Por baixo da plataforma, descendo as escadas da recepção, tem lugar a sala de convívio, que se pretende um espaço polivalente que responda a necessidades quotidianas, mas também de *workshops* pontuais, por exemplo, de artesanato. Existe ainda uma sala de máquinas e um sanitário de apoio, bem como o dormitório, uma lavandaria e um balneário. À casa em ruína deu-se um novo programa, um pequeno café com serviço ao balcão.

desenlace

No início desta dissertação olhava-se para o projecto como a meta final. No entanto, neste momento de desenlace é clara a importância do processo, tal como nos é ensinado desde o primeiro ano do curso de Arquitectura. Em vez de apresentar uma proposta de intervenção extremamente polida e detalhada, entende-se que o mais importante é mostrar o que foram os métodos de trabalho ao longo do percurso, retirando o protagonismo ao produto final.

Existem muitos caminhos para fazer um projecto de arquitectura e, neste caso, o método adoptado passou pela agregação dos processos de desenho, de investigação, de escrita e de criação. É quase impossível separá-los e atribuir-lhes uma ordem cronológica, mas reconhece--se que todo o projecto está ancorado na investigação, tendo existido uma intersecção constante entre os dois. Deve ficar claro que o projecto não foi uma consequência desta, mas que foi servido pelas leituras feitas do objecto de estudo. Uma investigação não garante, por si só, um projecto, nem pode explicar todas as opções tomadas.

Se de outro sujeito discursivo se tratasse ou de outro lugar que não Meijinhos, o método de trabalho teria sido, certamente, conduzido de outra forma. Este foi resultado de um olhar influenciado pela familiaridade com Meijinhos e por todo o arquivo de memórias deste lugar, desde a perspectiva da criança à da estudante de Arquitectura.

A construção do olhar foi realizada a dois tempos. O primeiro é anterior ao curso e à investigação, já o segundo decorre da investigação da dissertação e de um amadurecimento académico e pessoal. Esta síntese de olhares está presente ao longo do trabalho e através do texto *"Proyectar es investigar"* de Alberto Campo Baeza resume-se este acto de *dissertar*:

> *"Proyectar es pensar, reflexionar y decidir, responder, idear. Analizar detenidamente todos los datos existentes y luego diagnosticar un problema para, finalmente, resolverlo. Proyectar, en arquitectura, es algo más serio, más científico, que lo que la mayor parte de la gente cree. En verdad, proyectar en arquitectura es investigar.*
>
> *Un proyecto de arquitectura es el desarrollo de una idea que es el resultado de un largo proceso. Una idea con capacidad de ser construida. Como lo es todo proceso de investigación que tiene siempre una finalidad y un resultado concreto.*

Un proyecto de arquitectura no es un mero trazar unos dibujos de lo primero que se le ocurre al arquitecto que proyecta. No es, nunca, una ocurrencia producto de una mente ingeniosa.

Proyectar es dar una respuesta unitaria a una multitud de preguntas. Proyectar es dar una respuesta sencilla a una pregunta compleja. Es tomar una decisión ante diversas posibilidades. Proyectar es generar una idea que materializada, formalizada, sea capaz de resolver todas las cuestiones planteadas.

Para proyectar es necesario conocer bien el problema, reconocer el problema. Y conocer cómo ha sido resuelto a través de la historia, para no inventar la pólvora. Conocer bien el lugar. Conocer bienlos condicionantes y los requisitos, las condiciones existentes y los deseos de quien hace el encargo. Conocer bien las nuevas tecnologías que hacen posible encontrar nuevas soluciones.

Proyectar es investigar. ¿Cómo podría ser de otro modo? Buscar, tantear, explorar, encontrar. En definitiva, estudiar los problemas a fondo para encontrarles la mejor solución. Con todo el tiempo y la dedicación necesarias para llegar al mejor resultado posible. Con la lentitud que siempre ha sido propia de toda investigación."[203]

203| Baeza, Alberto Campo. Proyectar es investigar (2017) *in* Palimpsesto Architectonico. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2018, p.36-37.

171.

As referências listadas são todas aquelas que se mostraram relevantes no processo de trabalho. Ainda que não tenham sido todas directamente citadas, foram importantes para a compreensão e construção do pensamento.

Livros

Aavv. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 2ª ed, (1961), 1980.

Abreu, Maurício. Serras de Portugal. Lisboa: Gradiva, 1ª ed, 1994.

Alarcão, Jorge. Portugal romano. Lisboa: Verbo, 4ª ed, 1987.

Alarcão, Jorge. A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

Albuquerque, José de Pina Manique e. Raízes históricas de Lamego. Lamego: C.M., 2008.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. Património Riegl e hoje. Porto: Universidade, 1993.

Alves Costa, Alexandre. La arquitectura como arte de transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha. *in* Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal. Granada: UG, 2003.

Azevedo, D. Joaquim de. História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1877.

Baeza, Alberto Campo. Palimpsesto Architectonico. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2018.

Basto, E. A. Lima; Barros, Henrique de. Inquérito à habitação rural: a habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro). Lisboa: Universidade Técnica, vol. 1, 1943.

Barros, Henrique de. Inquérito à habitação rural: a habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa). Lisboa: Gráfica Lisbonense, vol. 2, 1947.

Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela - itinerários portugueses. A Coruña: Xunta de Galicia, 1995.

Cannatà, Michele; Fernandes, Fátima. Construir no Tempo. Souto de Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi. Lisboa: Estar, 1ª ed, 1999.

Choay, Françoise. A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2ª ed, (1992), 2010.

Chorão, Maria José Mexia Bigotte. Os forais de D. Manuel, 1496-1520. Lisboa: ANTT, 1990.

Costa, M. Gonçalves da. História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 5 vol. (vol. 1: Idade Média: A Mitra e o Município; vol. 2: Idade Média: Paróquias e Conventos ; vol. 3: Renascimento I ; vol. 4: Renascimento II ; vol. 5: Barroco I), 1977-1986.

Dias, Luiz. Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Beira. Beja: Edição do autor, 1961.

Domingues, Álvaro. Vida no Campo. Porto: Dafne, 1ª ed, 2011.

Fernandes, A. de Almeida. As Origens nas Igrejas da Diocese Lamecense. Porto: [s.n.], 1963.

Fernandes, A. de Almeida. Tarouca monumental. Viseu: Assembleia Distrital, 1970-1975.

Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: [s.n.], 1974.

Fernandes, A. de Almeida. Tarouca na história de Portugal. Viseu: C.M. de Tarouca, 1990.

Fernandes, A. de Almeida. Taraucae Monumenta Historica - Livro das doações de Tarouca. Tarouca: Câmara Municipal, 2 vol., 1991-1992.

Fernandes, A. de Almeida. As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia. Tarouca: Câmara Municipal, 1995.

Fernandes, A. de Almeida. Portugal Primitivo Medievo. Arouca : Associação da Defesa do Património Arouquense, 1995.

Fernandes, A. de Almeida. Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas. Arouca: [s.n.], 1997.

Fernandes, A. de Almeida. Censual da Sé de Lamego: século XVI. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 1999.

Fernandes, A. de Almeida. Toponímia Portuguesa: exame a um dicionário. Tarouca: ADCA, 1999.

Fernandes, A. de Almeida. Igrejas: fundações, padroados e oragos. Tarouca: Santa Casa da Misericórdia, 2015.

Franklin, Francisco Nunes. Memória para servir de índice dos foraes das terras do reino de Portugal e dos seus domínios. Lisboa: Academia Real das Ciências, 2ª ed, 1825. Disponível em http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/05/Memoria_para_servir_de_indice_dos_foraes-1825.pdf, consultado a 26/11/2019.

Galego, Júlia. O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1986.

Gil, Carlos; Rodrigues, João. Pelos caminhos de Santiago: itinerários portugueses para Compostela. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1990.

Girão, Aristides de Amorim. Esbôço duma Carta Regional de Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª ed, (1930), 1933.

Girão, Aristides de Amorim. Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.

Girão, Aristides de Amorim. Geografia de Portugal. Porto: Portucalense Editora, 2ª ed ed, 1949-1951.

Iglesias, José Manuel García. Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago Corunha: Xunta de Galicia, 1999.

Laranjo, F. J. Cordeiro. No compasso do concelho de Lamego: (24 freguesias). Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1995.

Leão, Duarte Nunes do. Descrição do Reino de Portugal. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de História, 3ª ed, (1610), 2002.

Lynch, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999, p.137.

Malafaia, E.B. de Ataíde. Pelourinhos Portugueses - tentâmen de inventário geral. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

Marta-Costa, Ana *et al*. Participação pública e gestão florestal na Serra de Montemuro: entre a perceção e a realidade. Vila Real: Minerva Transmontana, Tipografia Lda, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/261171488, consultado a 07/08/2020.

Monterey, Guido de. Lamego: terras ao léu. Porto: Edição do autor, 2ª ed, 1984.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed, 1992.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando; Pereira, Benjamim. Construções Primitivas em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2ª ed, (1969), 1988.

Portas, Nuno; Domingues, Álvaro António Gomes; Cabral, João de Oliveira. Políticas urbanas tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: FCG, 2003.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usqve ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977.

Resende, Nuno. Lamego: um inventário em construção. Lamego: Diocese de Lamego, 2006.

Resende, Nuno (ed.). O Compasso da Terra: A arte enquanto caminho para Deus. Santa Maria da Feira: Diocese de Lamego, vol. 1: Lamego, 2006.

Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann. Geografia de Portugal. Lisboa: João Sá da Costa, 1ª ed, 1987.

Ribeiro, Orlando. Opúsculos geográficos. Lisboa: F. C. G., vol.4: O mundo rural, 1989.

Ribeiro, Orlando. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 4ª ed, 1991.

Ribeiro, Orlando. Geografia e Civilização: temas portugueses. Lisboa: Letra Livre, 4ª ed, 2013.

Riegl, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Roseira, Maria. Lamego, um Passado Presente. Lisboa: Editorial Império, 1982.

Rossa, Walter. A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

Serrão, Joaquim Veríssimo. Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal - 1574. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian Centro Cultural Português, 1971.

Silva, Armando C. F. da. A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: CM de Paços de Ferreira, 1986.

Silva, Armando C. F. da. A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C. *in* Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: FLUP, nº 12, 1995, p.505-546.

Siza Vieira, Álvaro. 01 textos. Porto: Civilização, 2009.

Siza Vieira, Álvaro. Imaginar a evidência. Lisboa: Edições 70, 2000.

Solà-Morales, Ignasi de. Intervenciones. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

Sousa, Júlio Rocha e. Pelourinhos do Distrito de Viseu. Viseu: Eden Gráfico, 1998.

Távora, Fernando. Da organização do espaço. Porto: FAUP, 4ª ed, (1962), 1999.

Teixeira, Manuel C.. Arquitecturas do granito arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013.

Tomé, Miguel. Património e restauro em Portugal 1920-1995. Porto: Faup Publicações, 1ª ed, 2002.

Trigueiros, Luiz (ed.). Eduardo Souto de Moura. Lisboa: Blau, 2000.

Vaz, João Luís Inês. Lamego na época romana, capital dos Coilarnos. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007.

Zumthor, Peter. Pensar a arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

Dicionários, Enciclopédias e Corografias,

Andrade, Agostinho Rodrigues. Dicionário corográfico do reino de Portugal. Coimbra: Imp. da Universidade, 1878.

Cardoso, Luiz. Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 2 Tomos, 1747-1751. Disponível em http://purl.pt/13938, consultado a 17/10/2019.

Correia, A. Mendes (ed), Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1946, vol.16, p. 737-739.

Costa, Pe. A. Carvalho. Corografia Portugueza, e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Lisboa: officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, Tomo Segundo. Disponível em http://purl.pt/434/4/hg-1066-v/hg-1066-v_item4/hg-1066-v_PDF/hg-1066-v_PDF_24-C-R0150/hg-1066-v_0000_capa-642_t24-C-R0150.pdf, consultado a 16/10/2019.

Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal. Lisboa: Gradiva, 2010.

Leal, Pinho. Portugal Antigo e Moderno, Diccionario, Geográphico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e grande número de aldeias. Lisboa: Mattos Moreira, vol.5: M, 1875. Disponível em https://archive.org/details/gri_33125005925652/page/n183/mode/2up, consultado a 17/10/2019.

Livro de Foraes Velhos, 1552; 1554. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223233, consultado a 18/10/2019.

Machado, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentaçäo escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. Lisboa: Livros Horizonte, 5ª ed, 1989.

Memória Paroquial de Meijinhos *in* Dicionário Geográfico de Portugal. Tomo 23, 1758, M2, nº109, p.709. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4240746, consultado a 16/10/2019.

Vasconcellos, J. Leite. Diccionario da chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias. Porto: Livraria Portuense de Clavel, 1884. Disponível em http://purl.pt/13910, consultado a 16/10/2019.

Verbo enciclopédia luso-brasileira de cultura século XXI. Lisboa: Verbo, 1998.

Atelier 15. Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha *in* Património Estudos. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, vol. 2, p.164-181. Disponível em http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/Estudospatrimonio2.pdf, consultado a 03/05/2020.

Câmara Municipal de Lamego. Lamêgo: capital da Beira-Douro. Lamego: C.M., 1931.

CIM Douro: Construção do IC26 volta a ser exigida mais uma vez *in* ON Centro, 30/06/2019. Disponível em https://on-centro.pt/index.php/pt/noticias2/item/1704-ic26-comunidade-intermunicipal-do-douro-reivindica-promessa-de-decadas, consultado a 23/07/2020.

Fernandes, A. de Almeida. Toponímia *in* Beira Alta. Viseu: Assembleia Distrital, 1983, vol. XLII, nº3.

Fernandes, A. de Almeida. Povoações do Distrito de Viseu (Origens) *in* Beira Alta. Viseu: Assembleia Distrital, 2002, vol. LXI, nº3 e 4.

Fernandes, José *et al*. Aldeias de montanha: os problemas, as perspetivas e as propostas, vistos desde as serras da Aboboreira, Marão e Montemuro, no Noroeste de Portugal *in* Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), 2016, nº 9 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 113-137, disponível em dx.doi.org/10.17127/got/2016.9.006, consultado a 19/11/2019.

Ferrão, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro *in* Sociologia, Problemas e Práticas, 2000, p.45-54. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200003&nrm=iso, consultado a 9/08/2020.

Figueiredo, Moreira de. Subsídios para o Estudo da Viação Romana das Beiras *in* Beira Alta. Viseu: Junta de Província, vol. XI, nº4, 1952; vol. XII, nº1, 2 e 3, 1953.

Losada, Fermín Pérez. Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquicas do habitat galaico-romano *in* O Arqueólogo Português, 1998, vol. IV, 16, p.157-174. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_16/cidades_aldeias_galiza.pdf, consultado a 18/06/2020.

Mairos, Olímpia. Vila Real lança concurso para reparação da pista do aeródromo municipal. Disponível em https://rr.sapo.pt/2020/04/22/pais/vila-real-lanca-concurso-para-reparacao-da-pista-do-aerodromo-municipal/noticia/190212/, consultado a 5 de Julho de 2020.

Marques, Maria (coord.). As Beiras e a presença de Cister - Espaços, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de S. Cristovão de Lafões (30 de Abril e 1 de Maio de 2005). S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de S.Cristóvão de Lafões, 2006.

Moura, Filipe da Silva. História e Antiguidades da freguesia de Meijinhos, 1988. Disponível em https://meijinhos.webnode.com/products/historia-de-meijinhos/, consultado a 16/11/2019.

Real, Mário Guedes. Pelourinhos do Distrito de Viseu (Parada do Bispo) *in* Beira Alta. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1979, vol. XXXVIII, nº1.

Sanches, Maria de Jesus. Sobre a Ocupação do Neolítico inicial no Norte de Portugal *in* Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, 2003, p.155-179.

Soares, A. *et al*. Montemuro - A Última Rota da Transumância *in* Millenium, 1999, vol. 16, p.19-32. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/256375116, consultado a 18/07/2020.

Teixeira, Ricardo. Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão *in* DOURO - Estudos & Documentos, 1998, vol III (5), p.11-28. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9384.pdf, consultado a 26/10/2019.

Vaz, João Luís Inês. Breve catálogo das inscrições romanas de Lamego *in* Beira Alta. Viseu: Assembleia Distrital, 1982, vol. XLI, nº3.

Vaz, João Luís Inês. Lápide Romana de Meijinhos *in* Beira Alta. Viseu: Assembleia Distrital, 1983, vol. XLII, nº3.

Vieira, António. Avaliação das potencialidades naturais e paisagísticas da Serra de Montemuro, trabalho apresentado em X Colóquio Ibérico de Geografia *in* Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia - A Geografia Ibérica no contexto europeu. Évora: 2005, vol. Disponível em http://hdl.handle.net/1822/35548, consultado a 19/11/2019.

Cartas, Planos de Ordenamento e Legislação,

Avaliação Ambiental Estratégica: Relatório Ambiental. Lamego: C.M., 2015. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 16/10/2019.

Carta de Atenas - Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf, consultado a 21/08/2020.

Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf, consultado a 21/08/2020.

Carta de Veneza - Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf, consultado a 21/08/2020.

Classificação de conjunto de interesse público - igreja, adro e cemitério de Meijinhos *in* Diário da República, 2ª série - N.º 109, 6 de Junho de 2011, Portaria nº 574/2011. Disponível em https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2011/06/109000000/2424724249.pdf, consultado a 16/10/2019.

Decreto-Lei n.o 107/2001 *in* Diário da República, 1a série - N.o 209, 8 de Setembro de 2001. Disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790, consultado a 28/10/2020.

Decreto-Lei n.o 309/2009 *in* Diário da República, 1a série - N.o 206, 23 de Outubro de 2009. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf, consultado a 16/10/2019, p.7984.

Decreto-Lei n.o 555/99 *in* Diário da República, 1a série, N.o 291, 16 de Dezembro de 1999. Disponível em https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34567875, consultado a 28/10/2021, Capítulo

Lei nº11-A/2013 - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, 2013. Disponível em https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Autarquias/Documents/Reorganização%20Freguesias/Viseu_Equivalencias_Freguesias_RATF.pdf, consultado a 10/10/2019.

Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Lamego. Lamego: C.M., 2017. Disponível em www.cm-lamego.pt/mobilidade/pmus, consultado a 16/10/2019.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte - Relatório Final. [s.l.]: CCDRN, 2009. Disponível em www.ccdr-n.pt/servicos/ordenamento-territorio/documentos, consultado a 09/06/2020.

Proposta do Relatório do Plano e Programa Geral de Execução. Lamego: C.M., 2015. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/pdm, consultado a 16/10/2019.

Regulamento do Plano Director Municipal de Lamgeo *in* Diário da República, 2ª série - Nº 155, 13 de agosto de 2018. Disponível em https://www.cm-lamego.pt/images/pdf/pdm/alteraçao_2018/regulamento/REGULAMENTO_PDM.pdf, consultado a 16/10/2019.

Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território. Lamego: C.M., 2021. Disponível em www.cm-lamego.pt/io/reot, consultado a 01/02/2021.

Trabalhos Académicos,

Barroso, Joaquim. Aldeias da Serra de Arga: apontamentos para a valorização do património vernáculo e natural. Porto: Faup, 2013. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de José Manuel Soares.

Dias, Ana. Instrumento, processo, estratégia: Caldas do Moledo como laboratório metodológico da metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro. Porto: Faup, 2018. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Carla Garrido e co-orientação de Teresa Cálix.

Fernandes, Diana. Princípios para uma proposta de intervenção na aldeia do Ermelo. Porto: Faup, 2008. Prova final de licenciatura sob a orientação de José Manuel Soares.

Ferreira, Marta. Igreja de Santo Amaro e lugar de Legoinha, séc. XVI - séc XX: projecto de reabilitação e de um centro interpretativo. Porto: Faup, 2014. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Rui Póvoas e co-orientação de Maria Sofia Santos.

Fontes, Raul. Diagnóstico e proposta - projeto urbano em Sobrado de Paiva. Porto: Faup, 2019. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Nuno Brandão Costa.

Leite, José. Transversalidade e desenho: do pólo de arquitetura em Florença, para um projeto. Porto: Faup, 2018. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Manuel Mendes.

Lopes, Teresa. Compreender e intervir sobre os espaços vazios em contexto (sub)urbano: uma análise sobre Fiães, Santa Maria da Feira. Porto: Faup, 2019. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Virgílio Borges Pereira.

Machado, Ana. Atravessamento e chegada ao miolo do quarteirão: contágio do domínio colectivo no logradouro devoluto: projecto de regeneração no centro histórico de Braga. Porto: Faup, 2017. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Ana Sofia Pereira da Silva.

Mendes, João. Safira: proposta de intervenção na aldeia alentejana. Porto: Faup, 2016. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Maria Clara Pimenta do Vale.

Norton, Maria. Alcaria de Mazes: reconhecimento, reflexão e intervenção. Porto: Faup, 2009. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Marta Oliveira.

Silva, Maria Madalena. Forma e circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea. Porto: Faup, 2009. Dissertação de doutoramento em Arquitectura sob a orientação de Sérgio Fernandez e co-orientação de Carlos Martí Arís.

Teixeira, Luís. Banreses, uma ruralidade abandonada: da identidade do lugar à memória da ruína. Porto: Faup, 2013. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura sob a orientação de Francisco Barata Fernandes e co-orientação de Maria Sofia Santos.

Websites,

A Romaria de Portugal, disponível em www.aromariadeportugal.pt

Archdaily, disponível em www.archdaily.com

Centro de Convívio de Grândola / Aires Mateus. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/874834/centro-de-convivio-de-grandola-aires-mateus, consultado a 16/06/2020.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em www.antt.dglab.gov.pt

Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, disponível em www.caminhosantiagoviana.pt

Biblioteca Municipal de Lamego, disponível em www.biblioteca.cm-lamego.pt

Biblioteca Municipal do Porto, disponível em www.bmp.cm-porto.pt

Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em www.bnportugal.gov.pt

Câmara Municipal de Lamego, disponível em www.cm-lamego.pt

Câmara Municipal de Tarouca, disponível em www.cm-tarouca.pt

Centro de Investigação Geoespacial do Exército, disponível em www.igeoe.pt

Comunidade Intermunicipal do Douro, disponível em www.cimdouro.pt

Direcção Geral do Património Cultural, disponível em www.patrimoniocultural.gov.pt

Aldeia de Antas, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/3781912/, consultado a 19/10/2019.

Capela dos Aflitos, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21561, consultado a 19/10/2019.

Ermida de São Francisco de Assis, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27291, consultado a 19/10/2019.

Igreja paroquial, adro e cemitério de Meijinhos, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156248, consultado a 19/10/2019.

Igreja Paroquial de Meijinhos/ Igreja de Nossa Senhora da Piedade, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14504, consultado a 19/10/2019.

Pelourinho de Lalim, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4210, consultado a 19/10/2019.

Pelourinho de Meijinhos / Cruzeiro em Meijinhos, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14042, consultado a 19/10/2019.

Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3737, consultado a 19/10/2019

Google Maps, disponível em www.google.pt/maps

Infraestruturas de Portugal, disponível em www.infraestruturasdeportugal.pt

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, disponível em www2.icnf.pt/

Instituto Nacional de Estatística, disponível em www.ine.pt

Meijinhos, disponível em www.meijinhos.webnode.com

Nuno Graça Moura Arquitecto, disponível em www.nunogracamoura.com/pt

Recuperação de Núcleo Rural em Vidago. Disponível em http://nunogracamoura.com/pt/nucleo-rural-em-vidago, consultado a 06/07/2020.

Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, disponível em www.rcaap.pt

Revista Beira Alta, disponível em www.revistabeiraalta.pt

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, disponível em www.monumentos.gov.pt

Youtube, disponível em www.youtube.com

The Describer. Nuno Graça Moura Arquitecto | Vidago rural house. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vK_dtFmKUHw, consultado a 22/08/2020.

referências de imagem,

01. Mapa hipsométrico da unidade territorial. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

02. Série Vindimas. Décadas de 50-60, Artur Pastor. Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/archive, acedido a 17/08/2020.

03. Série Paisagens habitadas. Beiras, décadas de 50-60, Artur Pastor. Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/archive, acedido a 17/08/2020.

04. Caminhos de Santiago Portugueses - relação com Meijinhos. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

05. Rotas turísticas e percursos pedestres do concelho de Lamego. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal, bem como da Câmara Municipal de Lamego.

06. Esquema do PR3 - Terras de D. Pedro Afonso. Desenho da autora sobre o mapa da Câmara Municipal de Lamego.

07_10. Fotografias do Trail e BTT Terras Dom Pedro. Fonte: https://www.facebook.com/profile.php?id=100063535482197&sk=photos, acedido a 21/09/2021.

11. Mapa de acessos rodoviários e ferroviários. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

12. Desenho da autora sobre o extracto da Carta Militar nº 137 - Lamego, edição 1, 1949.

13. Desenho da autora sobre o extracto nº 137 - Lamego, edição 3, 1998.

14. Mapa de localização de serviços e equipamentos. Desenho da autora sobre o mapa da Câmara Municipal de Lamego.

15. Vista geral da implantação de Meijinhos. Desenho da autora sobre imagem Google Earth.

16. Enfiamentos visuais a partir de Meijinhos. Desenho da autora sobre imagem Google Earth.

17. Localização de vestígios dolménicos. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

18. Localização de vestígios castrejos e da romanização. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

19. Mapa da tenência de Lamego. Fonte: Albuquerque, José de Pina Manique e. Raízes históricas de Lamego. Lamego: C.M., 2008, [n.p.].

20. Localização das granjas cistercienses dentro da unidade territorial. Desenho da autora sobre a base de dados da Direcção Geral do Território e da plataforma Epic Webgis Portugal.

21. Para o estudo do ambiente social em que os cistercienses se estabeleceram em Tarouca. Fonte: Fernandes, A. de Almeida. Acção Dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII. Guimarães: Revista de Guimarães, 1974, vol. 83, p.44.

22. Habitantes de Meijinhos fiando a lã, 194?. Fonte: https://www.facebook.com/groups/meijinhos/media?locale=pt_PT, acedido a 29/10/2020.

23. Lógicas de implantação. Autoria própria.

24_44. Fotografias de autoria própria.

45. Esquema de localização das fotografias das malhas. Autoria própria.

46. Identificação de momentos de alargamento na estrutura urbana. Autoria própria.

47. Possível sequência de transformações no desenho do Largo da Igreja. Autoria própria.

48_62. Fotografias de autoria própria.

63. Identificação dos edifícios religiosos, funções e serviços em Meijinhos. Autoria própria.

64_68. Fotografias de autoria própria.

69. Frescos na parede fundeira da capela-mor da Igreja Paroquial de Meijinhos. Fonte: https://www.signinum.pt/cr/2013/meijinhos/meijinhos.html, acedido a 17/07/2021.

70_88. Fotografias de autoria própria.

89. Série Portugal Rural. Trás-os-Montes, décadas 50-60, Artur Pastor. Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/archive, acedido a 17/08/2020.

90_95. Fotografias de autoria própria.

96. Evolução do número de habitantes de Meijinhos. Autoria própria.

97. Percentagem de habitantes por faixa etária obtida em levantamento. Autoria própria.

98. Habitantes de Meijinhos, década de 70. Fonte: arquivo familiar.

99. Escadas da casa do povo, s.d. Fonte: https://www.facebook.com/groups/meijinhos/media?locale=pt_PT, acedido a 29/10/2020.

100. Visita do compasso, Páscoa. Meijinhos, 2012. Fonte: arquivo familiar.

101. Procissão no dia de São Brás. Meijinhos, 1990. Fonte: arquivo familiar.

102. Procissão no dia de São Brás. Meijinhos, s.d.. Fonte: https://www.facebook.com/groups/meijinhos/media?locale=pt_PT, acedido a 29/10/2020.

103. Conjunto classificado e limite da Zona Especial de Protecção. Fonte: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156248/, acedido a 16/10/2019.

104. Proposta para novos percursos pedestres. Desenho da autora sobre a base de dados da plataforma Epic Webgis Portugal.

105. V1 - Enfiamento visual de Ribabelide para Meijinhos. Autoria própria com recurso a Google Earth.

106. V2 - Vista do percurso de Parafita em direcção a Meijinhos. Autoria própria.

107. V3 - Eixo visual de Meijinhos para Mazes. Autoria própria.

108. V4 - Vista do Montedufe para Meijinhos. Autoria própria.

109. Proposta para a reorganização das vias de Meijinhos. Autoria própria.

110. Proposta de pavimentos sobre a hierarquização dos acessos de Meijinhos. Autoria própria.

111. Centro de Convívio de Grândola, Aires Mateus. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/874834/ centro-de-convivio-de-grandola-aires-mateus, acedido a 16/06/2020.

112. Fotografias do balcão do café e do sistema de divisão de cortinas. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/874834/ centro-de-convivio-de-grandola-aires-mateus, acedido a 16/06/2020.

113. Quartéis de Santa Justa, Carvalho Araújo. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/869099/quarteis- de-santa-justa-carvalho-araujo, acedido a 01/05/2021.

114. Fotografias da zona dos quartos e da zona de refeições.. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/869099/quarteis- de-santa-justa-carvalho-araujo, acedido a 01/05/2021.

115. Mapeamento da ocupação das habitações de Meijinhos. Autoria própria.

116. Mapeamento de estruturas passíveis de intervenção e de levantamento. Autoria própria.

117. Fotomontagem de autoria própria.

118_137. Fotografias de autoria própria.

138. Palheiros de São Dâmaso, Atelier 15. Fonte: Atelier 15: Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez. Lisboa: Uzina books, 2014, p. 73.

139. Núcleo rural em Vidago, Nuno Graça Moura. Fonte: http://nunogracamoura.com/pt/nucleo-rural-em- vidago, acedido a 06/07/2020.

140. Casa a Este. Autoria própria.

141. Casa a Oeste. Autoria própria.

142. Maquete das preexistências. Autoria própria.

143. Corte transversal pelo terreno. Autoria própria.

144. Maquetes de trabalho. Autoria própria.

145. Maquete de trabalho 1:100. Autoria própria.

146. Esquema de intenções sobre fotografia de maquete de trabalho 1:100. Autoria própria.

147_150. Fotografias de autoria própria.

151. Distribuição dos espaços pelos volumes. Autoria própria.

152. Planta de vermelhos e amarelos dos volumes e das preexistências. Autoria própria.

153. Novas conexões pedestres permitidas pela proposta de intervenção. Autoria própria.

154. Planta do piso térreo. Autoria própria.

155. Planta do piso inferior. Autoria própria.

156. Corte pelas escadas - 1:200. Autoria própria.

157. Corte pelas escadas e pelo cruzeiro - 1:200. Autoria própria.

158. Corte pela recepção e sala de convívio - 1:200. Autoria própria.

159. Alçado da entrada e corte pela sala de convívio - 1:200. Autoria própria.

160. Corte transversal pelo café - 1:200. Autoria própria.

161. Corte longitudinal pelo café - 1:200. Autoria própria.

162. Mapeamento de sistemas construtivos presentes em Meijinhos. Autoria própria.

163. Alçado Norte - 1:200. Autoria própria.

164. Alçado Sul - 1:200. Autoria própria.

165. Alçado da mercearia - 1:200. Autoria própria.

166. Esquema estrutural. Autoria própria.

167. Contraste da pedra com o betão. Casa E/C, SAMI-arquitectos. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos, acedido a 24/10/2021.

168. Fotografias da intervenção. Casa E/C, SAMI-arquitectos. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos, acedido a 24/10/2021.

169. Planta do piso térreo, à esquerda; planta o piso superior, à direita. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos, acedido a 24/10/2021.

170. Vista do interior com enquadramento da parede preexistente. Casa E/C, SAMI-arquitectos. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos, acedido a 24/10/2021.

171. Fotografia de autoria própria.

anexos

Anexo I,

Memória Descritiva de Conversa com a Avó

A conversa começou pela origem do povoado de Meijinhos. Apontando para um souto abaixo do cemitério, na zona do Paço, foi contado que o povo primitivo teria começado lá, mas que as casas eram todas debaixo da terra. De seguida, contou a história do seu avô materno, que andava com o pai a enxertar castanheiros ali e, ao fazerem as covas, a terra cedeu e abriu-se um grande buraco no chão. Aqui o relato começou a contradizer-se, primeiro dizendo que eram casas e depois que era uma mina abobadada, feita pelos mouros, com um túnel que ia dar a Magueija para dar de beber aos cavalos.

O senhor doutor, como é conhecido por aqui o padre Gonçalves da Costa, foi pároco desta freguesia e de Lazarim, mas apesar de ser um homem estudioso e a quem lhe interessava este tipo de histórias, acabou por não investigar nada, pois foi convocado pela diocese pouco tempo após chegar, para estudar as origens de Lamego.

Contou-se também das duas grandes casas rivais de Meijinhos, a família dos Ilharcos que eram liberalistas e a dos Freitas, monarquista. Os Ilharcos eram naturais deste lugar e quase todos os terrenos de Meijinhos e Melcões pertenciam a esta família, mas quando acabou a linhagem, foram vendidos às pessoas destes lugares. Uma delas foi o seu pai, que foi criado deles, que comprou a casa onde viveram junto à igreja e os terrenos nas Figueiras.

Ainda sobre histórias de família, conversou-se sobre a construção da Capela dos Aflitos. Esta foi encomendada pela sua bisavó, que tinha libras de ouro escondidas em casa. As libras estavam escondidas e mais ninguém além dela sabia da sua existência, mas um dia, ela resolveu limpá-las e deixá-las a secar estendidas no chão de casa, mas abriu a janela para elas secarem. Ela saiu de casa e deixou a porta aberta e foi assim que um dos seus filhos, que foi ao seu encontro, entrou e viu tudo no chão. Quando confrontou a mãe com o perigo de qualquer outra pessoa poder lá entrar, decidiram ir cambiar as libras ao Porto e depois distribuir o dinheiro pelos filhos. Estes, por sua vez, construíram casas e ela mandou também fazer a capela. A família da Casa Grande, os Freitas, que não queria ter menos prestígio, mandou fazer a Capela dos Amparados pouco depois. Do tempo mais recente, comentou-se o facto de Perafita ter pertencido a Meijinhos e da existência do São Francisquinho, uma imagem pequena que lá existia, e das poucas casas da altura. Só mais tarde é que foi construída a maioria das que se observam actualmente.

Resposta ao email

"Exma. Sra. Joana Fernandes,

Muito boa tarde.

Venho por este meio, em resposta ao seu e-mail, agradecer desde já o tema do seu trabalho de final de curso...

Como sabe, estamos em tempos manifestamente difíceis em termos económicos para as autarquias, pelo que infelizmente não dispomos de nenhum plano. Temos sim projetos pensados que acreditamos que no futuro poderão atrair mais turistas para a região, entre os quais, a criação de percursos pedestres que façam a ligação entre alguns dos pontos de interesse (religiosos, culturais, paisagísticos e gastronómicos) das freguesias de Lalim, Lazarim, Meijinhos e Melcões.

Numa visão mais irrealista mas de uma enorme ambição, seria excelente a criação de uns passadiços, idênticos aos do Paiva, que pudessem ser frequentados por turistas, que tivessem início aqui no Parque Mãe Natureza, passassem pela Ponte Românica da freguesia de Lalim, acompanhassem o leito do rio até Lazarim, ao CIMI, seguissem para os moinhos da Faia em Mazes e posteriormente até às Antas de Mazes, até à Igreja de Meijinhos, passasem por Melcões e viessem novamente para Lalim, até à Santinha aparecida e até à Casa da Cadeia.

Poderíamos ainda pensar em "escapadinhas" para o turismo, ou seja, proporcionar aos turistas que estivessem alojados, por exemplo, na Quinta do Terreiro em Lalim, a oportunidade de fazerem Workshop no processo produtivo do fumeiro, broa de milho ou bôla.

Enfim, temos muitas ideias que podemos partilhar consigo... Caso ache oportuno, podemos um dia combinar uma hora para eu tentar explicar melhor tudo isto. Em anexo envio-lhe um pequeno trabalho realizado por mim..

Atentamente,

Bruno Carneiro

Presidente da Junta de freguesia de Lalim"

Resumo das conversas por telefone

Não existe nenhum projecto de requalificação das vias de acesso, devido a financiamento, porque há problemas em comprovar que as mesmas fazem parte do património da freguesia. É aplicada uma ideia de vias tipo, mas existe uma série de zonas em que não existem rails. Uma zona particularmente perigosa é o cruzamento para Meijinhos, apesar de já terem colocado umas protecções em betão.

Quanto aos transportes, seria interessante introduzir mais. Outra ideia para mobilidade, seria introduzir um teleférico ou elevador, como em Braga por exemplo, apesar de não ser realista devido a financiamentos.

Seria interessante tentar criar mais percursos pedestres, para além de melhorar uma rota existente. Existe um percurso pedestre no concelho de Meijinhos, Lazarim e Melcões e, no ano passado, realizou-se esse percurso e existiu uma grande participação, com pessoas a vir do Porto, de Braga e até de Lisboa. Esse percurso, poderia ser melhorado e materializado como os passadiços do Paiva, mas colmatado em cada região com um marco, quer religioso, quer gastronómico.

Existe uma grande dificuldade em colocar a ideia dos passadiços em acção devido ao dinheiro mas existe um grande interesse da junta em investir no lado turístico até para criar um percurso que possa atrair turismo para a região e desta forma os fundos monetários para investir na reabilitação urbana, como é o caso das vias.

O mais exequível, seria ligar as várias freguesias com um percurso turístico com pontos de interesse nas várias freguesias. Ano passado existiu o tal *trail* e em Meijinhos utilizaram um espaço para workshops e fumeiros, também com a presença da broa de milho que é muito característica da região. Poderiam existir também partes do percurso que fossem colmatadas por fumeiros; fazer paragem dormida na Quinta do Terreiro, onde poderiam ocorrer mais workshops. Poderiam encaixar-se no mesmo percursos, ligados ao desporto, podendo integrar vários moinhos, alambiques de aguardente, a Senhora Aparecida, a Casa da Cadeia e o Pelourinho em Lalim. O percurso seria Lalim – Melcões – Igreja de S.Brás em Meijinhos - Lazarim, ver como atracção a forma como se fazem as máscaras do Entrudo – Lalim.

Anexo III,

Pedido de esclarecimento ZEP, Direcção Geral da Cultura Norte

"Boa tarde,

Estou a desenhar um projecto para um terreno que se encontra na zona especial de protecção de um conjunto de interesse público, portaria nº574/2011, DR, 2ª série, nº109. O terreno fica na Rua da Igreja e da Eira dos Paúlos, Meijinhos. Pode encontrar o terreno assinalado nas plantas anexas. Contactei a DGPC que me remeteu para estes endereços, uma vez que o terreno se enquadra na Direcção Regional da Cultura do Norte. Gostaria de pedir mais informações acerca das restrições que terei a construir neste terreno.

Com os melhores cumprimentos,
Joana Fernandes"
3 de Fevereiro de 2021

"Em resposta ao solicitado, temos a informar que, não tendo sido estabelecidas restrições específicas na Portaria de classificação do conjunto arquitetónico em causa, a apreciação das pretensões é feita caso a caso, em função das características arquitetónicas da edificação preexistente, bem como da sua contextualização envolvente.

Assim, de um modo geral, é nosso entendimento que deverão ser preservadas as estruturas constituintes das construções originais com valor patrimonial (alvenarias de pedra, estruturas secundárias e elementos notáveis), sem prejuízo da sua remodelação e ampliação para adaptação a um novo uso, respeitando-se os alinhamentos de muros, fachadas e cérceas preexistentes e predominantes na envolvente. Os logradouros existentes, e sem prejuízo da contemplação dos índices urbanísticos previstos para o local no PDM em vigor, não devem ser ocupados na totalidade, devendo deixar-se cerca de 1/3 da sua superfície livre de ocupação/impermeabilização, devendo, ainda, ser preservadas espécies arbóreas e arbustivas protegidas.

Relativamente aos sistemas e materiais construtivos a utilizar, é recomendável o recurso a técnicas compatíveis com as estruturas originais (preferencialmente, a madeira, admitindo-se o ferro e o betão, este último, com moderação), sendo que as coberturas devem ser compostas por elementos

de madeira ou ferro, com revestimento em telha cerâmica, devendo ser respeitada a configuração original com ou sem reformulação pontual, admitindo-se o recurso a coberturas horizontais apenas nas novas construções/ampliações.

Quanto às caixilharias exteriores, deverão ser em madeira pintada a tinta de esmalte (nas cores predominantes na envolvente, tais como, vermelho sangue-de-boi, verde garrafa, branco, admitindo-se, ainda, o cinza antracite, o castanho ou outras cores neutras), admitindo-se o ferro pintado, não sendo aceitável o alumínio anodizado ou lacado, nem o PVC. O sistema de obscurecimento de vãos deverá ser realizado pelo interior, não sendo aceitável o uso de portadas nem estores exteriores. Os portões de acesso a garagens deverão ser constituídos por folhas lisas de batente ou de correr, em detrimento dos modelos basculantes, seccionados ou tipo "fole".

Por último, no que respeita aos planos de fachadas, admite-se a alvenaria de pedra à vista com junta refundada (à base de saibro), assim como a alvenaria caiada ou rebocada com argamassas à base de cal e saibro. Admitem-se, ainda, outros revestimentos, como soletos de ardósia, chapa zincada ondulada, chapa de zinco agrafada (tipo camarinha), chapa de aço "corten", madeira pintada ou outros cuja capacidade de integração cromática e material se manifeste evidente.

Esperando ter ido de encontro ao solicitado, desde já nos disponibilizamos para eventuais esclarecimentos adicionais que tenha por convenientes, agora ou em fase de desenvolvimento da proposta de intervenção."

DRCN,
5 de Fevereiro de 2021

Anexo IV,

Registo fotográfico da visita à Ermida de São Francisco de Assis, Parafita, realizada a 7 de Fevereiro de 2020

Anexo V,

Texto de apresentação para a Prova Pública de Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, no dia 16 de Dezembro de 2021, orientada pela Doutora Maria Sofia Santos e coorientada pela Professora Doutora Luciana Rocha, arguida pelo Professor Doutor Pedro Alarcão e presidida pelo Professor Doutor Marco Ginoulhiac, classificada com dezassete valores.

Bom dia a todos. Antes de iniciar a apresentação quero começar por cumprimentar a audiência e o júri, nomeadamente o Professor Doutor Marco Ginoulhiac, como presidente; o Professor Doutor Pedro Alarcão, como o arguente e a Doutora Maria Sofia Santos como orientadora. Quero também cumprimentar a Professora Doutora Luciana Rocha, coorientadora desta dissertação, e deixar o meu especial agradecimento a esta equipa pelo acompanhamento em todo este percurso.

O título deste trabalho é: Meijinhos - leitura do lugar, reconhecimento de um problema e construção de uma proposta de intervenção. O desenvolvimento pessoal e o percurso académico moldaram um novo olhar sobre este lugar que me é tão familiar e daí surgiu a vontade de propor uma intervenção especificamente para este povoado. A intenção é qualificar a vida quotidiana dos seus habitantes, dinamizando as pessoas e o lugar, o que em segundo plano, poderá vir a reverter a tendência de abandono actual.

Com este objectivo em mente e sem uma definição prévia de um programa, a investigação desenvolvida ao longo dos dois primeiros capítulos foi essencial para a sua definição. No primeiro momento foi feita a leitura do lugar numa grande espessura de tempo para melhor compreender a sua metamorfose e identidade. No segundo momento foi feita a problematização de todos os desafios enfrentados que foram cruzados com os objectivos da intervenção. Abordaram-se não só aspectos de ordem demográfica e sócio-económica, como também se deu o ponto de partida para pensar o que seria um exercício construído na realidade, convocando noções como a Zona Especial de Protecção e Património, para idealizar uma intervenção consciente. Contudo, reconhece-se que existem muitos mais enquadramentos a serem respeitados.

Toda esta investigação desvendou pistas para um programa adequado e uma intervenção que lhe dê resposta e, apesar de o trabalho estar organizado em três capítulos, é importante frisar que existiu uma intersecção contínua entre a investigação e o projecto, consoante a necessidade de desenvolvimento das várias facetas da proposta.

Meijinhos é uma estrutura urbana pertencente à União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, localizada no município de Lamego, no distrito de Viseu. Meijinhos pertence a um sistema delimitado por uma linha de festo, em forma de ferradura, que se abre a Norte para o rio Douro, num outeiro em posição de domínio da paisagem e localiza-se acima dos 700 metros de altitude, no limite da Serra de Montemuro.

Apesar de existirem vestígios de ocupação humana do período Neolítico e da cultura castreja nesta região, a primeira informação sobre um assentamento em Meijinhos remete para a ocupação romana, que teve uma forte fixação na bacia hidrográfica dos rios Balsemão e Varosa. Segundo Gonçalves da Costa teria aqui existido um acampamento militar, do qual nos chegaram vários vestígios.

Nos séculos decorrentes este território foi palco de diferentes incursões suevo-visigodas, muçulmanas e da luta pela formação da nacionalidade. A ordem de Cister teve um papel importante na sua consolidação, em particular neste território com a implantação dos mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas e com a introdução das granjas. Meijinhos não terá pertencido a esta rede, pois foi previamente identificado como reguengo da coroa e como paróquia independente, mas é bastante provável que tenha beneficiado do desenvolvimento técnico, social, religioso e cultural introduzido pela ordem.

O primeiro documento sobre o assentamento de Meijinhos surge com as Inquirições realizadas em 1258 que indicam a existência da *villa* de *Ameygios*. Esta era propriedade da coroa, à qual pagava foro, e neste documento também se refere a existência de um município com mordomo e armazém régio. Isto indica a possível concessão de foral, tal como a existência de um pelourinho, transformado em cruzeiro, facto reconhecido por vários autores. No entanto, não foi possível provar a existência de foral, apesar destes dados. Por esse motivo, o termo vila não pode ser utilizado com rigor para definir esta estrutura urbana.

Este povoado implanta-se num terreno acidentado, entre os 700 e os 750 metros de altitude e é marcado por uma via principal e pelo ribeiro, que divide o povo do ribeiro do povo da Fraga, nos quais se consegue reconhecer diferentes lógicas de implantação. Na primeira as edificações são mais aglomeradas e predominam os cantos arredondados; na segunda, as habitações são ainda mais compactas e distingue-se uma intersecção quase ortogonal das ruas; na terceira identifica-se o casario disposto linearmente, paralelo às curvas de nível; na quarta, encontram-se as edificações muito mais dispersas, construídas sobretudo por emigrantes, já em movimento de expansão.

É importante clarificar que estas malhas correspondem a formas diferentes e não ao desenvolvimento cronológico da estrutura urbana. Isto porque, dentro de cada malha, é possível observar submorfologias distintas que correspondem, por exemplo, a casas de lavoura que são claramente posteriores do ponto de vista da forma e que podem ser coetâneas de malhas diferentes.

Os edifícios desta estrutura urbana são, na sua maioria, a repetição do mesmo modelo habitacional com algumas variações. As casas comuns dividem-se em dois pisos, a loja e o piso habitacional, e são construídas com paredes exteriores de alvenaria de pedra de granito, por vezes com mistura de xisto. Além das casas comuns encontram-se também casas deste tipo já intervencionadas pelos habitantes e ainda casas construídas de raiz por emigrantes.

Além das habitações, mapearam-se também os equipamentos de Meijinhos. Ainda se encontram actualmente os edifícios religiosos, alguns espaços colectivos, contudo, a maioria da mancha corresponde aos equipamentos que deixaram de existir, como a Casa do Povo, a escola, a taberna e a Junta de Freguesia. Além destes edifícios, também se marcaram as antigas eiras que já não servem a sua função. O que se concluiu daqui foi que além da igreja, não há nenhum espaço que convide e fomente as interacções sociais no dia-a-dia dos moradores.

Observando os espaços públicos chega-se à mesma conclusão. Estes correspondem a largos e a antigas eiras que eram lugares de encontro e de convívio, mas também de trabalho e de comércio. Actualmente, são usados como estacionamento, pela falta de planeamento e pelo declínio da produção agrícola, deixando de ser necessários para o trabalho.

A agricultura teve uma grande expressão em Meijinhos, como modo de vida e de subsistência, mas veio a perder importância a partir do século XX. Pode-se dizer que Meijinhos enfrenta um processo de desruralização que assenta na *"… transformação ou desaparecimento da agricultura enquanto economia […] [e na] transformação da cultura rural enquanto modo de vida, visão do mundo, sistema de hábitos, crenças, tradições ou comportamentos."*[1], enfrentando desafios como *"… o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais…"*[2].

Este fenómeno é sustentado pela análise demográfica de Meijinhos, cuja entrada mais antiga, em 1258, refere cerca de 64 habitantes que se vão multiplicando ao longo dos séculos até atingir o pico em 1930, com 377 habitantes. Depois o número cai progressivamente, devido

1| Domingues, Álvaro. Vida no campo. Porto: Dafne, 1a ed, 2011, p.69.

2| *Ibidem*, p.23.

diversos a factores. À data do último censo em 2011, contaram-se apenas 86 habitantes. Em levantamento, verificou-se que esta população está cada vez mais envelhecida, contando-se apenas 71 habitantes, dos quais 69% tem idade superior a 50 anos e apenas 22% tem menos de 30 anos.

Neste momento, começou-se a questionar como é que um projecto poderia contribuir para inverter esta tendência de despovoamento, beneficiando os habitantes de Meijinhos, que é apenas contrariada, momentaneamente, nos dias de festa. De toda a análise anterior, surgiu a primeira ideia para um centro de convívio.

Assim sendo, entendeu-se que a proposta teria que reagir a várias escalas para dar resposta aos problemas levantados. No nosso entendimento, uma intervenção só poderá ser bem sucedida se for pensada numa lógica concertada, integrando vários lugares desta unidade territorial numa rede, promovendo valores paisagísticos, culturais e arquitectónicos.

O primeiro momento da intervenção corresponde, portanto, à proposta de dois itinerários pendurados nos Percursos Pedestres municipais e no Caminho de Santiago do Interior, encontrados no levantamento feito no primeiro capítulo. São propostos dois percursos alternativos que conectam os percursos preexistentes, tirando partido dos grandes corredores visuais criados pela topografia. Além dos valores paisagísticos, é possível visitar as antas e os moinhos da Faia em Mazes, o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica de Lazarim, a cadeia e o pelourinho de Lalim e ainda a Igreja Paroquial de Meijinhos.

O segundo momento da proposta passou pela intervenção a nível da estrutura urbana e pela limitação do acesso automóvel, de modo a recuperar o sentido de uso comunitário dos espaços públicos. A hierarquização dos acessos foi feita com apoio no estudo da estrutura urbana. Todas as vias deverão ter um uso pedonal e foram inicialmente fixados os percursos pedonais de carácter urbano e as vias de acesso a peões e máquinas de trabalho.

De seguida, foi estabelecido um acesso para os automóveis gerais, cujo percurso termina num parque de estacionamento proposto à entrada em Meijinhos; foi definido um segundo percurso para os automóveis dos residentes e um terceiro para os transportes municipais, sendo que se prevê o uso destas vias também para viaturas de emergência. Destaca-se também o Percurso Pedestre Terras de Dom Pedro que passa pela igreja, pela rua dos Lameiros e que depois se dirige pelos campos agrícolas.

Da mesma forma que se reflectiu sobre a hierarquização das vias, também se pensou nos materiais a usar na pavimentação destas. Houve um aprofundamento desta questão, desde

a entrega do documento da dissertação, que consiste na compatibilização do objectivo de dinamizar e incitar o convívio nos espaços públicos da estrutura urbana. Às vias usadas pelos automóveis corresponde o cubo de granito. Para vias pedonais urbanas, propõe-se o microcubo, excepto para as que funcionam em escada que deverão manter o seu piso preexistente com pedras bem talhadas.

Nos encontros com as soleiras dos edifícios e com os passeios, sugere-se aplicar grandes pedras talhadas de granito, que funcionam como guias, à mesma cota do resto do pavimento, fazendo as transições apenas ao nível da estereotomia. Os espaço públicos pensam-se da mesma forma, sendo que estas guias tomam toda a sua dimensão. As vias pedonais agrícolas mantêm a calçada irregular de granito preexistente e o piso até ao parque de estacionamento mantém-se também em asfalto.

O terceiro momento da intervenção debruça-se sobre a implantação do edifício. A primeira ideia para o projecto foi a de um centro de convívio que colmate e dê resposta aos problemas enumerados anteriormente, através da criação simultânea de um café e de uma pequena mercearia. No entanto, considerando a existência dos percursos pedestres, assim como a proximidade ao Caminho de Santiago do Interior, achou-se pertinente que este edifício pudesse funcionar também como um albergue, pois criaria condições para receber novos visitantes e antigos habitantes, quando retornam para as festividades, potenciando assim ainda mais as interacções sociais entre estes e a população permanente, dinamizando e atraindo pessoas a Meijinhos.

A escolha do lugar de implantação do edifício decorreu de todo o estudo feito da estrutura urbana, desde as morfologias do edificado aos espaços públicos. Numa primeira fase, foram identificados os lugares e as ruínas com potencial para a intervenção em toda a extensão de Meijinhos. No entanto, foi tomado como ponto de partida a escolha do núcleo da igreja para albergar o programa, por ter um carácter mais comunitário, em oposição ao da Fraga, mais residencial.

Por um lado, mapearam as estruturas em ruína que reuniam a possibilidade de fazer um levantamento rigoroso; numa delas, reconheceu-se um vazio, um espaço de transição entre diferentes morfologias do edificado, que tinha potencial para resolver um problema de desenho de espaço público - o Largo da Igreja, e também de colmatar a Rua da Igreja e Paúlos e a Rua do Paço. O terreno está organizado em duas plataformas que perfazem uma diferença de 7.16m, entre a cota do Largo e a cota da plataforma inferior que comunica com a Rua das Amoreiras.

O espaço é delimitado por vários muros de contenção e nele sobressaem três preexistências: uma casa em granito, desabitada há mais de 20 anos; a escada que dá acesso ao piso superior da habitação e o que seria um possível anexo em tijolo.

As ruínas e o terreno são de propriedade privada e encontram-se na Zona Especial de Protecção do Conjunto de Interesse Público, constituído pela igreja, adro e cemitério. A definição de interesse público significa que o conjunto representa um valor cultural de importância nacional, mas para o qual a classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionada. Esta classificação fundamenta-se no valor simbólico e religioso do conjunto edificado; no valor arquitectónico e histórico, pela antiguidade da igreja e pela sua importância paisagística e no valor artístico das pinturas murais, exemplares raros e das correntes estéticas dos séculos XVI e XVII.

Este exercício é de natureza académica, no entanto, reconhece-se que na possibilidade de vir a ser construído teria que seguir uma série de regulamentos. A Direcção Regional de Cultura do Norte foi contactada para entendermos melhor as condicionantes das intervenções neste lugar.

Vários projectos estiveram presentes no desenvolvimento da proposta, por convocarem temas como a organização do programa, a relação com o lugar e a preexistência, ou a materialidade. Em Meijinhos, o projecto e a forma reagem de maneira modelada à envolvente a vários níveis, sendo o próprio programa resultado do lugar.

Propôs-se a demolição da preexistência de tijolo e redefiniu-se o limite do muro de contenção existente em concordância com os dois novos volumes. Estes estão em tensão, criando espaços de compressão e de descompressão e dois pontos de acesso à plataforma superior: um pela cota alta do largo, através das escadas, e outro à cota baixa, a partir da rua. Há ainda um terceiro acesso directo à plataforma inferior através da via pública. Proporíamos ainda uma plataforma elevatória para articular os dois pisos do edifício pelo interior.

No volume que conforma o largo tem lugar a recepção do edifício, por onde se faz o acesso ao piso inferior, que pode também albergar exposições temporárias ou *workshops* com alguma flexibilidade, fazendo uso de balcões móveis e de uma grande estante que ocupa toda a parede. No outro volume existe uma mercearia que funciona de maneira independente. No piso inferior tem lugar a sala de convívio, que se pretende um espaço polivalente e existe ainda uma sala de máquinas, um sanitário de apoio, bem como o dormitório, uma lavandaria, outro sanitário e um balneário.

Para pensar a materialidade do edifício, foi feito o estudo dos edifícios de Meijinhos e dos seus respectivos materiais e sistemas construtivos. Observaram-se construções em alvenaria de pedra, em grande número no núcleo da igreja e da Fraga; encontram-se outras com fundação de alvenaria de pedra e com pisos superiores de estrutura porticada de betão e paredes de tijolo; e ainda se verificaram edifícios de estrutura porticada de betão e paredes de tijolo. Imaginar um princípio de imagem para o edifício requer duas abordagens diferentes, porque, por um lado, existe uma preexistência mas, por outro, é preciso fazer a ligação entre esta e os novos volumes adicionados. À casa em ruína deu-se um novo programa: um pequeno café com serviço ao balcão, copa e um sanitário.

A Direcção Regional de Cultura do Norte foi contactada em busca de esclarecimento sobre o terreno que se encontra na Zona Especial de Protecção do Conjunto de Interesse Público para pedir mais informações acerca das restrições que teria ao construir neste terreno. A resposta foi que, não tendo sido estabelecidas restrições específicas na Portaria de classificação do conjunto arquitectónico em causa, a apreciação das pretensões é feita caso a caso, em função das características arquitectónicas da edificação preexistente, bem como da sua contextualização envolvente.

Foram ainda aconselhadas algumas directrizes, quanto à escolha de materiais, mas ficou pouco claro se estas se referem à intervenção em estruturas preexistentes ou se elas se aplicam às novas edificações. Ou seja, isto significa que a aprovação acaba por se tornar uma questão de interpretação tanto do arquitecto, como do técnico responsável pela aprovação do projecto.

Nesta perspectiva foi decidido manter a alvenaria de pedra do café à vista, mas também evidenciar a ideia do muro de contenção preexistente. A nova parede em granito, aproveitando as pedras do muro, lê-se como um embasamento dos volumes superiores. Para estes foi escolhido um material diferente, o betão pigmentado que, apesar de cromaticamente parecido com o granito, introduz uma nova textura, evidenciando, claramente, a diferença entre os materiais e técnicas de construção.

As escadas preexistentes, também fazem a ligação entre o novo e o antigo, são mantidas em granito e a parte acrescentada é feita em betão. A fachada que se volta para o largo é cega, de maneira a conformar o largo e colmatar o vazio que se sente, encaminhando o olhar, no entanto, para o local de entrada.

A estrutura do edifício foi definida a par da sua imagem. No piso inferior a estrutura é mista, visto que as paredes perimetrais são portantes. Uma delas é dupla, é constituída por um pano de

betão no interior e por outro de alvenaria de pedra no exterior e também se prevêem elementos pontuais de suporte. No piso superior todas as paredes exteriores são portantes. Quanto ao interior do centro de convívio, prevê-se o uso de paredes brancas para uma maior sensação de luz e amplitude e também o uso da madeira nos pavimentos e no mobiliário, apelando a um sentimento de conforto.

A intervenção em Meijinhos responde, então, às várias escalas do território, estrutura urbana, espaço público e edifício. O primeiro capítulo foi particularmente importante para inventariar os problemas de Meijinhos e as oportunidades de que se tiraram proveito para o projecto, como os valores paisagísticos, os percursos pedestres e a História deste lugar. Por outro lado, no segundo capítulo, aprofundaram-se questões da Demografia, que conjugadas com a Geografia e a História da Arquitectura convocadas anteriormente, contribuíram para o projecto final.

O centro de convívio representa, assim, a intersecção de todas estas frentes de trabalho, problematizando e dando resposta a Meijinhos e aos desafios encontrados no processo, dinamizando os habitantes e o lugar. No início do trabalho olhava-se para o projecto como a meta final e é certo que é o seu momento de síntese, mas também se reconhece agora o importante contributo da leitura alargada de Meijinhos, para uma valorização deste lugar.

Pessoalmente, foi bastante enriquecedor investigar sobre um lugar tão importante para mim e poder contribuir desta forma. Tomando as palavras de Alberto Campo Baeza, remata-se esta apresentação com uma citação que traduz o que foi o processo desta dissertação:

> *"Projetar é pensar, refletir e decidir, responder, inventar. Analisar cuidadosamente todos os dados existentes e, em seguida, diagnosticar um problema e, finalmente, resolvê-lo. Projetar, em arquitetura, é algo mais sério, mais científico, do que a maioria das pessoas acredita. Na verdade, projetar em arquitetura é investigar"*[3].

Sem mais nada a acrescentar, resta-me agradecer a vossa atenção. Muito obrigada.

3| *"Proyectar es investigar. ¿Cómo podría ser de otro modo? Buscar, tantear, explorar, encontrar. En definitiva, estudiar los problemas a fondo para encontrarles la mejor solución. Con todo el tiempo y la dedicación necesarias para llegar al mejor resultado posible. Con la lentitud que siempre ha sido propia de toda investigación.",* traduzido livremente de Baeza, Alberto Campo. Proyectar es investigar (2017) in Palimpsesto Architectonico. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2018, p.37.